



Universidade do Porto

Faculdade de Letras

Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos

Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes

**“Exemplares Novelas” e «Novelas Exemplares»: os
paratextos da ficção em prosa no século XVII**

Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, elaborada sob a
orientação da Professora Doutora Zulmira Coelho Santos, e apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maria Inês de Andrade e Castro Monjardino Nemésio

Porto

Abril / 2010

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado sob a orientação da Professora Doutora **Zulmira Coelho Santos**. Foi graças à sua indispensável colaboração, à sua disponibilidade, ao seu exemplo e saber que pude levar a cabo esta dissertação. Por tudo isto lhe estou sinceramente grata.

Na amizade e dedicação que me votaram familiares e amigos encontrei o incentivo indispensável para vencer as dificuldades que sempre se colocam a quem estuda. Pela paciência que demonstraram estou-lhes profundamente agradecida.

Índice

I – Introdução.....	5
1. As denominações da ficção narrativa em prosa no século XVII.....	6
1.1. De «histórias» às «vidas» e «tractados»	6
1.2. De «novelas», «histórias» e «contos»	16
1.3. «Exempla» e exemplaridade(s)	21
1.4. Um <i>corpus</i> «exemplar»: «pastoris» e de «aventura»	23
 II – Títulos e paratextos de ficção narrativa em prosa no século XVII: da variação na «unidade»	27
 III – Sobre os paratextos. Dos prólogos ao leitor, às dedicatórias e licenças: protecção e prestígio	58
 IV – Sobre os protocolos de leitura. Formas e objectivos: a voz e o silêncio.....	114
 V – Conclusão.....	129
 VI – Bibliografia	136
1. Bibliografia Activa	137
2. Bibliografia Passiva	142

I – Introdução

1. As denominações da ficção narrativa em prosa no século XVII:

1.1. De «histórias» às «vidas» e «tractados»

O texto da *Menina e Moça* (1554)¹, nos diferentes testemunhos legados pelo século XVI, pode servir de paradigma para uma reflexão que pretende estudar pormenorizadamente a forma como se estabelece, através dos paratextos, a relação de uma obra com o seu tempo e os seus leitores. Ao longo do século XVI, as oscilações de designação que a *Menina e Moça* representa e a progressiva sistematização dos mecanismos censórios permitem o estabelecimento de um campo de reflexão que, nesta dissertação, se restringirá, como adiante se verá, ao século XVII e aos primeiros anos do século XVIII. Na edição de Ferrara de 1554, a *Menina e Moça* é designada como «historia», enquanto, na edição de Évora de 1557, se apresenta como *Livro chamado as Saudades de Bernardim Ribeiro* e, nos testemunhos manuscritos, *Tractado de Bernardim Ribeiro*, no Manuscrito da Real Academia de História de Madrid (datado de finais do século XVI) e *Saudades de Bernaldim Ribeiro* no normalmente apelidado «Manuscrito da Biblioteca Nacional» ou «Manuscrito Asensio/Pina Martins». O estatuto «oscilante» da prosa de ficção no século XVI, objecto até de críticas e apreciações negativas oriundas de sectores moralistas e com preocupações doutrinárias, mas também da área humanista, que lhe atribuía uma posição de menoridade, no campo «literário» da época, levou-nos a querer estudar um *corpus* restrito, posterior ao Concílio de Trento, que permitisse evidenciar formas de legitimação deste «tipologia» narrativa.

Assim sendo, e uma vez que o *corpus* de textos apresentado nesta dissertação compreende o período de 1601 a 1724, ou seja, entre a publicação de *A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo e de *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1724) do Padre Mateus Ribeiro, o objectivo preciso desta investigação foi observar até que ponto esta questão pode ser estudada nos paratextos das obras publicadas ao longo do século XVII, tendo em conta que se trata de um lapso de tempo que, em Portugal, assistiu ao surgimento de várias edições de ficção narrativa em prosa. Deste conjunto, prestámos menos atenção, por evidenciarem repetições, às duas novelas

¹ MARTINS, José V. de Pina - *História de Menina e Moça*, reprodução facsimila da edição de Ferrara, 1554, estudo introdutório por José Vitorino de Pina Martins, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

de Rodrigues Lobo que continuam *A Primavera*, *O Pastor Peregrino* (1608) e o *Desenganado* (1614) e também aos *Desmayos de Mayo em Sombras de Mondego* (1635) de Diogo Soares de Figueiroa, e aos *Campos Elísios* (1626) de João Nunes Freire, por integrarem paratextuais breves, face aos outros casos, sem nenhum argumento novo, embora os tenhamos em conta sempre que necessário. É na análise da materialidade dessas formas paratextuais que enquadram a narrativa em si, que procurámos as perguntas e as respostas para a forma como a leitura de um texto, restituído ao seu contexto, pode ser afectada pelas circunstâncias da publicação, pelas exigências das instituições que regem a produção literária e, ainda, pelo horizonte de expectativas de um público-leitor cada vez mais alargado.

O aparecimento e o desenvolvimento da imprensa tornaram inevitável a entrada no mundo do livro no aspecto material da sua produção editorial, insistindo em aspectos como as condições em que se operava a escolha do texto, frequentemente objecto de cópias diferentes, muitas vezes de circulação manuscrita prévia, a sua publicação e distribuição, passando pelos agentes envolvidos neste processo: o autor, o «mecenas», o «dedicatário(a)», nem sempre coincidente com este, o censor, o editor e o impressor (que podiam ser a mesma pessoa) e, por fim, o leitor. A progressiva transformação da escrita em objecto de leitura condicionou o estabelecimento das relações entre estas entidades e conduziu, em muitos casos, ao registo das ligações existentes entre autor, mecenas, «dedicatário», censor, editor, impressor e leitor nos próprios paratextos das obras publicadas ao longo de todo o século XVII.

Os prólogos ao leitor são um bom exemplo de como o autor e o leitor se fazem apresentar ou representar nos paratextos. O interesse manifestado nestas duas instâncias, para além de contribuir para o estudo das circunstâncias de produção de uma obra, poderá esclarecer também as condições de constituição do sentido do texto e do seu efeito possível. Não é por acaso que nos textos preliminares se manifesta a preocupação quanto à definição do público. Muitas vezes, é nesta questão que o autor aproveita para marcar a sua posição em relação ao acesso, maioritário ou minoritário, ao texto literário. A poética e os preceitos que o autor adopta definem-se pela relação que estabelece com os destinatários que ele mesmo escolhe ou exclui. É neste ponto que o autor decide quais são os leitores que terão o privilégio de ser seus destinatários e quais são as intenções que justificam essa escolha. Mas, para definir o leitor, o seu destinatário, o autor terá inicialmente de se definir enquanto entidade. O prólogo ao leitor apresenta e situa tanto o autor como o leitor, mas as aprovações contêm igualmente indicações

preciosas que determinam a margem de maior ou menor liberdade no acto da leitura, numa época simultaneamente marcada pelo controlo ideológico da censura civil e religiosa – a censura tripartida que, em Portugal, vigorou de 1570 (do ponto de vista da actuação sistemática) até 1768 (Real Mesa Censória) –, pelo alargamento do público-leitor e, sobretudo, pelo papel mais activo que este último passou a exercer na actividade do autor. No caso da novela, para usar uma designação que o século XVI português não usou, mas que se tornou corrente depois da publicação das *Novelas Ejemplares* (1613) de Cervantes, a recepção favorável ou não de um livro por parte dos leitores influenciou a orientação do género em si e o estilo próprio de cada autor em particular. O mesmo se poderá dizer da acção exercida pelos impressores e pelos editores que preferiam reeditar uma obra com sucesso do que patrocinar uma outra totalmente desconhecida e a ser publicada pela primeira vez.

A participação dos mecenas no processo editorial de uma obra coloca-se igualmente nestes termos. Ainda que existissem boas relações entre os autores e os seus mecenas, a verdade é que os patrocínios dependiam da rentabilidade que as obras poderiam vir a ter uma vez publicadas e dependiam também do tipo de relação «clientelar» existente entre o «protector» e o «protegido». Deste modo, a nova dimensão comercial do livro condicionou o aparecimento de formas inovadoras e perpetuou padrões de escrita e de leitura. Uma vez mais, é na materialidade do livro que se observa a actividade de editores, impressores e mecenas. No frontispício de cada obra surgia, regra geral, o nome do editor e/ou impressor a quem o autor vendera o seu privilégio, e o nome ou a identificação (armas, brasão) do mecenas, quer este fosse individual, pertencente a uma ordem religiosa ou representasse um município. Observando o conjunto dos livros editados durante o século XVII, raros são os casos em que nos frontispícios aparece a frase “*a costa de seu autor*” indicando que o próprio escritor teria financiado a sua obra. Este facto sublinha a precariedade da vida dos autores, a maioria cavaleiros, fidalgos ou pertencentes a uma nobreza sem títulos, e revela a sua «submissão» ao mecenato.

O molde através do qual se define, nos paratextos, a poética do género romanesco assume um lugar preponderante no âmbito de todas estas considerações. Confrontando as opiniões dos autores, expressas nos prólogos ao leitor, e as opiniões dos censores, enquanto leitores, expressas nas suas aprovações, foi possível determinar o alcance dos diferentes géneros romanescos e, em particular, o da novela. As obras do século XVII (e também do século XVIII, até 1768, data da criação da Real Mesa Censória pombalina,

em que a censura «tripartida» se altera) integram traços concretos do processo administrativo a que eram submetidas antes de publicadas. Nele surgem as aprovações ou censuras do Santo Ofício, do Ordinário, por vezes da Ordem Religiosa a que pertencia o autor, bem como a Licença de Impressão final, depois da aprovação do Paço, o Privilégio, a Errata e a «Tassa ou Taxa» (esta última traduzindo o controlo exercido pelo Conselho no estabelecimento do preço da obra, calculado em função do seu número de folhas²). De acordo com as regras da censura preambular, a

² SOTOMAIOR, Elói de Sá - RIBEYRAS | DO MONDEGO. | DIRIGIDAS A DVARTE DAL- | buquerque Coelho, Capitão, & Governador | perpetuo da Capitania de Pernambuco | no Estado do Brasil. | PELLO LICENCIADO | Eloyo de Sà Soto Mayor, natural desta | Cidade de Lisboa. [Gravura] *Com licença da S. Inquisição, Ordinario, & Paço.* | Em Lisboa Por Pedro Craesbeeck Impr del Rey 623 [i. é. 1623]. | *A custa de Thome do Valle mercador de liuros*, in Biblioteca de Escritores Portugueses (série C), nova edição, revista e prefaciada por Martinho da Fonseca da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923. (cf. LICENÇAS, “TAixase este liuro em cento & sessenta reis em papel. | Lisboa a 19. de Junho de 623 | Araujo, V. Caldeira.”). O mesmo se verifica nas seguintes novelas: LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo de novo emendada e acrescentada nesta terceira impressão pelo mesmo Autor. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira. Com todas as licenças necessárias.* Em Lisboa, Por António Álvares, Ano de 1619 (cf. LICENÇAS, “Taxam este livro intitulado *Primavera de Francisco Roiz Lobo* em cento e vinte reis em papel. A 17 de | Março de 1619. | *Gama. L. Machado*”); VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *A PACIENCIA CONSTANTE.* | DISCVRSOS POETICOS | em estilo Pastoral. | *Por Manoel Quintano de Vasconcellos.* | Dirigido a Dom Lopo de Azevedo, | Almirante destes Reynos de Por- | tugal, Clauero do Mestrado | de São Bento de Auis, Co- | mendador, & Alcaide | mór da Villa de Iu | rumenha, &c. [Gravura] *Com todas as licenças necessárias.* | Em Lisboa, por Pedro Craesbeeck | impressor del Rey. Anno 1622 (cf. LICENÇAS, “TAixase este liuro em sete vintês em papel. Em | Lisboa a 12. de Mayo de 622. | *Ignacio Ferreira. D. de Mello. Caldeira.*”); REBELO, Gaspar Pires de - *Infortvnios Tragicos da Constante Florinda, Autor o Licenciado Gaspar Pires de Rabelo, Freyre professo da Ordem militar do glorioso Apostolo San Tiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Prêgador, Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique.* [A] *S D. Maria da Sylva, Freyra em S. Clara de Lisboa.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Ioam da Costa, A custa de Antonio Leite Mercador de liuros na Rua Noua. M.DC.LXXII. *Com todas as licenças necessárias* (cf. LICENÇAS, “Taxam este liuro em seis vintês. Lisboa 3. de | Junho de 1672. | *Monteiro. Manoel de Magalhaes de Menezes. Miranda. Carneiro. Roxas.*”); RIBEIRO, Mateus - *Alivio de tristes, e consolaçam de queixosos, composto pello P. Matheus Ribeiro Theologo Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado Ao Senhor Monoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra, &c.* [Gravura]. Em Lisboa: na officina de Joam da Costa, M.DC.LXXII. *Com todas as licenças necessárias* (cf. LICENÇAS, “TAixaõ este liuro em hum tostaõ. Lis- | boa 9 de. Agosto de 1672. | *Lemos. Carneiro*”); RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte. Composta Pello P. Mathevs Ribeyro, Theologo, Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Chistovam de Brito Lobo.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Migvel Deslandes. *Com todas as licenças necessárias.* 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca (cf. LICENÇAS, “TAixaõ este liuro em I o. Lis- | boa 18. Agosto de 681. | *Roxas. Basto. Rego. | Lamprea. Noronha*”); RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte. Composta Pelo P. Mathevs Ribeyro, Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Migvel Manescal. *Com todas as licenças necessárias.* 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca (cf. LICENÇAS, “TAixaõ este liuro em seis vintês. | Lisboa 18. de Setembro de | 1681. | *Basto, Rego, Lampreya, Noronha.*”); RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de*

imparcialidade e o anonimato do censor deviam ser mantidos até à data da publicação da obra. No entanto, estas regras foram muitas vezes infringidas como o provam pequenas anotações existentes em paratextos de alguns livros publicados no século XVII. Quer isto dizer que as relações estabelecidas entre autores e censores, em locais como as academias, tropeçavam, por vezes, na benevolência com que os segundos analisavam as obras dos primeiros. Frequentemente as escolhas dos censores eram “*ad hoc*”, sendo que a troca de delicadezas entre autor e censor nos textos preliminares e a existência de poesias laudatórias nas obras publicadas surge como evidência desta situação, mostrando a importância dessa poesia preambular, na prova de existência de relações clientelares que, em Portugal, precisam ainda de muita atenção. A alegada «permissividade», muito difícil de provar, dos censores quanto à concessão de Licenças de Impressão podia ainda estar ligada a uma questão de promoção ou prestígio do próprio censor, que assim sendo via o seu nome impresso e divulgado na obra a

Carlos, *E Rosaura*. III Parte, composta Pelo P. Mattheus Ribeyro, Theologo, Prégrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. [Gravura] Lisboa. Na officina de Manoel Lopres Ferreyra. M.DC.XC.VII. Com todas as licenças necessárias (cf. LICENÇAS, “Taxão este livro em cento & sincoen- | ta reis. Lisboa 6. de Mayo de 1689. | Ribeyro. Oliveyra.”); RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura*. Quarta, & Ultima Parte. Composta Pelo P. Mattheus Ribeyro, Theologo, Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicada a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de S. Magestade, &c. Anno [Gravura] 1689. Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na officina de Manoel Lopres Ferreira. A custa, de Antonio Correa da Fonseca. Com Privilegio Real (cf. LICENÇAS, TAYxão este livro em cento & sincoẽ- | ta reis. Lisboa 28. de Mayo de 1689. | Mello P. | Lamprea. Marchaõ.”); RIBEIRO, Mateus - *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta*, Primeyra Parte, Composta pelo Padre Mattheus Ribeyro, Theologo, Prêgador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d’ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c. Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. Com todas as licenças necessárias (cf. LICENÇAS, TAYxaõ este livro em 240. reis. Lisboa Occidental | 15. de Setembro de 1724. | Pereyra. Baracho. Galvão.”); RIBEIRO, Mateus - *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta*, Segunda Parte, Composta pelo Padre Mattheus Ribeyro, Theologo, Prêgador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d’ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c. Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. Com todas as licenças necessárias necessárias (cf. LICENÇAS, TAYxaõ este livro em 240. reis. Lisboa Occidental | 15. de Setembro de 1724. | Pereyra. Baracho. Galvão.”); e, GUSMÃO, Alexandre de - *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito Em a qual debaxo de huma misteriosa Parabola se descreue o sucesso feliz, do que se ha de salvar, & a infeliz sorte do que se ha de condenar*. Dedicada ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente. Composta Pello P. Alexandre de Gusmam da Companhia de JESV, da Prouincia do Brazil. [Gravura] LISBOA na Officina de MIGVEL DESLANDES. Com todas as licenças necessárias. Anno de 1682 (cf. LICENÇAS, TAixaõ este livro em hum tostão | Lisboa. 25. De Setembro de 1682 | Rexas. Basto. Lamprea. Noronha. Ribero.”).

publicar. Todavia, no período cronológico que delimitámos, existem poucos exemplos de textos aos quais tenham sido recusadas as Licenças de Impressão, sendo também raras as situações em que existam aprovações com matizes, introdução de correcções, críticas negativas ou anotações sobre o texto. Sobretudo, se compararmos a documentação relativa a censuras do século XVII, face à ficção em prosa, com a da Real Mesa Censória, verificaremos que as censuras são bem mais longas e justificativas neste último caso. Registam-se, contudo, casos em que nos textos de aprovação se encontram alusões aos desentendimentos entre o autor e o censor, sem que isso tenha conduzido à eliminação das afirmações do primeiro, incluídas nos textos preambulares. Explicitamente documentada nos paratextos das obras, o problema da censura preambular não deixou de se manifestar no corpo do texto propriamente dito, sendo por isso objecto de tratamento ficcional. Com a suspensão das Licenças de Impressão entre 1625 e 1634, inicia-se uma fase em que a publicação de obras consideradas de entretenimento se torna muito limitada, embora seja muito difícil avaliar a quantidade de textos que, eventualmente, teriam circulado manuscritos. A tomada de consciência do perigo representado pelas novelas quanto à camada mais jovem da sociedade não surgiu de repente; ganhou expressão com os discursos dos moralistas do século XVI³ e adquiriu lugar escrito nos paratextos de algumas obras publicadas já no século XVII. A verdade é que se alguns géneros literários desapareceram quase por completo durante esses nove anos, outros, como é o caso da novela, adquiriram novas formas de expressão e apresentação de modo a não deixarem de ser divulgados já que não só os leitores continuavam a exigir o seu aparecimento, como também muitos eram os autores que se recusavam a aceitar tal imposição. Assim sendo, uma das primeiras alterações,

³ FERREIRA, Frei Bartolomeu - «Avisos e Lembranças», no *Catálogo de livros proibidos* de 1581, in *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*, Lisboa, INIC, 1983, pp. 637-638: “Encomendamos a todas as pessoas que se abstenham da lição dos livros em que há desonestidades ou amores profanos, porque, além do tempo que na lição deles se perde, fazem muito dano e prejuízo às consciências, e ensinam e movem muitos vícios, e communmente há neles louvores muito desordenados e excessivos das criaturas, e encarecimentos e nomes blasfemos. E se as más palavras corrompem os bons costumes, como diz São Paulo, que farão as escritas nos livros, que são de mais dura, principalmente dizendo o Catálogo Tridentino, na Regra sétima, falando dos tais livros, que não somente se há-de ter conta com o que faz dano à Fé, mas também com o que faz prejuízo aos bons costumes. E se nos tais se acham porventura algumas poucas cousas boas, ficam muito custosas, a troco de muitas más que têm, que fazem dano; e não é prudente quem de aventura tomar uma jóia, por preciosa que seja, das unhas de um fero e bravo leão. El- rei David não quis beber a água da cisterna de Belém por ser perigosa e arriscarem a vida os cavaleiros que a foram buscar, posto que o primeiro a desejasse muito. Nem os homens haviam de ler livros prejudiciais pelo perigo e risco a que se põem lendo-os. E não há cousa boa nos tais livros que se não ache melhor nos bons. ”.

que poderá estar nas consequências desta ambiência, poderá ter sido a proliferação de denominações para as obras de prosa de ficção: *livro, história, fábula, vida, discurso, caso*. A par da diminuição da publicação de obras de carácter picaresco, de tão vasta fortuna em Espanha, e de larga circulação em Portugal, aumenta substancialmente a produção de obras de carácter híbrido, como sejam as que misturam prosa com poesia, na sequência da moda dos «livros de pastores», e os romances bizantinos. Outra estratégia encontrada para fugir à apertada vigilância da censura parece ter sido a introdução de «novelas» intercaladas em textos de obras dependentes de outros géneros. Por outro lado, verificou-se a adopção de uma orientação ética e, sobretudo, moralizante, mesmo que apenas nas intenções expressas nos paratextos, das obras de ficção em prosa. Exemplaridade e moralidade passam, então, a estar na ordem do dia com a introdução do binómio horaciano, “prodesse ac delectare”, em livros que embora propusessem aventuras e peripécias, pedidos pelo público-leitor, veiculavam exemplos que concorriam para a manutenção do «decoro» e dos bons costumes passando como tal pelas malhas da censura. Mas, no caso da literatura espanhola, mais directamente afectada pela dita ordem de suspensão, em termos editoriais, verificou-se ainda um fenómeno curioso com o crescimento do número de livros a serem impressos fora do Reino de Castela⁴.

Tal como acima referimos as edições e os manuscritos da *Menina e Moça*, no século XVI, evidenciam uma oscilação de denominações que mostra a dificuldade em enquadrar este tipo de ficção narrativa em prosa nos cânones literários da época. Das edições da *Menina e Moça*, no século XVI, apenas se conhecem três: a *princeps*, datada de 1554 e publicada em Ferrara pelo impressor Abraão Usque, com o título *HYSTORIA | DE MENINA E MOÇA, POR BER= | NALDIM RIBEYRO AGORA DE | NOVO ESTAMPADA E COM | SVMMA DELIGENCIA | EMENDADA. | assi algumas Eglogas suas com ho mais | que na pagina seguinte se uera |* [marca rectangular do impressor Abraão Usque, tendo na base as iniciais “A”. E “V”. com uma inscrição envolvendo o fuste da esfera armilar: “IN TE DOMINE SPES MEA”] *En Ferrara, 1554.*; a de 1557-1558, (ainda que actualmente se reconheça a sua fraudulenta manipulação), publicada em Évora pelo impressor André de Burgos, com o título *Primeira | & seguda parte do | liuro chamado as | saudades | de Ber | nardim Ribeiro, | com todas suas o | bras*

⁴ CAYUELLA Anne - *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVII^e siècle*, Première Partie: Autour du Texte, Chapitre Premier: La législation du livre, I-5 La suspension des licences d'impression de 1625 à 1634, pp. 35-54. Genève, Lib. Droz, 1996.

*tresladado | de seu próprio ori | ginal. Nouamen | te impresso. | 1557. |; e, a de 1559, publicada em Colónia em casa de Francisco Grafeo, com o título HYSTORIA | DE MENINA E | MOÇA, POR BERNALDIM | RIBEYRO AGORA DE NO | uo estampada, e cõ summa deli | gencia emendada. | E assi algũas Eglogas suas com ho mais | que na pagina seguinte se vera | [Marca do Impressor] | Vendese a presente obra em Lixboa, em | casa de Francisco Grafeo | acabouse | de Imprimir a 20 de Março, | De 1559 annos. |. Quanto aos manuscritos são conhecidos dois: o Manuscrito bernardiniano da Biblioteca Nacional de Lisboa (composto por uma miscelânea de textos vários, o primeiro dos quais, preenchendo os primeiros 34fls. a duas colunas, é designado “Obra intitulada saudades de bernardim ribeiro q foy autor della”) e o Manuscrito da Real Academia de la Historia de Madrid (de cujas 245 páginas, 76 são preenchidas pelo texto da *Menina e Moça*, com o título “Tratado de bernaldim Ribeiro”).*

No século XVII surge uma nova publicação, datada de 1645, com o título *PRIMEIRA, | E SEGUNDA | PARTE | DAS SAUDADES | de Bernardim Ribeyro. | Hora nouamente impressas. | POR MANOEL DA SYLVA | Mascarenhas, Fidalgo da Casa de Sua Ma- | gestade, Governador da Fortaleza de Santiago de Outaõ | DEDICADO A DOM FRANCISCO DE SA, | Conde de Penaguiaõ, do Concelho de Guerra | de Sua Magestade. | EM LISBOA. | Com as licenças necessárias. | Por Paulo Craesbeck Impressor das três Ordens Militares. E a sua custa. | Anno 1645. |. Já no século XVIII, a publicação de 1785⁵, realizada também em Lisboa, segue a edição de 1645, ambas reproduzindo o texto, em parte manipulado, da edição de André de Burgos publicada em Évora nos anos de 1557-1558. O mesmo se poderá dizer das publicações referentes ao século XIX, dadas à luz nos anos de 1852⁶, 1860⁷ e 1891⁸. Ora, em 1785 ainda não se sabia em Portugal que a edição *princeps* era a de Ferrara datada de 1554. Só em 1863 é que Jacques-Charles Brunet revela aos portugueses que fora vendido em Dezembro de 1822 um exemplar da *História da Menina e Moça* editado em Ferrara no ano de 1554⁹.*

⁵ MENINA E MOÇA | OU SAUDADES DE | BERNARDIM | RIBEYRO. | DEDICADO | A D. FRANCISCO | DE SA, | [...] || LISBOA, | Offic. De DOMINGOS GONSALVES. | ANNO MDCCLXXXV. | Com licença da Real Meza Censoria. |.

⁶ OBRAS | DE | BERNARDIM RIBEIRO. | LISBOA. | ESCRIPTORIO DA BIBLIOTHECA PORTUGUESA, | RUA AUGUSTA N.º 110. | 1852|.

⁷ MENINA E MOÇA | ROMANCE CLASSICO PORTUGUEZ | DE | BERNARDIM RIBEIRO | IMPRENSA COMMERCIAL | POÇO DO BORRATTEM N. 3 | 1860|.

⁸ RIBEIRO, Bernardim - “*Menina e Moça...*”, edição dirigida e prefaciada por D. José Pessanha, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardon, Casa Editora Lugon & Gevaliony, sucessores, 1891.

⁹ BRUNET, Jacques-Charles - *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, IV, Paris, Librairie de Firmin Didot Frère, Fils et C^{ie}., 1863, pp. 1273 e 1274 : “RIBEYRO (Bern.). Hystoria de Menina e Moca, por

No entanto, já em 1858, Inocêncio Francisco da Silva, o maior bibliógrafo português do século XIX, duvidava, ainda, da veracidade desta notícia, visto que não conhecia até então a referida edição *princeps* da novela de Bernardim Ribeiro¹⁰. Quer isto então dizer que nos séculos XVII, XVIII e XIX, a difusão da obra bernardiniana se fez através do texto parcialmente manipulado da edição de André de Burgos. Sublinhe-se também que durante o século XVIII não se imprimiram quaisquer exemplares da *Menina e Moça*, provavelmente pelo escasso interesse dos leitores pelos textos antigos em língua vulgar que estivessem ligados à poesia primitiva e às tradições cavaleirescas, pastoris ou de ficção sentimental, em tempos em que a circulação das traduções de novelas e contos franceses se foi tornando cada vez mais relevante.

Apenas em 1923 se publicou, pela iniciativa conjunta da Imprensa da Universidade de Coimbra e de Anselmo Braamcamp Freire, a leitura diplomática do texto da edição de Ferrara (1554) com um estudo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos¹¹. Ficou, desde então, demonstrado que a edição *princeps* da novela transmitida diplomaticamente é de facto a que assinala um ponto de partida para uma edição crítica. Como o afirma José Vitorino de Pina Martins¹², é hoje reconhecido pelos críticos mais exigentes que o único texto credível e autêntico correspondente à tradição autográfica da *História da Menina e Moça* é o da edição de Ferrara de 1554. Confirmado pela edição de Colónia e pelos dois manuscritos disponíveis, em cima já mencionados, o texto da edição de Ferrara tem de

Bernaldim Ribeyro, agora de novo estampada e com summa diligencia emendada e assi algũas eglogas suas.....*En Ferrara*, 1554, pet. In-8. [17659] | «Ce Roman est (dit Simonde de Sismondi, *Littérature du midi*) le premier ouvrage en prose portugaise dans lequel on ait cherché à relever le langage et à lui faire exprimer des sentiments passionnés, mais ce n'est qu'un fragment, et l'auteur, qui a voulu y cacher ses propres aventures, s'est étudié à le rendre obscur.» Ribeyro vivait sous le règne du grand Emmanuel, de 1495 à 1521. | L'édition de 1554, dont nous venons de donner le titre, est fort rare, et il en a été vendu un bel exemplaire rel. en mar. viol. 80 fr. en décembre 1822 ; 3 liv. 1 sh. mar. r. Hanrott ; mais elle en fait supposer une plus ancienne, qui n'est citée par aucun bibliographe : ni l'auteur du *Sumario*, ni Antonio, n'ont même connu celle-ci. Le premier en indique une d'Evora, 1557, in-8.”.

¹⁰ SILVA, Inocêncio Francisco da - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 358. “Brunet no *Manuel du Libraire*, tomo IV da última edição pag. 80 a 81, traz um extenso e noticioso artigo acerca das diversas edições conhecidas da *Menina e Moça*. Ahi dá noticia de uma, que diz ser estampada em Ferrara, em 1554, por modo que parece confundir-se com a de 1559, que acima se descreveu. Este ponto carece ainda de miuda averiguação.”.

¹¹ RIBEIRO, Bernardim e FALCÃO Cristóvão - *Obras I – II*, nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire, com uma introdução por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 1 e 2. Cf. Introdução, Cap. I, “Razões porque escrevo esta introdução”: “Só agora renasce a edição príncipe da *Menina e Moça* – ao cabo de três séculos e meio. Poder-se há portanto proceder finalmente ao estudo crítico completo, e à edição definitiva desse poema em prosa, maviamente belo, (...). Este tardio ressuscitamento da edição de Ferrara, deve-o Portugal à generosidade eficaz de Anselmo Braamcamp Freire (...)”.

¹² MARTINS, José V. de Pina - *op. cit.*, pp. 154-157.

ser considerado como escrita atribuível na íntegra a Bernardim Ribeiro. Também o título da obra deve, como tal, respeitar a exacta redacção da edição *princeps*, embora, pelo que concerne aos manuscritos, os copistas não o hajam respeitado e tal facto permita tirar hoje algumas conclusões quanto, como se disse, à oscilação das denominações da ficção em prosa. No mesmo sentido, se a edição de Évora foi manipulada e fraudulentamente acrescentada, o mesmo terá ocorrido com o seu título.

É esta oscilação de denominações que sublinha, de facto, a dificuldade em enquadrar este tipo de ficção narrativa em prosa nos cânones literários da época. A designação “novela sentimental” tinha sido adoptada pelos investigadores espanhóis desta área de estudos, nomeadamente por Ménéndez Pelayo, para caracterizar a ficção em prosa castelhana que floresceu a partir da segunda metade do século XV. Em Portugal foi, provavelmente, António Salgado Júnior o primeiro crítico a adoptar a designação na História da Literatura Portuguesa, nomeadamente no que em relação à *História da Menina e Moça* diz respeito¹³. A verdade é que já nos prólogos das edições de 1654 e 1785 se encerrava um juízo lúcido. Falava-se, então de “Amores do Paço sob o disfarce de Cavalarias”, que, curiosamente, sublinha o carácter compósito do texto. O uso da palavra “amores” evidencia a vertente «sentimental» da novela. O cavaleiresco, sendo um disfarce, é também um pretexto. É pois importante sublinhar que os livros de cavalarias continuavam, no tempo de Bernardim Ribeiro, a suscitar o interesse dos leitores, tal como demonstram as diferentes edições destas obras ao longo dos séculos XVI e mesmo XVII¹⁴. Assim, todas as investigações que têm como objecto o estudo total ou a visão parcial da ficção narrativa em prosa dos séculos XVI e XVII – no século XVIII, a questão colocar-se-á de outra forma – deparam-se com um conjunto de reflexões teóricas sobre a questão, normalmente, no caso português, pouco suportadas

¹³ Já numa das suas anotações à antologia que intitulou *O Livro da Menina e Moça*, publicado em Lisboa, no ano de 1938, pp. 55-56, António Salgado Júnior afirma que se impõe situar a novela de Bernardim Ribeiro na área da literatura sentimental, pois não é susceptível de ser classificada como pertencendo ao género cavaleiresco ou pastoril: “Quando completa, esta obra deveria ser constituída por uma série de *Contos* ou *Histórias*. De toda ela (...). O que ficou é, porém, suficiente, para que possamos determinar o carácter dessas Histórias, e, em consequência, o do *Livro* todo, - e, ainda, para que possamos pôr de parte as opiniões correntes de ser a obra do género cavaleiresco, ou do pastoril, ou simultaneamente do cavaleiresco-pastoril. (...) Ora, precisamente ao contrário, os pastores são figuras de importância mínima e os cavaleiros não praticam cavalaria. Ao *Livro*, enche-o a exposição de dramas amorosos, como tais tratados, e nada mais. E isto é já uma averiguação importante para o situar na literatura sentimental.”. Dois anos depois confirmará mais explicitamente esta sua opinião, no seu ensaio sobre *A “Menina e Moça” e o Romance Sentimental no Renascimento* (Aveiro, Gráfica Aveirense, 1940), pp. 17 a 27.

¹⁴ EISENBERG, Daniel e MARÍN PINA, M^a Cármen - *Bibliografía de los Libros de caballerías castellanos*, Zaragoza, PUZ, 2000.

pela produção textual, parca em debates sobre este problema, ao contrário, por exemplo, do que acontece em Espanha, França ou Itália, para citar apenas exemplos culturalmente próximos.

1.2. De «novelas», «histórias» e «contos».

O termo *novela*, por exemplo, demorou bastante tempo a impor-se nas línguas peninsulares, pois antes do seu aparecimento já existiam narrativas de extensão razoável às quais se dava o nome de *livro*, *história*, *vida*. Como acima se disse, basta atentar no exemplo das denominações dos diferentes testemunhos da *Menina e Moça*, no século XVI, para verificar que uma mesma narrativa surgia apelidada de *história*, *livro* ou *tratado*. Em Portugal, seria curiosamente uma obra de “comportamento social”, a *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619)¹⁵, de Francisco Rodrigues Lobo, a apresentar uma reflexão sobre a ficção narrativa em prosa, procurando distinguir *conto* e *história*, embora, como é sabido, tenhamos no século XVI o exemplo, não como teoria mas sim como prática, dos *Contos de Proveito e Exemplo* (1575) de Gonçalo Fernandes Trancoso. É nos Diálogos X e XI, respectivamente intitulados “Da maneira de contar histórias na conversação” e “Dos contos e ditos graciosos e agudos na conversação”, que o autor coloca em destaque a referida reflexão, em contexto das regas da «conversação» entre «amigos bem acostumados», usando para tal os discursos das personagens Leonardo, o dono da casa onde em noites de inverno decorriam tais conversas, Lívio (o Doutor), D. Júlio (o Fidalgo), Píndaro (o Estudantes) e Solino (o Velho «criado em cortes»).

O Diálogo X retoma, pelas palavras de Píndaro, o tema deixado já em aberto no diálogo anterior: “ - Antes a matéria que ontem ficou por acabar (disse Píndaro) era como se havia de haver o cortesão nos contos e histórias (...) ”¹⁶. Para exemplificação desta matéria e estabelecimento da sua «doutrina», Feliciano, uma das personagens secundárias que Rodrigues Lobo introduz, em nome da «varietas», toma a palavra e conta uma história. Partindo desta última, Lívio afirma que as histórias se devem contar “ (...) com boa descrição das pessoas, relação dos acontecimentos, razão dos tempos e lugares e a ãa prática por parte de algũa das figuras que mova mais a compaixão e

¹⁵ LOBO, Francisco Rodrigues - *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

¹⁶ Ibidem, p. 200.

piedade, que isto faz dobrar depois a alegria do bom sucesso.”¹⁷, concluindo que desse modo a satisfação com que se recebia o seu final era maior. No entanto, a Leonardo pareceu-lhe que a história contada por Feliciano tinha sido muito comprida dada a brevidade da matéria que expunha. A esta réplica responde o estudante dizendo que “Essa diferença (...) me parece que se deve fazer dos contos às histórias, que elas pedem mais palavras que eles, e dão maior lugar ao ornamento e concerto das razões, levando-as de maneira que vão afeiçoando o desejo dos ouvintes e os contos não querem tanto de retórica, porque o principal em que consistem é a graça do que fala e na que tem de seu a cousa que se conta.”¹⁸. O diálogo prossegue e Píndaro conta também uma história, no seguimento da qual é relatada outra, mais breve, por Solino. O Diálogo X termina com algumas considerações acerca da natureza das histórias, acrescentando-se ao que acima já foi dito que devem conter sentenças com que se autorizem e graça no que contam.

No Diálogo XI, após uma curta recapitulação do tema versado na conversação anterior, e de bem reforçada a ideia de que as *histórias* são diferentes dos *contos*, dá-se seguimento à matéria em discussão, sendo ela de “contos graciosos, ditos agudos e galantes”¹⁹. Lívio afirma, então, que existem três tipos de contos: os que se baseiam em descuidados e desatentos, os que se fundam em ignorância e os que se centram no engano e na subtileza. Acrescenta, ainda, que os primeiros e os segundos são mais breves e têm mais graça no contar, e que os terceiros são compostos por mais casos e não provocam tanto riso na forma de contar. Tal como se verificou no Diálogo X com as *histórias*, também aqui os vários intervenientes vão dando exemplos de *contos* em que se aplica a teoria em discussão. Deixados os *contos*, e por sugestão de D. Júlio, passou-se à conversação sobre os *ditos*. Uma vez mais é Lívio, o Doutor, quem tomando a palavra começa por apresentar uma definição do termo: “ (...) *dito*, na significação portuguesa, tomamos por cousa bem dita ou seja grave, como o são as sentenças, ou aguda e maliciosa, como são as de que agora tratamos. E chama-se *dito* porque diz em ãa palavra ou em muito poucas, muito de entendimento, de graça, ou de malícia.”²⁰. Mais adiante, refere que os *ditos agudos* têm por objectivo mudar o sentido de uma palavra para lhe conferir uma outra significação, sendo que dentro deste tipo os mais engraçados são os de resposta. Após algumas intervenções dos restantes interlocutores,

¹⁷ Ibidem, p. 204.

¹⁸ Ibidem, p. 204.

¹⁹ Ibidem, p. 213.

²⁰ Ibidem, p. 219.

Lívio continua o diálogo, procurando esclarecer a forma como os *contos* e os *ditos* devem ser usados na prática. Tanto uns como outros apenas deverão ser introduzidos numa conversação caso sejam pertinentes pois de outro modo não farão o menor sentido ou, em algumas circunstâncias, poderão mesmo ofender os presentes. Por outro lado, sublinha o facto de que não só o que conta ou diz deve ter decoro, como também o que ouve deve ser discreto. Este último poderá, no entanto, intervir sempre que alguém esteja a contar ou a dizer algo erradamente. Refere ainda que ao usar-se um *conto* para exemplificação de uma matéria ou situação não deverá o interlocutor contar logo mais dois ou três para não aborrecer os ouvintes e evitar tirar a palavra a quem queira falar. Já no fim do Diálogo XI, Solino relembra que para além dos tipos de *contos* mencionados pelo Doutor existem outros aos quais se chamam “*apodas*”²¹ e que dão exemplos de semelhanças. Como se vê, Rodrigues Lobo toma como critério a extensão e a complexidade da narrativa de algumas das «histórias» de que fala aproximando-se do que se entenderá no século XVII, sobretudo, por «novela exemplar»: notemos que se, em 1613, Cervantes publica as suas *Novelas Ejemplares*, em 1623, Gonçalo Cespedes y Meneses usa para a sua obra a denominação *Historias Peregrinas y Ejemplares*.

A definição do conceito de *novela* e, nomeadamente, de *novela exemplar* está intrinsecamente ligado ao estudo das formas em prosa no século XVII. Os problemas de fluidez semântica que afectam o termo em causa – *novela* – atestam-se, desde logo, pelas diferentes acepções em que diferentes línguas cultas aplicam o conceito e pelo longo historial de que goza já este vocábulo. A palavra *novela* remonta possivelmente ao italiano *novella* que, por sua vez, teria origem na forma latina *novella*, de *novellus*, *a*, *um*, adjectivo diminutivo originário de *novus*, *a*, *um*. Do sentido de “novo” e “incipiente”, a palavra derivou para “embaraçado”, “trançado”. Substantivada e adquirindo denotação especial, durante a Idade Média, acabou por significar “enredo”, “entrecho” e daí “narrativa enovelada”, “trançada”²². De salientar que toda esta «nomenclatura» parece advir da tendência da *novela* para a abertura a múltiplas influências, sendo também este o motivo pelo qual se explica o facto do género *novela* ter evoluído para subgéneros como a *novela exemplar*. É neste contexto epocal que podemos falar da *novela breve* ou *curta* – designação mais comum à crítica espanhola, mas aceitável no caso das novelas portuguesas de seiscentos, nas quais se incluem as

²¹ Ibidem, p. 223.

²² REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M - *Dicionário de Narratologia*, 2ª Edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1990, pp. 302 e 303.

novelas exemplares bem como outros géneros e subgéneros não narrativos, como cartas e poemas²³. Sabemos hoje que a origem directa da *novela curta* em Portugal está ligada ao aparecimento da *novela breve* peninsular. Foi sobretudo através de autores espanhóis e da sua obra que Portugal recebeu e desenvolveu a *novela breve* que, por sua vez, terá derivado de uma segunda via de uma vertente das *novelle* italianas que pretendia moralizar usando, para o efeito, personagens individualizadas, sentenças morais e artifícios retóricos. Porém, em Portugal notar-se-ão diferenças e nuances que individualizam a língua e a literatura portuguesa desse período da língua e da literatura espanholas da mesma época.

A *exemplaridade* ou o *conceito de exemplaridade* no século XVII fazia parte da «literatura», entendido na linha do binómio horaciano do “prodesse ac delectare”, concepção que se terá acentuado devido à influência tridentina sentida ao longo do referido século. Moralizar e deleitar era, pois, uma forma de captar simultaneamente as boas graças do público e da censura. Através da narração de intrigas cativavam-se os leitores para os predispor para a aprendizagem dos seus ensinamentos e convenciam-se os censores de que a publicação de semelhantes obras contribuiria não para o desvirtuamento da sociedade mas sim para a sua moralização. É neste contexto que se devem sublinhar as palavras de Gaspar Pires de Rebelo que, tal como muitos outros do seu tempo, afirmou que as novelas “ao mesmo tempo que deleitam também ensinam, que o essencial de toda a história e o alvo a que tirou sempre o intento do autor, assim nestas como nas passadas, as quais deleitando os entendimentos com os enredos, com as sentenças e com as palavras bem colocadas, também atraem as vontades com o exemplo que delas se tira, se é que quem as lê se quiser aproveitar.”²⁴. Deve ainda ficar devidamente esclarecido que a *exemplaridade* das novelas de seiscentos é diferente da *exemplaridade* das novelas medievais (com raiz nos *exemplum* da Idade Média – séculos XII e XIII – que associavam a moral à religião). Nas novelas que circulavam no século XVII a *exemplaridade*, embora assentasse no preceito horaciano do “prodesse ac delectare”, devia ser entendida pelo seu mimetismo, pela sua verosimilhança e não pela sua “*autorictas*”. A importância da verosimilhança dos factos narrados entra em relação com a impressão que ela causa no leitor ou no ouvinte, já que a literatura de então deveria ser uma “*imitatio vitae*” permitindo assim que se cumprisse a função *exemplar*

²³ RILEY, Edward C - *Teoría de la novela en Cervantes*, Taurus, Madrid, 1966, p. 91.

²⁴ REBELO, Gaspar Pires - «Prólogo aos leitores por um particular amigo do Autor», in *Novelas exemplares*, Lisboa, 1650.

da novela. Entenda-se, contudo, que por “*imitatio vitae*” não se deve crer que estamos perante um conceito de realismo, pois o que se visa não é mostrar a vida como ela é, mas como deveria ser. Se, em relação a este tipo de narrativa ficcional em prosa, a verosimilhança se mantém como uma exigência para um autor como Cervantes, não encontramos idêntica preocupação nos textos de autores portugueses. Só muito raramente se questiona a verosimilhança daquilo que é narrado. Aqui se afirma o carácter insólito e surpreendente dos factos narrados pela novela, que na relação etimologicamente estabelecida com esta última implicam a existência de uma novidade. Pode, pois, falar-se de uma verosimilhança própria do género que impede uma apreciação com base em critérios realistas. Por outro lado, «exemplar» queria também dizer, por vezes, único, no sentido em que se tratava de um exemplo, não apenas com intuítos doutrinários, mas como «exemplo» de alguma coisa que, embora pouco comum, poderia acontecer.

Uma vez mais, o texto da *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, de Francisco Rodrigues Lobo é elucidativo quanto à problemática levantada no parágrafo anterior. No Diálogo I, intitulado “Argumento de toda a obra”, as personagens D. Júlio (o Fidalgo), Solino (o Velho) e Lívio (o Doutor) expõem as suas opiniões sobre a leitura de “Livros de história verdadeira” e “Livros de cavalarias fingidas”. D. Júlio começa então por afirmar que é “ (...) particularmente afeiçoado a livros de história verdadeira, e, mais que às outras, às do Reino em que [vive] e da terra em que [nasceu]; dos reis e príncipes que teve; das mudanças que nele fez o tempo e a fortuna; das guerras, batalhas e ocasiões que nele houve; dos homens insignes, que, pelo discurso dos anos, floresceram; das nobrezas e brasões que por armas, letras ou privança se adqueriram.”²⁵. Isto, “ (...) porque, falando deles em terras estranhas ou na sua com estrangeiros, saiba dar verdadeira informação de suas cousas. (...) E na verdade, “ (...) nenhũa lição pode haver que mais recreie e aproveite que a que sei que é verdadeira, e, por natural, ao desejo dos homens deleitosa.”²⁶. Já Solino não é da mesma opinião, sobretudo porque “ (...) no que toca à verdade, certo que à conta dos enterrados se escrevem algũas vezes tão grandes mentiras que lhes não levam ventagem os fingimentos de histórias imaginadas.”²⁷. Assim sendo, diz estar “ (...) melhor com os livros de cavalarias e histórias fingidas, que, se não são verdadeiros, não os vendem por esses; e são tão bem

²⁵ LOBO, Francisco Rodrigues - *op. cit.*, pp. 60 e 61.

²⁶ *Ibidem*, p. 61.

²⁷ *Ibidem*, p. 61.

inventados que levam após si os olhos e os desejos dos que os lêem.”²⁸. A estas considerações responde Lívio dizendo que a sua opinião relativamente aos “Livros de cavalarias fingidas” se prende com o último argumento apresentado por Solino: “ (...) porque a fábula é ãa cousa falsa, que podia, contudo, ser verdadeira e acontecer assim como fingiu. Porém, a isto não dão lugar os livros de cavalarias com esses excessos e outros encantamentos (...). E, deixando isto, é graça e galantaria comparar histórias verdadeiras com patranhas desproporcionadas, que gastam o tempo mal a quem nelas se ocupa, quando as outras servem de exemplo para imitar, de lembrança para engrandecer e de recreação para divertir.”²⁹. Solino refere, então, que se “ (...) nas histórias a que chamam verdadeiras, cada um mente segundo lhe convém ou a quem o informou, ou favoreceu para mentir; (...) No livro fingido contam-se as cousas como era bem que fosse e não sucederam, e, assim, são mais aperfeiçoados.”³⁰. Acrescenta, também, que “ (...) quanto ao retrato e exemplo da vida, melhor se colhe no que um bom entendimento traçou e seguiu com muito tempo de estudo que no sucesso que, às vezes, se alcançou por mão da ventura, sem a diligência e engenho meterem nenhum cabedal.”³¹. E ainda que se possa pensar no engano do juízo por parte de elementos insólitos que integrem tais narrativas, o facto é que “ (...) os livros bem fingidos, como verdadeiros obrigam.”³². Neste caso – e não esquecendo que Rodrigues Lobo, quando publica a *Corte na Aldeia* (1619), era um experimentado autor de «livros de pastores» - a verosimilhança erege-se em valor fundamental: a história deve ser «verdadeira» a ficção deve ser «verosímil».

1.3. «Exempla» e exemplaridade(s)

No quadro de todas estas considerações que revelam um panorama complexo e com base na opinião apresentada por Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Carvalho, em *História Crítica da Literatura Portuguesa*³³, da ficção narrativa em prosa produzida durante os períodos maneirista e barroco em Portugal consideraremos apenas as novelas relativamente extensas, “excluindo os relatos curtos, simples *exempla*

²⁸ Ibidem, p. 61.

²⁹ Ibidem, pp. 61 e 62.

³⁰ Ibidem, p.62.

³¹ Ibidem, p. 62.

³² Ibidem, p. 62.

³³ PIRES, Maria Lucília Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de - *História Crítica da Literatura Portuguesa [Maneirismo e Barroco]*, Vol. III, Lisboa, 2001.

difícilmente designáveis de contos, que proliferaram em obras de natureza doutrinária e moral”³⁴. Como explicam os referidos autores, “Esta exclusão [que aqui subscrevemos] baseia-se no facto de tais relatos não constituírem textos autónomos, embora possam ser isolados, mas de estarem integrados em obras em relação às quais desempenham uma função ancilar: são instrumentos de demonstração de ideias, de exemplificação de doutrinas, com a função explícita de persuasão dos destinatários”³⁵. São textos que se apresentam como *exempla* retóricos na sua natureza e função. Acresce ainda que raramente são tidos por narrativas de ficção (e tal só ocorre quando se tratam de fábulas ou apólogos), “pois o *exemplum* colhe grande parte da sua capacidade persuasiva no facto de ser dado a conhecer como relato de factos realmente ocorridos”³⁶. Importante é, então, sublinhar que o pacto de leitura que preside à leitura da narrativa ficcional não funciona em relação ao *exemplum*, sob pena deste perder o seu efeito de persuasão. Por conseguinte, a formulação do problema da função do texto literário parece não se ter ainda libertado nesta época do binómio horaciano “prodesse ac delectare”. Debate-se o domínio de um e de outro destes objectivos, a sua posição ou conciliação, mas nunca a questão é apresentada fora deste quadro axiológico. É sobretudo nas novelas exemplares que se insiste na função moralizadora desta literatura deleitosa. Essa função edificante é referida pelos autores e é destacada no parecer dos censores³⁷, que nela fundam geralmente a sua opinião favorável à publicação destes textos. Pense-se, por exemplo, nas edições do século XVII, em que os *Contos de Proveito e Exemplo* de Trancoso passam a designar-se como *Historias Proveitozas que contem contos de*

³⁴ Ibidem, p. 339.

³⁵ Ibidem, p. 339.

³⁶ Ibidem, p. 339.

³⁷ Repare-se no que diz Fr. João dos Prazeres no seu parecer ao *Serão político* de Frei Lucas de Santa Catarina: “Senhor | Por ordem de Vossa Majestade reví este livro intitulado *Serão político* composto por Félix da Castanheira Turacém. De três sermões se compõe este volume, e muitas novelas exemplares formam o político de Serões. Não foi ociosa a ideia de seu autor nem infrutífera a curiosidade dos leitores. As novelas, da mesma sorte que as fábulas, foram as advertências de que se valeram muitos sábios para a introdução de seus conselhos, fingindo os sucessos acomodados ao génio dos ouvintes para disporem atentos e afeiçoados, e assim entre o saboroso da ficção introduziam o amargo da verdade. A importância da exortação entranhada no mesmo divertimento é anzol que, escondido entre o cibo, prende ao peixe mais liberto, e fogo que consome ao mesmo pedernal donde saiu. São amorosas todas as novelas deste livro, mas exemplares, porque doutrinal o fim a que as termina seu autor, mostrando na variedade dos enredos a inconstância dos afectos humanos e persuadindo no engano dos amantes a falsidade do amor do mundo, com que, sendo empenho deste autor matar ao inimigo com suas próprias armas, destruir os vícios com as mesmas armas de seus vícios, me parece digno da licença que pede. | Vossa Majestade mandará o que for servido | São Bento da Saúde, 29 de Junho de 1696”, in SANTA CATARINA, Frei Lucas de - *Serão Político, Abuso Emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*, por Felix da Castanheira Turacém, Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, 1704.

Proveito e Exemplo para boa educação da vida humana. A referência à função *exemplar* destas narrativas torna-se um lugar-comum que não deve ser interpretado à letra. Com efeito, estas narrativas designadas de *exemplares*, ou que como tal se apresentam no plano funcional, correspondem ao ponto de convergência de dois tipos diferentes de textos: o *exemplum* retórico e a *novelle* de tradição italiana. Isto é, uma mesma narrativa poderia integrar a função moralizadora do *exemplum*, tão abundantemente cultivado na Idade Média, e a função de divertimento da *novelle* enquanto narrativa de factos insólitos e curiosos.

Dos vários tipos de narrativas ficcionais em prosa cultivados na época em Portugal, entre os quais se destacam os livros de cavalaria, os de pastores, a ficção alegórica, a sentimental e a exemplar, são estas últimas que por agora mais nos interessam, de molde a tornar mais claro o campo de reflexão sobre as funções do aparato paratextual.

1.4. Um *corpus* «exemplar»: «pastoris» e de «aventuras»

Em função do *corpus* reunido nesta dissertação, a primeira questão a colocar será a de esclarecer os critérios que determinam a inclusão, num mesmo subgénero, de textos tão diferentes como acontece, por exemplo, com as *Novelas exemplares* (1650), de Gaspar Pires de Rebelo ou com as *Doze Novelas* (1674), de Gerardo de Escobar, pseudónimo de Frei António de Escobar, ambas directamente ligadas ao conjunto de novelas que Cervantes publicou em 1613 com o título *Novelas ejemplares*, bem como com a obra *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648), de Mateus Ribeiro, que apresenta uma organização narrativa diferente das outras duas. Antes de mais, impõe-se um critério de natureza funcional, uma vez que estas obras reivindicam uma função *exemplar*, pretendendo funcionar como orientadoras de comportamentos a seguir ou a evitar. Se uma obra como *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* pode ser considerada como novela exemplar é pelo facto de, na sua estrutura, depararmos com a acumulação de *exempla* retóricos, colhidos na História e na Bíblia; *exempla* cujo relato se insere numa linha narrativa unificada pela conversação entre um peregrino e um ermitão em cuja companhia caminha.

No entanto, esta função, que seria o denominador comum das obras incluídas neste subgénero, nem sempre é evidente para o leitor. A análise desta questão passa também pela perspectiva adoptada no momento da produção dos textos, ou seja, pela função mais ou menos explícita, correspondente à intencionalidade do autor. Teremos assim de

distinguir entre uma exemplaridade claramente apreendida como tal pelo leitor e uma exemplaridade que, embora correspondendo a uma intencionalidade explícita do autor, não deixa de constituir motivo de dúvidas e interrogações para o leitor. Neste sentido, dever-se-á ainda ter em conta a perspectiva da recepção dos textos, isto é, a função atribuída a essas narrativas pelos receptores e as atitudes de leitura assumidas perante elas. As atitudes de leitura assumidas pelos receptores dos séculos XVII e XVIII caracterizam-se, precisamente, pela atenção prestada a esta dupla função. Daí que juízos de valor, enformados por critérios de natureza ética, se dividam durante este período. Por outro lado, deparemos com juízos críticos condenando a frivolidade destes textos e até mesmo a sua imoralidade, pois a pintura que fazem das paixões descontroladas ou desonestas é considerada perigosa do ponto de vista moral; para já não falarmos dos perigos de ordem espiritual encarnados no simples carácter profano destas narrativas, como fazem alguns moralistas mais severos ou rigoristas do ponto de vista da educação feminina, na segunda metade do século, como o Padre Manuel Bernardes.

A esta atitude de desconfiança perante a narrativa ficcional respondem os seus autores, ou justificando a sua escrita como fruto de devaneios juvenis em relação aos quais marcam prudente distância³⁸, ou, é este o gesto mais frequente, acentuando, tanto em textos preambulares como em juízos emitidos ao longo das obras, a sua dimensão moralizadora, o seu carácter de sãs doutrinas morais. Este facto leva-nos a crer que estes textos devem ser lidos também como réplica a essa atitude de desconfiança, como defesa, por parte dos seus autores, da literatura de ficção no mesmo plano em que era atacada: o plano moral. Por isso declaram insistentemente a utilidade destas novelas não só pelas lições morais que veiculam, como pelo deleite que proporcionam, pois tal deleite, constituindo alívio para o espírito, contribuía para o equilíbrio psíquico dos leitores.

A recepção inicial destes textos desenrola-se, assim, dentro deste quadro de valores: a utilidade que deve andar associada ao deleite provocado pela literatura, e a sua função

³⁸ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - A PACIENCIA CONSTANTE. | DISCVRSOS POETICOS | em estilo Pastoril. | *Por Manoel Quintano de Vasconcellos*. | Dirigido a Dom Lopo de Azeuedo, | Almirante destes Reynos de Por- | tugal, Clauero do Mestrado | de São Bento de Auis, Co- | mendador, & Alcayde | mór da Villa de Iu | rumenha, &c. [Gravura] *Com todas as licenças necessárias*. | Em Lisboa, por Pedro Craesbeeck | impressor del Rey. Anno 1622. | Cum Priuilegio Real, in VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *A paciência constante discursos poéticos em estilo pastoril*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. (cf. AO LECTOR, “Estimulos iuuenis (docemente tirannos da vontade) guiaraõ o entendimento na humilde composição deste liuvrinho, que agora cultiuado (se bẽ parto de seu áspero principio) beneuolo Lector vos offereço.”).

moralizadora, critérios indispensáveis para a sua legitimação. Tal como acima já se mencionou, os testemunhos mais claros deste tipo de recepção encontramos-los em pareceres de censores que apontam o “entretenimento honesto” (*Campos Elísios*)³⁹, a “matéria honesta” e “ficções aprazíveis” (*Ribeiras do Mondego*)⁴⁰ como sendo a utilidade moral destas narrativas, apesar do seu carácter deleitoso, ou exactamente devido a esse mesmo carácter. E não esqueçamos que só as obras que foram objecto de pareceres deste tipo puderam ser impressas. Por isso dificilmente encontramos hoje documentadas reacções negativas a textos concretos. Destaque-se, como exemplo curioso do conflito de atitudes perante esta literatura de ficção, os diferentes juízos críticos que encontramos documentados acerca do *Serão político*⁴¹ de Frei Lucas de Santa Catarina: o prólogo, atribuído a um amigo do autor, insiste na utilidade da obra, associada ao seu carácter deleitoso; o parecer dos censores é positivo, insistindo um deles (Frei João dos Prazeres) na sua função exemplar e doutrinal; um documento

³⁹ FREIRE, João Nunes - OS | CAMPOS | ELYSIOS | DE IOAM NVNEZ FREIRE. | Offerecidos ao senhor Luis Correa Abbade da Igreja, & | Mosteiro de Lordello, Doutor em os sagrados Ca-| nones, & Mestre em Artes pella Univer-| sidade de Coimbra. [Gravura] *Com todas as licenças necessárias*. | Impressos no Porto. Por Ioaõ Rodriguez. Anno 1626, in FREIRE, João Nunes - *Os Campos Elísios*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Lisboa, Instituto da Biblioteca e do Livro, 1996. (cf. *Licenças*, “ Vi este liuro intitulado campos Elysios, composto por Ioaõ Nunez Freire, nelle naõ achey cousa algũa contra nossa santa Fè, ou bons costumes. He muito curioso, & no género de fingidos amores pastoris dos mais honestos que atee agora vi; porque assi trata estas galantarias dos pastores, & pastoras, que a ninguém dà matéria de lascivos pensamentos, antes entretém com algũas humanidades poéticas, & historias: & pois se permitem tantos outros liuros de pouco artificio, & quasi nenhum proveito, este que vay tam cheo de historias, & poesias me parece que pôde sair a luz, pẽra entretenimento dos que honestamente gastam algum tempo em ler liuros profanos, que em fim tudo ajuda a bem se filosofar, quando a liçam do profano he bem ordenada, & fora de toda obscenidade, como hé a presente obra. Em S. Domingos de Lisboa, o primeiro de Novembro de 625. | *Fr. Thomas de S. Domingos Magister.*”).

⁴⁰ SOTOMAIOR, Elói de Sá - RIBEYRAS | DO MONDEGO. | DIRIGIDAS A DVARTE DAL- | buquerque Coelho, Capitão, & Governador | perpetuo da Capitania de Pernambuco | no Estado do Brasil. | PELLO LICENCIADO | Eloyo de Sà Soto Mayor, natural desta | Cidade de Lisboa. [Gravura] *Com licença da S. Inquisição, Ordinario, & Paço*. | Em Lisboa Por Pedro Craesbeeck Impr del Rey 623 [i. é. 1623]. | *A custa de Thome do Valle mercador de liuros*, in Biblioteca de Escritores Portugueses (série C), nova edição, revista e prefaciada por Martinho da Fonseca da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923. (cf. *LICENÇAS*, “ Vi este liuro intitulado Ribeyras do Mondego composto por o Licenciado Eloyo de Sá Soto mayor, não tem cousa que faça impedimento a se poder imprimir; porque inda que a matéria he de amores prophanos, & pastoris, contudo he honesta, & não tem cousa, [que] offenda os bõs costumes, antes he muy curiosa, & de agradauel entretenimẽto em brando, & elegante estylo vaõ ordenados os enredos das hystorias, [que] trata, ao modo poetico, & pastoril cõ ficções aprasiueis, em verso, & em prosa. Pelo que julgo que o liuro ferá a todos de honesta recreação. Em S. Domingos de Lisboa 8. de Nouembro. de 622. | *Fr. Thomas de S. Domingos. | Magister.*”).

⁴¹ SANTA CATARINA, Frei Lucas de - *Serão Político, Abuso Emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*, por Felix da Castanheira Turacém, Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, 1704. V. COSTA, Ana Cecília - *Erudição e utilitas em Frei Lucas de Santa Catarina*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da universidade do Porto, Porto, FLUP, 2007.

inédito existente na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, da autoria do cónego João Maciel, censura violentamente a imoralidade das narrativas contidas nesta obra considerada escandalosa na pena de um autor eclesiástico como era Frei Lucas de Santa Catarina (que, aliás, publicou esta obra com o pseudónimo anagramático de Félix Castanheira Turacém)⁴².

É difícil ao leitor de hoje compreender o sucesso que estas narrativas tiveram no seu tempo, a adesão entusiástica dos leitores da época expressa nas relativamente numerosas edições que quase todas elas tiveram. Veja-se, a título de exemplo, o êxito editorial alcançado nos séculos XVII e XVIII pelas obras de Gaspar Pires de Rebelo (*Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, seis edições da 1.^a parte e quatro da 2.^a; *Novelas Exemplares*, seis edições) e do Padre Mateus Ribeiro (*Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos*, seis edições). Só a consideração dos valores literários, sociais e morais que dominavam a mentalidade da época e condicionavam as expectativas dos leitores permite compreender a sua recepção. E, apesar de o interesse por estas obras se ter vindo a alterar, sobretudo na segunda metade do século XVIII, apesar de algumas permanências, não deixa de ser pertinente interrogarmo-nos acerca da sua sobrevivência no século XIX, nomeadamente quanto às marcas de leituras que se perpetuaram⁴³. É neste sentido, então, que de seguida partimos para uma reflexão sobre títulos e outros paratextos de ficção narrativa em prosa no século XVII, nunca esquecendo de apresentar, sucintamente, os autores de cujas obras falaremos.

⁴² SANTA CATARINA, Frei Lucas de - *Serão Político, Abuso Emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*, por Felix da Castanheira Turacém, Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, 1704.

⁴³ V. SANTOS, Zulmira C - estudo introdutório à edição de Teodoro de Almeida, *O Feliz independente*, Porto, Campo das Letras, 2001.

II – Títulos e paratextos de ficção narrativa em prosa no século XVII

As leituras que fizemos das obras de ficção narrativa em prosa no século XVII que viriam a constituir o *corpus* textual do presente estudo, bem como da bibliografia crítica disponível até à data sobre as questões que se colocam a partir da exegese das mesmas, foram assinalando a importância da expressão das indicações contidas nos seus títulos e das reflexões apresentadas nos seus paratextos, e motivaram o nosso interesse por desenvolver uma investigação que permitisse alcançar algumas conclusões, mesmo se provisórias. Concluído o estudo introdutório sobre a oscilação das denominações da ficção narrativa em prosa, que nos permitiu conhecer melhor a complexidade desta tipologia narrativa ao longo do século XVII, percebendo que muitas das questões remetiam, como é natural, para o século XVI, impõe-se, agora, a apresentação do elenco de autores cujas obras fazem parte do nosso *corpus* textual, nunca esquecendo de referir as edições *princeps* e as reedições das mesmas ao longo do século XVII e início do século XVIII, e de apontar sucintamente as especificidades de cada um dos textos em questão. Assim sendo, e como anteriormente referido, o período por nós escolhido compreende os anos de 1601 a 1700, ou seja, os anos que se situam entre a publicação de *A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo e de *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1692) do Padre Mateus Ribeiro, embora recorramos, para este último caso, em virtude de alguns acrescentos aos prólogos a edições do início do século XVIII. As fronteiras cronológicas tornaram-se imperativas, numa dissertação desta natureza, para definir e poder estudar um *corpus* exaustivo, mesmo se obtendo conclusões provisórias. Optámos, pois, por dar à presente exposição uma sequência cronológica, de acordo com a publicação das edições *princeps* de cada uma das obras aqui contempladas⁴⁴.

Em 1601, saía da oficina lisboeta de Jorge Rodrigues um livro intitulado *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo⁴⁵. Usando apenas a língua portuguesa, esta obra inaugura em Portugal um género literário de ampla aceitação, entre o público-

⁴⁴ A determinação da data aproximada da composição, edição e reedição das novelas é importante para a caracterização do estilo, bem como para a compreensão das condições em que se processou a sua recepção.

⁴⁵ LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira*. Em Lisboa, per Jorge Rodrigues impressor de livros. Ano do Senhor de M.DCI. Desta edição, a *princeps* portanto, conhece-se actualmente apenas um exemplar da Biblioteca Nacional de Madrid. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*, Vega, 2003, p. 7.).

leitor, quer na Península Ibérica⁴⁶ quer em países como a França⁴⁷ e a Inglaterra⁴⁸, pelo menos desde a publicação da *Diana* (1559)⁴⁹, obra-prima da literatura de língua castelhana redigida pelo português Jorge de Montemor. Não entrando, por agora, em linha de conta com a *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro (obra que, de acordo com a maioria dos críticos e estudiosos da nossa literatura, entre os quais Maria Lucília Gonçalves Pires, não pode ser designada linearmente de novela pastoril, apesar dos elementos bucólicos que a integram⁵⁰), *A Primavera* seria a primeira novela pastoril portuguesa, à época designada como «livros de pastores», ou seja, tratava-se da primeira obra escrita por um português e em língua portuguesa, numa época em que o bilinguismo era corrente entre os nossos autores. Contudo, se o prestígio alcançado por *Los siete Libros de La Diana* acabou por condicionar a novelística de inspiração pastoril, não podemos deixar de aproximar *A Primavera* de obras como a *Arcadia* (1504)⁵¹ de Jacopo Sannazaro, a matriz do género no século XVI, e até mesmo da *Menina e Moça* (1554)⁵² de Bernardim Ribeiro, do ponto de vista dos «amores» entre pastores⁵³. N' *A Primavera*, Francisco Rodrigues Lobo viria a adoptar os tópicos do género e as estruturas que o identificam, anteriormente explorados por Jacopo Sannazaro e Bernardim Ribeiro. João Palma-Ferreira parece, no entanto, concordar

⁴⁶ Na sequência da *Diana* de Jorge de Montemor, publicaram-se em Espanha obras como a *Diana enamorada* (1564) de Gil Polo, *El pastor de Filida de Gálvez* (1582) de Montalvo, *La Galatea* (1585) de Cervantes, *Arcadia* (1598) de Lope de Vega. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *op. cit.*, p. 8.).

⁴⁷ Esta voga da novela pastoril verifica-se, em França, não só com as traduções da *Diana* (cf. ANACLETO, Marta Teixeira - *Aspectos da recepção de Los siete libros de la Diana em França*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994.), como com obras que a imitam, entre as quais sublinhamos *L'Astrée* (1607) de Honoré d'Urfé. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *op. cit.*, p. 8.).

⁴⁸ Também em Inglaterra se produz então uma das obras mais representativas do género, *Arcádia* (1578) de Philip Sidney. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves., *op. cit.*, p. 8.).

⁴⁹ MONTEMOR, Jorge de - *Diana*, tradução e prefácio de Nuno Júdice, Lisboa, Teorema, D.L., 2001.

⁵⁰ Cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *op. cit.*, p. 7.

⁵¹ MARNOTO, Rita - *A Arcádia de Sannazaro e o bucolismo*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, p. 14. Segundo informação da autora, a edição *princeps* d' *A Arcádia* é de 1504 e foi publicada em Nápoles, tendo sido preparada por Pietro Summonte para os prelos de Signismondo Mayr. J. S.

⁵² Cf. Nota de rodapé 1.

⁵³ Vd. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *op. cit.*, pp. 8 e 9; RALLO, Asunción - *Introducción a Los siete libros de la Diana* de Jorge de Montemayor, Madrid, Catedra, 1995, pp. 47 e 48; CARRASCO GONZÁLEZ, Juan M - "El origen portugués de la novela pastoril castellana", in *Literatura portuguesa y literatura española. Influencias y relaciones* (Anejo n.º XXXI de *Cuadernos de Filología*), ed. María Rosa Álvarez Sellers, Universitat de Valencia, 1999, pp. 327-345. Neste trabalho defende o autor a tese de que a *Menina e Moça* foi "el auténtico precedente directo de Montemayor (...), responsable (...) de las peculiaridades fundamentales que adopta el género en España", diferenciando-se do modelo que constituía a *Arcadia* de Sannazaro; NEVES, Maria Leonor Urbano Curado - *Transformação e hibridismo genéricos na Menina e moça de Bernardim Ribeiro* (dissertação de doutoramento), Lisboa, Faculdade de Letras, 1996.

apenas parcialmente com esta opinião, dado que considera a *Diana* de Jorge de Montemor, o “fundamento mais próximo”, não só da novela pastoril em geral⁵⁴, como também das novelas pastoris de Francisco Rodrigues Lobo. Assim sendo transcrevemos aqui um excerto das suas afirmações relativas ao assunto: “*O fundamento das suas [de Francisco Rodrigues Lobo] novelas pastoris é, provavelmente, a Arcádia, de Jacopo Sannazaro, publicada um século antes da Primavera, em 1504, que inclui prosas e verso e na qual se respira a ansiedade por um mundo pacífico, uma das grandes aspirações do Renascimento; mas o seu fundamento mais próximo é a Diana, de Jorge de Montemor, originariamente publicada em castelhano, em Valência, cerca de 1559 e onde, no cenário da vida campestre, ocorrem amores inclinados à especulação metafísica e discutidos em debates directamente retirados do primeiro dos Diálogos de Leão Hebreu, conceitos de que se conclui acerca da dualidade entre o amor espiritual e o amor carnal (...)*”⁵⁵. Contudo, no estudo introdutório que preparou para *A Primavera*, Maria Lucília Gonçalves Pires sublinha também que um dos aspectos que mais contribuiu para o êxito de *A Primavera* foi «a beleza das numerosas composições poéticas que integram o texto»⁵⁶.

Segundo Inocêncio Francisco da Silva, Rodrigues Lobo era “natural de Leiria, filho de André Lazaro Lobo e de Joana de Brito Gavião, pessoas de nobreza qualificada, e favorecidas dos bens da fortuna”⁵⁷. A mesma informação é dada por Diogo Barbosa Machado⁵⁸. Em 1593 ainda era estudante universitário, tendo completado o grau

⁵⁴ PALMA-FERREIRA, João - *Novelistas e contistas portugueses do século XVII e XVIII*, prefácio e selecção de João Palma-Ferreira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, imp. 1982, p. 44. “(...) a Diana é, de qualquer modo, o modelo da novela pastoril que, adaptando-se a um novo gosto, a uma outra dimensão da expressão e ao impulso estético do Barroco, se converte na novela sentimental, tão vastamente cultivada nos séculos XVII e XVIII.”. Repare-se, curiosamente, como o autor aponta já para a evolução de um subgénero para outro: da novela pastoril à novela sentimental. [o sublinhado é do próprio autor].

⁵⁵ PALMA-FERREIRA, João - *op. cit.*, p. 43. [o sublinhado é do próprio autor]. Sobre os Diálogos de Leão Hebreu vd. NOVOA, James W. Nelson - *Los diálogos de amor de León Hebreo en el marco sociocultural sefardí del siglo XVI*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste", 2006.

⁵⁶ PIRES, Maria Lucília Gonçalves - estudo int. a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*, Lisboa, ed. Vega, 2003, p. 15.

⁵⁷ SILVA, Inocêncio Francisco da - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 45.

⁵⁸ MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana: historia, critica, e cronológica, na qual se comprehende a noticia dos authores portugueses, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*, reprodução da edição princeps de 1741-1759, revista por Manuel Lopes de Almeida, Tomo II, Coimbra, Atlântida, 1965-1967, p. 242. Francisco Rodrigues Lobo seria “natural da cidade de Leiria, onde teve por progenitores a André Lazaro Lobo, e D. Joanna de Brito Gavião igualmente nobres, e opulentos.”.

académico em 1602. Clérigo de ordens menores, com bens próprios e rendimentos, foi protegido pelos Duques de Bragança e, excluída uma curta permanência em Vila Viçosa⁵⁹, passou a sua breve vida em Leiria. Deslocava-se frequentemente a Lisboa, tendo sido numa dessas viagens que morreu afogado no rio Tejo na sequência de um naufrágio ocorrido, provavelmente, em 1621⁶⁰. Na sua trilogia de novelas pastoris, *A Primavera* (1601)⁶¹, *O Pastor Peregrino* (1608)⁶² e *O Desenganado* (1614)⁶³, contam-se as aventuras do pastor Lereno que decorrem num ambiente quase fantástico e profundamente liricizado, embora o autor insista na verosimilhança comportada pelas referências a rios e paisagens precisas do Lis, do Mondego, de Leiria e Coimbra. Destas três novelas daremos especial atenção à primeira, dado que as outras duas não acrescentam, nos paratextos, considerações relevantes. Não deixaremos, todavia, de fazer-lhes referência sempre que necessário. A intenção moralizante, o pitoresco que se encontra na descrição dos hábitos e costumes dos pastores e a tristeza quase mórbida que inunda a obra de Rodrigues Lobo, como sublinhou Maria de Lourdes Belchior⁶⁴, fundidos no sentimento do desengano insuflado pelo cepticismo barroco na melancolia

⁵⁹ PALMA-FERREIRA, João - *op. cit.*, p. 43.

⁶⁰ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, pp. 45 e 47. “Sabe-se apenas, que vivia retirado na sua patria a maior parte do tempo, fazendo comtudo algumas digressões a Lisboa; que em uma d’estas ao descer o Téjo, vindo de Santarem embarcado, pereceu desgraçadamente no rio, naufragando por effeito de tempestade; e que o seu cadáver, sendo arrojado á praia, fôra conduzido ao antigo convento de S. Francisco da cidade (...) e ahi sepultado em uma capella que chamavam das Queimadas. Posto que os biographos não assignem a data precisa d’esto lamentavel successo, é certíssimo que elle só podia ter logar depois do anno 1623”, isto porque de acordo com o mesmo autor Francisco Rodrigues Lobo ainda seria vivo em 1623 aquando da publicação de *La jornada que la magestad catholica del Rey Filipe III hizo al reyno de Portugal, y el triunfo y pompa com que le recebio la insigne ciudad de Lisboa, compuesto en vários romances*, em Lisboa, por Pedro Craesbeeck. Neste ponto a opinião de Maria Lucília Gonçalves Pires é divergente da apresentada por Inocêncio. De acordo com a autora mencionada, Rodrigues Lobo teria morrido em 1621, pelo que a obra indicada por Inocêncio seria de publicação póstuma (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *op. cit.*, p. 10.). Sobre o mesmo assunto cf. ainda MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, p. 242. “Merecendo administrar os lugares mais honorificos para que o habilitavaõ a nobreza de nascimento, e profundidade do talento, sempre viveo retirado da Corte, como quem conhecia ser seu clima pouco favorável aos cultores das sciencias. Ao tempo que passava de Santarem para Lisboa embarcado perdeu a vida naufragãte em o Tejo digna certamente de fim mais glorioso, cujo cadaver sahindo à praya, foy honorificamente sepultado na Capella das Queimadas situada no Claustro de S. Francisco da Cidade.”.

⁶¹ Cf. Nota de rodapé 45.

⁶² LOBO, Francisco Rodrigues - *O Pastor Peregrino*, edição de Maria Lucília Gonçalves Pires, Lisboa, Vega, 2004.

⁶³ LOBO, Francisco Rodrigues - *O Desenganado*, edição de Maria Lucília Gonçalves Pires, Lisboa, Vega, 2007.

⁶⁴ BELCHIOR, Maria de Lourdes - *Itinerário poético de Francisco Rodrigues Lobo*, Livro II “Versos na Trilogia novelística”, Cap. I, pp. 113-126 e Cap. II, pp. 127-148, 2.^a ed., Lisboa, IMCM, 1985 (1.^a ed. 1959).

típica do escritor, são alguns dos timbres identificados na leitura de *A Primavera*. A obra está dividida em três partes, (“Vales e montes entre o Lis e o Lena”, “Campos do Mondego” e “Praias do Tejo”), e diversas “Florestas” (subcapítulos das ditas três partes) às quais correspondem igualmente três espaços e três momentos diegéticos distintos. A sua estrutura é linear e repetitiva, sendo a sua linha fundamental a história da deambulação de Lereno, o protagonista da novela, e do amor e «segredo» que a determinaram. Desde os autores seiscentistas até ao nosso tempo, a posição da crítica perante a recepção desta obra parece coincidir num mesmo ponto a que já aludimos: o elemento de maior importância no êxito d’ *A Primavera* reside na beleza das composições poéticas que integram o seu texto, na exploração do mito do pastor idealizado e no teor neoplatonizante das histórias narradas por Francisco Rodrigues Lobo⁶⁵. Em relação à unidade da obra em si, contemplando agora a questão do uso conjunto de prosa e verso, típico dos «livros de pastores», desde o modelo da *Arcadia* de Sannazzaro, apesar da aparente “pobreza de acção” para uns, e, “incoordenação e desconexão de plano” para outros, a verdade é que a prosa surge no texto da novela como um elo essencial de ligação entre os poemas, quanto mais não seja porque os introduz e incorpora na narrativa, desempenhando funções diegéticas mais ou menos relevantes⁶⁶.

Depois da edição *princeps* de *A Primavera* (1601)⁶⁷, o autor procede a alterações do texto, publicando em 1608 uma segunda edição “emendada e acrescentada”⁶⁸. Em

⁶⁵ Sobre este assunto cf. COSTA E SILVA, José Maria - *Ensaio bibliográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, Tomo V, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853, p. 69; JORGE, Ricardo - *op. cit.*, p. 254; LOBO, Francisco Rodrigues - *Poesias*, selecção, prefácio e notas de A. Lopes Vieira, Lisboa, Sá da Costa, 1955, p. LV; BELCHIOR, Maria de Lourdes - *op. cit.*, p. 314; e, SIMÕES, João Gaspar - *História do romance português*, Vol. I, Lisboa, Estúdios Cor, 1967, p.132.

⁶⁶ BELCHIOR, Maria de Lourdes - *op. cit.*, p. 114: “O que à primeira vista impressiona, quando se folheia o livro, é a abundância de poesias ali insertas. Depois, no decorrer da leitura da novela, nasce muitas vezes a impressão de que a prosa é apenas arranjo ou ligação entre as poesias, de modo a embrechá-las oportunamente numa sequência de episódios.” PEREIRA, Paulo Silva - *Metamorfoses do Espelho. O Estatuto do protagonista e a lógica da representação ficcional na trilogia de Rodrigues Lobo*, Lisboa, INCM, 2003. SANTOS, Zulmira C - «Vícios, virtudes e paixões: da novela como «catecismo» no século XVIII», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3 (2006) pp. 187-199.

⁶⁷ Cf. Nota de rodapé 45.

⁶⁸ LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo de novo emendada e acrescentada nesta segunda impressão pelo mesmo Autor. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira. Com licença da Santa Inquisição*. Em Lisboa, por Pedro Crasbeeck, Ano de 1608. Desta edição apenas se encontrou, em bibliotecas portuguesas, um exemplar na biblioteca do Palácio Ducal de Vila Viçosa, (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *op. cit.*, p. 10.). Ricardo Jorge localizou exemplares desta edição na Biblioteca Nacional de Madrid e na do British Museum (cf. JORGE, Ricardo - *Francisco*

1619 saiu uma nova edição⁶⁹, em cujo frontispício surge estampada a indicação de que a obra é “de novo emendada e acrescentada nesta terceira impressão pelo mesmo Autor”. No entanto, relativamente à segunda edição, excepção feita a diferenças ortográficas pouco relevantes, em termos textuais, não apresenta divergências significativas. A qualidade do trabalho tipográfico é que parece comportar algumas diferenças: enquanto a segunda edição apresenta um texto impresso de forma cuidada, a terceira apresenta vários erros que se terão repercutido na transmissão da novela dado que, sendo esta a publicação mais conhecida feita em vida do autor, todas as edições posteriores a tiveram por base. Por outro lado, em algumas das edições posteriores a 1619 procedeu-se à correcção aleatória desses mesmos erros. Após a morte do autor (apontemos o ano de 1621, subcrevendo a opinião de Maria Lucília Gonçalves Pires), a obra continuou a ser editada: ainda no século XVII temos edições de 1650⁷⁰ e 1670⁷¹. De eventuais edições de 1633 e 1635 só temos o testemunho de Diogo Barbosa Machado⁷², não havendo rasto da existência de qualquer exemplar. Importante será referir que, da história editorial de *A Primavera* no século XVII, consta também uma tradução em língua castelhana, de Juan Baptista Morales, em Montilla, 1629⁷³.

Em Portugal, pouco depois da produção e publicação d’ *A Primavera* surgem outras novelas pastoris que por nós também foram incluídas no *corpus* textual em estudo nesta dissertação. É o caso da *Lusitânia Transformada* (1607)⁷⁴ de Fernão Álvares do

Rodrigues Lobo. *Estudo biográfico e crítico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 385. Reedição facsimilada, Lisboa, Fenda, 1999.).

⁶⁹ LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo de novo emendada e acrescentada nesta terceira impressão pelo mesmo Autor. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira. Com todas as licenças necessárias*. Em Lisboa, Por António Álvares, Ano de 1619. Desta edição existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁷⁰ LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira*. Em Lisboa, por António Álvares, 1650.

⁷¹ LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira*. Em Lisboa, por António Craesbeeck de Melo, 1670.

⁷² MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, p. 243. “*Primavera, primeira Parte*. (...) Dedicada a D. Juliana de Lara Condeça de Odemira (...) por Lourenço Craesbeeck. 1633. (...) ibi por Pedro Craesbeeck. 1635.”. Francisco Inocêncio da Silva afirma o mesmo, indicando a sua fonte em Barbosa Machado, sublinhando porém o facto de não ter visto exemplares de algumas das edições enumeradas: “*A Primavera* (...) Ibi, por Lourenço Craesbeeck 1633. (...) Ibi, por Pedro Craesbeeck 1635. (...) Da maior parte d’estas edições, mencionadas aqui sob a fé de Barbosa, não tenho podido ver algum exemplar.” (cf. SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, p. 46.).

⁷³ *La Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. Traducida por Juan Baptista Morales. Montilla, 1629. (cf. MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, p. 243; SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, p. 46; e PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *op. cit.*, pp. 11 e 34).

⁷⁴ ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *Lusitânia Transformada. Composta, por Fernão Álvares do Oriente. Dirigida, ao Illvstrissimo, & muy Excelente Senhor, Dom Miguel de Menezes, Marquez de Villa*

Oriente, dirigida a D. Miguel de Meneses, Marquês de Vila Real, Governador de Ceuta, e publicada em Lisboa na oficina de Luys Estupiñan, sob a responsabilidade do conhecido livreiro Domingos Fernandes, já depois da morte do autor, provavelmente em 1600 ou pouco depois⁷⁵. Quanto à data em que terá sido escrita a *Lusitânia Transformada*, o estudo realizado por António Cirurgião permite concluir que isso não aconteceu antes de 1600, refutando-se, assim, a opinião de todos os que afirmavam que Fernão Álvares do Oriente tinha morrido em 1595⁷⁶. No “Prólogo aos Leitores” da primeira edição faz Domingos Fernandes a seguinte declaração: “Na minha diligência também me ficam devendo agradecimento pola vontade com que, morto o autor, que o deixou imperfeito, procurei comunicá-lo, per via da impressão, trabalhando por indústria de bons entendimentos tirar dentre os espinhos, com que ficaram de mistura os lírios e flores, que brotou tão alto engenho na nossa Lusitânia terreno já tão cultivado.”⁷⁷. António Cirurgião questiona-se quanto ao facto da edição *princeps* ter sido realmente organizada pela mão de Domingos Fernandes, já que este último, como livreiro e bom conhecedor do seu ofício, ao fazer tal afirmação, talvez pretendesse valorizar a sua competência na matéria junto do público. Conclui, no entanto, que a leitura da novela dá a entender que a obra deverá ter sido terminada pela mão do próprio autor. Sendo assim, Domingos Fernandes mais não terá feito do que entregar o texto original ao impressor⁷⁸. A obra foi reeditada em 1781 pela Real Academia das Ciências de Lisboa, sob a direcção do Padre Joaquim de Foyos, sócio dessa academia a quem se devem muitas reedições de autores do século XVI. Desde então, a primeira edição da *Lusitânia Transformada* tem vindo a merecer algumas suspeitas levantando-se dúvidas

Real. Conde d’ Alcoutim & de Valença, Senhor d’Almeida. Capitam mor & Gouvernador de Ceita. Com Licença Do Supremo Concelho da Santa Inquisiçam, & do Ordinario, Impressa em Lisboa, por Luys Estupiñan. Anno de 1607. Esta trata-se da edição *princeps*.

⁷⁵ Vd. CIRURGIÃO, António - *Fernão Álvares do Oriente – o homem e a obra*, Paris, Centro Cultural Português, FCG, 1976, pp. 45 e 46.

⁷⁶ Segundo Ricardo Jorge (cf. JORGE, Ricardo - *op.cit.*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 27), D. Manuel de Meneses, Marquês de Vila Real, morreu em 1590, tendo-lhe sucedido, nos cargos e nos títulos, seu filho primogénito, D. Miguel Luís de Meneses. Ora, no “Canto de Constância” (*LT*, fl. 186), lê-se o seguinte: “Então Miguel sublime o peito enchendo/D’esforços, feito já Marquês ilustre, /Inimigos fortíssimos vencendo, /Ceita defenderá um e outro lustre”. Quer isto dizer, que se D. Miguel, já na qualidade de Marquês, iria defender Ceuta durante “dois lustres”, ou seja, durante 10 anos, então Fernão Álvares do Oriente em 1600 ainda escreveria ou estaria para concluir a sua obra.

⁷⁷ ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *op.cit.*, in ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *Lusitânia Transformada*, introdução e actualização de texto de António Cirurgião, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 9.

⁷⁸ ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *op.cit.*, in ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *Lusitânia Transformada*, introdução e actualização de texto de António Cirurgião, pp. 9 e 10.

quanto à fidedignidade do texto impresso em 1607. Neste ponto, consideremos, tal como António Cirurgião, o que escreve o Padre Joaquim de Foyos no “Aviso ao Leitor” da segunda edição: “Depois do índice seguem-se as emendas, ou nas palavras ou no contexto, que fizemos à primeira edição. Não as apontamos todas: quem quiser cotejar esta edição com a antiga conhecerá o benefício que fizemos à língua Portuguesa em publicar com bastante correcção um autor elegantíssimo seu, que se achava depravadíssimo.”⁷⁹. Realizado o cotejo sugerido pelo organizador desta nova edição, António Cirurgião verificou que, em boa verdade, o Padre Joaquim de Foyos apenas fez o que era comum na época. Assim, pelo que ao texto da novela diz respeito limitou-se a corrigir as erratas indicadas na 1.^a edição, em duas páginas; modernizar a ortografia e a pontuação, segundo os padrões do tempo; e desfazer algumas gralhas tipográficas, entre as quais regista 15 na pág. 555 da dita edição, sob a seguinte rubrica: «Breves Notas à *Lusitânia Transformada*».

Consultada a bibliografia sugerida por António Cirurgião acerca dos dados biográficos de Fernão Álvares do Oriente⁸⁰ optámos por incluir aqui alguns dos apontamentos apresentados pelo mesmo autor, com base na dita bibliografia. Sublinhe-se que apenas considerámos tudo o que dissesse respeito aos elementos externos da mesma, ou seja, excluámos todas as informações que partindo da novela de Fernão Álvares do Oriente pudessem completar ou corroborar os dados de documentos autênticos, por ser informação demasiado extensa no âmbito da exposição agora pretendida⁸¹. Assim, afirma António Cirurgião que Fernão Álvares do Oriente deverá ter nascido por volta de 1530, tendo sido armado cavaleiro por D. Pedro de Meneses, em 1550. Foi capitão da cidade de Ceuta, combateu no Norte de África e viu os seus serviços reconhecidos em 1552 por D. João III. Entre 1572 e 1573 esteve na Índia sob o comando do vice-rei D. António de Noronha e já em 1578 foi chamado pelo rei D. Sebastião para combater na Batalha de Alcácer-Quibir. De 1587 a 1599 andou pela

⁷⁹ ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *Lvsitania Transformada composta por Fernão Álvares do Oriente, Dirigida ao Illvstrissimo & mvi Excellente Senhor, Dom Miguel de Menezes, Marquez de Villa Real, Conde d' Alcoutim e de Valença, Senhor de Almeida, Capitão Mór e Governador de Ceita*. Impressa em Lisboa por Luiz Estupiñan anno de 1607 e agora reimpressa, e revista com hum índice da sua lingoagem por hum Socio da Academia das Sciencias de Lisboa [Gravura] Lisboa, na regia Officina Typografica. Anno M.DCC.LXXXI. Com Licença Da Real Meza Censoria.

⁸⁰ ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *Lusitânia Transformada*, introdução e actualização de texto de António Cirurgião, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Outubro 1985, pp. XVII e XVIII (cf. notas 1 a 12).

⁸¹ Sobre este assunto vd. ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *op.cit.*, introdução e actualização de texto de António Cirurgião, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Outubro 1985, pp. XV-XXVI.

Índia entre expedições militares e navais. A 3 de Março de 1600, Filipe II de Portugal concedeu-lhe o «cargo de escrivão do galeão da carreira do Maluco por duas viagens», em função dos doze anos de serviço prestado ao Reino na Índia. A data precisa da sua morte é desconhecida, mas aponta-se para os anos entre 1600 e 1607.

A partir da leitura da dedicatória desta obra é possível afirmar que, embora a *Lusitânia Transformada* tenha sido redigida já depois da perda da independência, logo na subtileza do título o autor evoque alguma coisa do ambiente de retraimento que caracterizou a literatura da época. Ainda assim, a “transformação” a que se refere Fernão Álvares do Oriente parece ter mais a ver com o fundo literário da obra do que com factores políticos. Por tudo isto, a *Lusitânia Transformada* oferece aos que se interessam pelos aspectos ideológicos das novelas um texto elucidativo da resposta de um autor a um conjunto de problemas sociais, políticos, religiosos e culturais que caracterizaram um período da História de Portugal marcado pela corrupção entre os responsáveis pela manutenção do império, pelo desastre de Alcácer Quibir e pelo drama da ocupação espanhola. Considera António Cirurgião que, neste contexto, deverá acentuar-se que a obra deste escritor, pelo seu carácter moralizante, difere muito das novelas pastoris italianas e espanholas que a precederam. Basta lembrar a crítica feita à ambição pela riqueza e aos abusos e prepotências dos poderosos. Fernão Álvares do Oriente recorreu à alegoria (tão comum a este género literário, como adiante se constatará) para indirectamente criticar formas de governo e instituições religiosas e sociais. Reforce-se, porém, que à semelhança de outras novelas pastoris da época, também nesta, ficção e realidade vão de mãos dadas, pelo que se deverá ter algum cuidado quando se passa da ficção à História ou da História à ficção, embora a bibliografia mais recente sublinhe a ligação das novelas pastoris a cenários e personagens reais, hoje ocultas para nós⁸². Estas considerações tornam-se especialmente importantes numa época em que era necessário iludir a censura, em virtude da gravidade e das consequências fatais que a narração de factos históricos, sem o recurso à alegoria, acarretaria para o autor.

Dividida em Três Livros, subdivididos em diversas prosas, a *Lusitânia Transformada* decorre simultaneamente num cenário bucólico, ao estilo do *locus amoenus*, e num cenário, que se diria secundário, tão vasto e exótico como o império português do tempo em que o autor viveu e escreveu. Reflexo da prática autobiográfica

⁸² V. o estudo introdutório de FUBINI, Mário à edição de *Aminta* de T. Tasso, Milano, C. Bur, 2007 (reed.).

deste género de composições, o protagonista do enredo tem dois nomes: Olívio e Felício. Chama-se Olívio enquanto peregrina pelo Oriente, pelo Continente Africano e pelas Ilhas do Mar da China, do Oceano Índico e do Oceano Atlântico; e, chama-se Felício a partir do momento em que, mudando de estado, encontra a felicidade e passa a viver como pastor nas margens do Nabão, num autêntica Arcádia, na companhia de outros pastores. O percurso realizado por Olívio/Felício segue a lógica do *homo viator*, ou seja, do homem que parte do Nascente para o Poente, do berço para a tumba. Entre discussões sobre o amor, o desengano por este causado, a filosofia da vida e a futilidade dos bens materiais, destas se concluindo que a felicidade ascética ou contemplativa seria a meta final a atingir pelos pastores peregrinos, surgem outros temas entre os quais se destacam o elogio feito às “excelências” da língua portuguesa, tema de larga repercussão na época, a questão do estado lastimável em que a poesia se encontrava, o louvor dirigido aos mais ilustres poetas portugueses, nomeadamente Camões, o “Príncipe dos Poetas”, evidenciando o alto prestígio do autor de *Os Lusíadas*. Também aqui é necessário ter em atenção o cruzamento da ficção com a realidade, até porque desde o “Proémio Dedicatório” ao corpo da novela, no “Canto da Sirena” e no “Canto de Constância”, entoa Fernão Álvares do Oriente os louvores a D. Miguel de Meneses, Marquês de Vila Real, neto de D. Pedro de Meneses e filho de D. Manuel de Meneses, que provavelmente terão sido os seus mecenas. Entre as peculiaridades dos artifícios poéticos usados temos toda uma panóplia de tipos diferentes de poemas: o labirinto, a sextina, o soneto, os versos esdrúxulos, o capítulo e a elegia, provando que, ao contrário do que muitas vezes se diz, esta poesia tinha uma função de reconhecimento de rede «clientelar» que a torna fundamental no contexto da época.

Quinze anos após a publicação da obra de Fernão Álvares do Oriente, surge em Portugal uma nova novela pastoril de autor português: *A Paciência Constante* (1622)⁸³, de Manuel Quintano de Vasconcelos. Antes de passar ao curto historial das edições da sua novela e apurada já alguma pesquisa sob a orientação das indicações contidas na antologia de João Palma-Ferreira dedicada aos novelistas e contistas portugueses do

⁸³ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *A Paciência constante. Discvrsos Poeticos em estilo Pastoril. Por Manoel Quintano de Vasconcellos. Dirigido a Dom Lopo de Azeuedo, Almirante destes Reynos de Portugal, Clauero do Mestrado de São Bento de Auis, Comendador, & Alcayde mór da Villa de Iurumenta, &c.* [Gravura] *Com todas as licenças necessarias. Em Lisboa, Por Pedro Craesbeeck impressor del Rey. Anno 1622. Cum Priuilegio Real.* Trata-se da edição *princeps* existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

século XVII⁸⁴ e nos estudos realizados por António Cirurgião sobre Manuel Quintano de Vasconcelos⁸⁵, começemos por esclarecer os dados biográficos do autor em causa. Concentremos, pois, a nossa atenção nas palavras de Diogo Barbosa Machado: “Manoel Quintano de Vasconcellos, Fidalgo da Casa Real, filho de Joaõ Quintano de Vasconcellos, Fidalgo da Casa Real, e de D. Guiomar de Lemos descendente da illustre casa da Trofa, naceo em a Villa de Estremoz da Provincia Transtagana. Foy muito perito na Historia secular, e preceitos da Poezia, que cultivou desde os primeiros annos. O morgado da Sylveirinha que possuía doou a 18 de Janeiro de 1635 a seu sobrinho Joaõ de Villalobos de Vasconcellos. Foy casado com D. Jeronyma de Almada de quem não teve suçessão. Falleceo na pátria a 3 de Junho de 1655. Compoz *A paciência constante, discursos poéticos em estilo pastoril*. Lisboa por Pedro Craesbeeck. 1622. Dedicado a Dom Lopo de Azevedo Almirante do Reino. Consta de Proza, e Verso.”⁸⁶. Ainda neste passo indica o bibliógrafo que Jacinto Cordeiro celebra Quintano de Vasconcelos no *Elogio dos Poetas Lusitanos*, estância 62⁸⁷. José Maria da Costa e Silva⁸⁸ nada acrescenta de substancial, quer quanto à vida quer quanto à obra de Manuel Quintano de Vasconcelos, ao que já fora deixado registado por Barbosa Machado. Tal como Inocêncio Francisco da Silva, especula, contudo, quanto à possível data de nascimento do autor, sugerindo o ano de 1600 com base na data de publicação d’ *A Paciência Constante* (1622) e na referência ao acto de renúncia ao Morgado da Silveirinha (1635). Parece ir ainda mais longe especulando também sobre o número de obras que Quintano de Vasconcelos terá composto e acerca do lugar onde terá passado os últimos anos da sua vida. Por sua vez, Inocêncio refere não todos mas apenas alguns dos dados já apontados por Barbosa Machado, acrescentando, no entanto, que Manuel Quintano de Vasconcelos terá sido “alumno distincto da eschola hespanhola”⁸⁹, bem como alguns comentários quanto às características d’ *A Paciência Constante*, que passamos a citar: “É um romance ou novella, dividido em cinco livros, cuja continuação o auctor

⁸⁴ PALMA-FERREIRA, João - *op. cit.*, p.65 e 66.

⁸⁵ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *A Paciência Constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, pp. 15-23.

⁸⁶ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo III, p. 348.

⁸⁷ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo III, p. 348. “ *Querendo Manoel Quintano el premio intenta/ Con pluma libre, con florida mano, / Nò correrà del golfo la tormenta/ Si es el laurel com todos cortesano.* ”.

⁸⁸ COSTA E SILVA, José Maria - *Ensaio bibliográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, Tomo VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.

⁸⁹ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo VI, p. 89.

promettia em segunda parte, ignorando-se contudo se a chegou a escrever, e que de certo não imprimiu. Consta de prosa e verso (...) ”⁹⁰. Da raridade dos exemplares existentes da novela de Quintano de Vasconcelos conclui o mesmo bibliógrafo que o “livro concorre poderosamente sem duvida para esse immerecido esquecimento em que jaz o auctor.”⁹¹. De acordo com António Cirurgião, a especulação quanto à possível data de nascimento de Manuel Quintano de Vasconcelos é pouco credível, a julgar pelo que o próprio autor afirma na dedicatória ao Almirante Dom Lopo de Azevedo⁹² e nas palavras declaradas ao leitor⁹³. Como afirma o mesmo autor, se entre 1620, ano da licença para a publicação da novela, e 1622, ano da publicação da obra, apenas decorreram dois anos, então quer a dedicatória quer o prólogo ao leitor terão sido redigidos durante esse lapso de tempo. Assim sendo, Manuel Quintano de Vasconcelos terá provavelmente nascido entre 1570 e 1580, já que, “numa divisão quaternária das fases da vida humana, em sintonia com o processo solar e anual das estações, o Outono começaria aproximadamente aos cinquenta anos.”⁹⁴. Quanto à redacção de *A Paciência Constante*, em função do exposto, esta terá sido escrita entre 1580 e 1600, ou seja, quando o seu autor rodaria os vinte anos pois só assim se explica a referência aos “estímulos juvenis”.

Tratando-se de uma novela praticamente desconhecida e apenas publicada naquele ano de 1622, *A Paciência Constante* seria alvo de um novo e aprofundado estudo a partir de 1983, quando o então Director da Biblioteca Nacional de Lisboa, João Palma-Ferreira, propôs ao escritor e crítico António Cirurgião que preparasse a segunda edição da referida novela pastoril servindo-se do exemplar existente naquela biblioteca.

⁹⁰ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, TomoVI, p. 89.

⁹¹ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, TomoVI, p. 89.

⁹² VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *A Paciência Constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 117 (cf. Dedicatória “A DOM LOPO DE AZEVEDO (...) *Compus há muito tempo este libro pastoril, e, duvidando imprimi-lo, temeroso da calúmnia com que ociosos pagam qualquer honesto trabalho, agora me dispus, seguro que, se há nele que repreender, há mais que louvar na eleição de o dirigir a V.M. Sirva-se V.M. de pôr nele os olhos, porque assi ficará agradável aos de todos, e eu com ânimo de outra impresa mais digna da proteção de V.M., cuja pessoa e estado guarde Deus, e aumente felices anos, etc.*”). O sublinhado é de António Cirurgião.

⁹³ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *op. cit.*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 119. (cf. “AO LECTOR”, “*Quais são [“os estímulos juvenis”], por flores os ofereço de aquela primeira idade, e se vossa curiosidade achar nelas fragância, em fé de agradecimento vos prometo o fructo nesta, que já vai ao Octono declinando;*”). O sublinhado é de António Cirurgião.

⁹⁴ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *op. cit.*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 17. (cf. ainda CIRLOT, Juan-Eduardo., *Diccionario de Símbolos*, Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1982, p. 179.).

Importante é sublinhar que, passados já três séculos relativamente à publicação da primeira edição da obra, a questão sobre o melhor critério a seguir na preparação do texto da novela assumiu especial consideração. Assim, sob o parecer de António Cirurgião rapidamente se concluiu que sendo a obra quase totalmente desconhecida, “necessitada sobretudo daquele mínimo de divulgação devida a uma novela pastoril de fins do século XVI ou princípios do século XVII”⁹⁵, o melhor seria pôr de parte a ideia de uma edição facsimilada ou diplomática, optando por uma edição com ortografia atualizada, mas sem alterar a prosódia e o sentido originais.

Relativamente à caracterização da novela, António Cirurgião é da opinião que a exuberância e o exotismo, tão típicos, por exemplo, em Fernão Álvares do Oriente, estão ausentes na obra de Quintano de Vasconcelos. *A Paciência Constante* caracteriza-se antes “pela modéstia dos conceitos e dos sentimentos, pela mediania dos recursos linguísticos, estilísticos, e pela debilidade da estrutura.”⁹⁶, numa mistura de prosa e verso. O título corresponde perfeitamente ao tema fundamental da acção da novela, uma vez que o lema de várias das personagens é uma «paciência constante». Como novela pastoril que é, o seu cenário não poderia deixar de contemplar o tão característico *locus amoenus*, geralmente associado a um rio, nas margens do qual os pastores e as pastoras, por vezes disfarçados, vão deambulando, trocando cartas de amor, celebrando festas, realizando jogos, certames poéticos e discutindo assuntos de carácter doutrinal e académico. Por outro lado, e também em consonância com as convenções do género, n’ *A Paciência Constante* há divisão em partes, com a denominação de «livros» (no caso de Francisco Rodrigues Lobo são «florestas»), onde se vão intercalando diversas histórias; existe um palácio ou templo alegórico, pelo que se justifica igualmente a intervenção do sobrenatural e maravilhoso. Importante é referir o entrosamento da realidade com a ficção já que sob a aparência de nomes arcádicos se escondem pessoas reais e que sob a aparência de factos fictícios se encobrem acontecimentos históricos.

Um ano apenas após a edição d’ *A Paciência Constante*, de Manuel Quintano de Vasconcelos, Elói de Sá Sotomaior deu à luz dos prelos a sua novela pastoril intitulada *Ribeiras do Mondego* (1623)⁹⁷. Subscrevendo a pesquisa de Martinho da Fonseca, da

⁹⁵ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *op. cit.*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994,p. 11.

⁹⁶ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *op. cit.*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994,p. 23.

⁹⁷ SOTOMAIOR, Elói de Sá - RIBEYRAS | DO MONDEGO. | DIRIGIDAS A DVARTE DAL- | buquerque Coelho, Capitão, & Gouvernador | perpetuo da Capitania de Pernambuco | no Estado do Brasil.

edição *princeps* desta obra apenas se conhecem seis exemplares: um, da Biblioteca Nacional de Lisboa; outro, da Biblioteca de Évora; outro, que pertencera a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos; outro, do bibliófilo Victor Perez; e, ainda outro, do livreiro Coelho. Foi este último que, trezentos e noventa anos depois da sua primeira publicação, serviu de base, em 1923, à segunda edição a que esta novela teve direito⁹⁸. Votados ao esquecimento, tanto a novela como o seu autor, permaneceram quase desconhecidos durante todo este lapso temporal. Foi graças à iniciativa do então director da Imprensa da Universidade de Coimbra e à dedicação de Martinho da Fonseca que as *Ribeiras do Mondego* puderam ser novamente dadas a conhecer ao público-leitor em geral. Nem mesmo José Maria da Costa e Silva, autor que temos vindo a citar, e a quem se deve um dos primeiros esforços de «catalogação» de autores quase esquecidos, os mencionou no seu *Ensaio bibliográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*. À data da reedição da obra pouco mais se conhecia da vida do seu autor, além do que Diogo Barbosa Machado e Inocêncio Francisco da Silva deixaram arquivados na *Bibliotheca Lusitana* e no *Diccionario Bibliographico Portuguez*⁹⁹, respectivamente, e das informações que o próprio Elói de Sá Sotomaior deixou registadas no frontispício das suas *Ribeiras do Mondego*, nomeadamente nas folhas 3 e 4¹⁰⁰. Sabia-se então somente que era natural de Lisboa e licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra. Foi João Hickling Anglin quem, desde Setembro de 1915, nas suas pesquisas literárias, havia descoberto o registo de matrícula, dos actos e formatura de Sotomaior, trabalho dificultado pelo facto de se procurarem tais informações mediante um registo

| PELLO LICENCIADO | Eloyo de Sà Soto Mayor, natural desta | Cidade de Lisboa. [Gravura] *Com licença da S. Inquisição, Ordinario, & Paço*. | Em Lisboa Por Pedro Craesbeeck Impr del Rey 623 [i. é 1623]. | *A custa de Thome do Valle mercador de liuros*.

⁹⁸ SOTOMAIOR, Elói de Sá - *Ribeiras do Mondego*, in Biblioteca de Escritores Portugueses (série C), nova edição, revista e prefaciada por Martinho da Fonseca da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

⁹⁹ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, pp. 749 e 750. “ELOI DE SAA’ SOTOMAYOR natural de Lisboa, Bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Canones em a Universidade de Coimbra ornado de sublime genio para a Poesia que cultivou com applauso dos mais celebres Professores desta Arte sendo hum delles Jacinto Cordeiro que no *Elogio dos Poetas Portugueses* Out. 63. Assim o louva. *Venga Eloyo de Sá, que le obedece/ El Mondego que alaba, si nó apoya; / Porque haziendo en su Occaso primaveras/ Los Pastores canto de sus riberas.*”; e, SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo II, p. 225. “ELOI DE SÁ SOTOMAIOR, Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e natural de Lisboa. Nada mais se sabe de suas circunstancias pessoais.”.

¹⁰⁰ SOTOMAIOR, Elói de Sá - *Ribeiras do Mondego*, edição de 1923, pp. VIII e IX, onde se pode ler a transcrição dos passos em que o autor da novela lança os primeiro traços para a sua própria biografia.

do nome do autor diferente do que realmente constava nos assentos universitários¹⁰¹. A partir da reunião de todos estes dados, sabe-se hoje que era filho de Vicente Gomes, cujo apelido nunca usou, e de uma senhora da casa dos Sás de Coimbra. Matriculou-se na Universidade da mesma cidade (onde nos registos lhe alteraram o nome de Eloyo para Loio), em 29 de Outubro de 1593 e saiu bacharel em Cânones em 26 de Outubro de 1601. Interessante é sublinhar, como o fez notar Martinho da Fonseca, que Sotomaior foi condiscípulo e, provavelmente, amigo de Francisco Rodrigues Lobo já que, como acima se referiu, o último se matriculou na Universidade de Coimbra a 8 de Outubro de 1594, obtendo o grau de bacharel a 13 de Maio de 1602. Incomparável à novela *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo, a obra de Sotomaior deve, ainda assim, ser apreciada como um dos textos mais interessantes de tradição pastoril de seiscentos que se produziu em terras lusas, valendo, sobretudo, pelo conjunto de informações sobre os costumes da época. Antes da reedição das *Ribeiras do Mondego*, em 1923, por Martinho da Fonseca, Ricardo Jorge terá sido o primeiro crítico português a prestar homenagem a Elói de Sá Sotomaior no seu estudo sobre Francisco Rodrigues Lobo, no qual refere o seguinte: “Na escola dos pastoralistas vernáculos considero Sotomaior, pelo seu relativo mérito poético, o único seguidor apresentável de Rodrigues Lobo. Não merecia, quanto mais não fosse como fusil de cadeia literaria, o desdém por todos infligido, contemporâneos e vindouros. Um olvido completo; a *Lusitânia Transformada* logrou a ressurreição no século XVIII, e até os *Cristaes de alma* de Escobar; mas as pobres *Ribeiras do Mondego* tombaram na sucata das livrarias e ao cabo até de lá se sumiram. Bem merece esta entreaberta de luz, a primeira que desde a nascença o desentrevia”¹⁰².

Classificadas como “livro de triste fado” pelo mesmo autor¹⁰³, as *Ribeiras do Mondego* dividem-se em seis livros de prosa e verso, escritos, como afirmou João Palma-Ferreira na entrada dedicada a Elói de Sá Sotomaior acerca dos *Novelistas e Contistas Portugueses dos Séculos XVII e XVIII*, com sentimento e naturalidade¹⁰⁴.

¹⁰¹ A divulgação desta descoberta foi comunicada a Martinho da Fonseca pelo Sr. Dr. Manuel da Silva Gaio numa carta datada de 17 de Setembro de 1926. Cf. SOTOMAIOR, Elói de Sá - *Ribeiras do Mondego*, edição de 1923, p. VII, nota de rodapé (1).

¹⁰² JORGE, Ricardo - *Francisco Rodrigues Lobo*, Estudo biográfico e crítico, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

¹⁰³ JORGE, Ricardo - *op. cit.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

¹⁰⁴ PALMA-FERREIRA - *op. cit.*, pp. 72-73. Já antes Diogo Barbosa Machado e Inocêncio Francisco da Silva se haviam pronunciado acerca da composição desta novela (Cf. MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, p. 750. “ELOI DE SAA” SOTOMAYOR (...) Publicou. (...) *Ribeiras do Mondego*

Como sublinhou Martinho da Fonseca, terá também os seus defeitos, mas a verdade é que “na simplicidade da linguagem campestre, vibra o temperamento amoroso dos povos meridionais, principalmente do português, valente e apaixonado como outro não há. (...) Na poesia tem sonetos magníficos (...) Nas voltas, porém dum ritmo que encanta, é superior, igualando-se aos melhores poetas (...) Na prosa, os diálogos, simples conversas entre pastores, despertam interesse pela descrição dos usos e costumes do tempo, que se colhem da leitura, embora a linguagem seja, às vezes pouco cuidada, e talvez menos apropriada.”¹⁰⁵. O bucolismo de Elói de Sá Sotomaior dir-se-ia quase místico, caracterizando-se por bonitas descrições da natureza e pela constante melancolia que entra em confronto com o natural idílico que é o ambiente onde se desenrola a curta intriga da novela.

Em 1625, Gaspar Pires de Rebelo daria a conhecer a edição *princeps* da Primeira parte da sua novela *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, referida por Diogo Barbosa Machado¹⁰⁶ e Inocêncio Francisco da Silva¹⁰⁷, e recentemente ditada por Nuno Júdice¹⁰⁸. Saída da oficina lisboeta de Giraldo da Vinha e com reedições em 1665, Coimbra, pela viúva de Manoel de Carvalho (não nos tendo sido possível contactar directamente com estas duas primeiras edições da obra) foi reeditada em 1672, Lisboa, por João da Costa¹⁰⁹ e 1707, Lisboa, por Bernardo da Costa de Carvalho¹¹⁰. A edição

Dedicado a Duarte Coelho de Albuquerque. Lisboa pelo dito Impressor [Pedro Craesbeeck] 1623. 4. Consta de proza, e verso.”; e, SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo II, p. 225. “45) (C) *Ribeiras do Mondego. Dirigidas a Duarte de Albuquerque Coelho, capitão e governador da capitania de Pernambuco*. Lisboa, por Pedro Craesbeeck 1623. 4.º de IV-187 folhas, numeradas pela frente. Esta obra compõe-se de prosa e verso, em estylo pastoril, e é escripta com fluidez, doçura e naturalidade. O auctor nos diz que a tinha já composto muito antes que apparecesse a Primavera de Francisco Rodrigues Lobo, á qual por algum modo se assemelha na urdidura do assumpto. Creio ter ouvido que um exemplar d’este livro, assas raro, se vendera por 2:400 réis.”

¹⁰⁵ SOTOMAIOR, Elói de Sá - *Ribeiras do Mondego*, edição de 1923, pp. X-XII.

¹⁰⁶ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo II, p. 367.

¹⁰⁷ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo III, p. 134.

¹⁰⁸ REBELO, Gaspar Pires de - *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, edição de Nuno Júdice, Lisboa, Editorial Teorema, 2005, p. 5. Para o estabelecimento deste texto o autor indica ter seguido para a Primeira parte a edição de 1761, Lisboa na oficina de Francisco Borges de Sousa (cujo exemplar, incluindo dois volumes, existe na Biblioteca Nacional de Lisboa), e para a Segunda parte a edição de 1722, Lisboa Ocidental, na oficina Ferreirinha (com o qual não nos foi possível contactar).

¹⁰⁹ REBELO, Gaspar Pires de - *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda, Autor o Licenciado Gaspar Pires de Rebelo, Freyre professo da Ordem militar do glorioso Apostolo San Tiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Prêgador, Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique*. [A] S D. Maria da Sylva, Freyra em S. Clara de Lisboa. [Gravura] Lisboa. Na officina de Ioam da Costa, A custa de Antonio Leite Mercador de liuros na Rua Noua. M.DC.LXXII. *Com todas as licenças necessárias*. Existe um exemplar desta edição na Biblioteca Nacional de Lisboa.

princeps da Segunda parte da mesma obra veria a luz do dia no ano de 1633, em Lisboa, por António Álvares¹¹¹, seguida de uma segunda edição, em 1672, em Coimbra, pela viúva de Manoel Carvalho, à qual não tivemos acesso. Houve ainda uma edição conjunta das duas partes dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, em 1684 por Domingos Carneiro, e uma outra, de dois volumes, em 1761 por Francisco Borges de Sousa, que encontrámos no Catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa¹¹². De acordo com João Palma-Ferreira, todas as edições posteriores a esta data incluem as duas partes da obra¹¹³. Sobre a vida de Gaspar Pires de Rebelo pouco mais se sabe além das informações contidas nos frontispícios das suas obras e numa ou noutra anotação deixada pelos dois bibliógrafos acima mencionados. Na *Bibliotheca Lusitana*, afirma Diogo Barbosa Machado que Pires de Rebelo foi “natural da Villa de Aljustrel no Campo de Ourique em a Provincia Transtagana Freire professo da militar Ordem de São-Tiago em o Real Convento de Palmella Prior de Castro Verde, Pregador Insigne, e não menor Poeta Vulgar.”¹¹⁴. Inocêncio Francisco da Silva pouco mais acrescenta,

¹¹⁰ REBELO, Gaspar Pires de - *Infortunios Tragicos da Constante Florindo*, Autor o Licenciado Gaspar Pires de Rebello, Freyre professo da Ordem Militar do glorioso Apostolo San Tiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Prêgador, Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique. A Sr.^a D. Maria da Sylva, Freyra em S. Clara de Lisboa. [Gravura] Lisboa. Na offic. de Felipe de Souza Vilella, à sua custa impresso. Anno M.DCCVII. *Com todas as Licenças necessárias*. Existe um exemplar desta edição na Biblioteca Nacional de Lisboa. Barbosa Machado, Inocêncio e Nuno Júdice referem esta mesma edição, mas tendo sido impressa na oficina de Bernardo da Costa de Carvalho e não na de Felipe de Souza Vilella, conforme consulta realizada ao exemplar existente na dita biblioteca.

¹¹¹ REBELO, Gaspar Pires de - *Infortvnios Tragicos da Constante Florindo*. Autor o Licenciado Gaspar Pirez de Rabelo, Freire professo da Ordẽ Militar do Glorioso Apostolo Sanctiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Pregador Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique, Offerecido ao Illvstrissimo senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lodrello Doutor em os Sagrados Canones, & Mestre em Artes, pela Vniversidade de Coimbra. Nesta Segunda impressãõ, acrescentados pelo mesmo Autor. Anno [Gravura] 1633 *Com todas as Licenças necessárias* Em Lisboa, Por António Aluarez. O facto de esta edição ter sido realizada na oficina de António Álvares é significativa do ponto de vista do sucesso editorial obtido pela Primeira parte da obra, dada a larga actividade e experiência comprovada do impressor ao longo do século.

¹¹² REBELO, Gaspar Pires de - *Infortunios Tragicos, da Constante Florinda*, Author o Licenciado Gaspar Pires de Rebello, Prior de Crasto Verde, & natural de Ajustrel do Campo de Ourique. E Agora Nesta Impressãõ correctos, e emendados. *Offerecidos Ao Glorioso S.^{to} Antonio Inclyto Patraõ, e Esclarecido Tutelar desta Cidade*. Lisboa. Na Officina de Francisco Borges de Sousa, Anno de 1761. *Com as licenças necessarias*, e Privil. Real.; e, REBELO, Gaspar Pires de - *Constante Florinda Em a Qual Se Da' Conta dos infortúnios, que teve Arnaldo, buscando-a pelo mundo*. Author o Licenciado Gaspar Pires de Rebello, Prior de Crasto Verde, & natural de Ajustrel do Campo de Ourique. E Agora Nesta Impressãõ correcta, e emendada. Parte II. *Offerecidos Ao Glorioso S.^{to} Antonio Inclyto Patraõ, e Esclarecido Tutelar desta Cidade*. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Sousa. Anno de 1761. *Com as licenças necessarias*, e Privil. Real.

¹¹³ PALMA-FERREIRA, João - *op. cit.*, p. 107.

¹¹⁴ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo II, p. 367.

sublinhando porém que se desconhecem “as datas do seu nascimento e óbito.”¹¹⁵. Nuno Júdice adianta, no entanto, que Gaspar Pires de Rebelo teria nascido cerca de 1585 e morrido pouco antes de 1650, quando foram publicadas as suas *Novelas Exemplares*. Terá passado a maior parte da sua vida no Alentejo, em Évora, onde estudou Teologia na Universidade, e em Castro Verde, onde foi prior, podendo ainda afirmar-se que terá viajado pelo menos até Espanha dado o conhecimento que o próprio autor revela da Europa. Prova-o a simples leitura dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* dado que a acção decorre em Portugal, Espanha (nomeadamente em Saragoça, onde tem início a acção do enredo), França, Itália, Grã-Bretanha, no Norte de África, na Turquia e na Índia. Se em Portugal o século XVI ficou marcado por um cenário de simplicidade de costumes, já no século XVII, e em função da forte influência da cultura castelhana, a que corresponde um gosto mais realista, o novo contexto sociocultural impôs novos ócios, novo sentimentalismo e nova mundividência. Verifique-se, pois, como nesta novela, a acção se desenraíza por completo do cenário nacional e decorre um pouco por toda a parte, apelando ao exótico e recuperando para o espaço da aventura, segundo os modelos seiscentistas, quase tudo o que o legado literário permitia utilizar: a viagem, a deambulação cavalheiresca, o bucolismo retórico, o sentimentalismo padronizado e o lance teatral herdado das comédias de capa e espada. Assim sendo, o universo de referências demonstrado torna-se não só abundante como muitíssimo enriquecedor. Por este mesmo motivo, considera João Palma-Ferreira que a *Constante Florinda*, como parece ser conhecida vulgarmente a obra a que nos referimos, “é muito mais uma novela de aventuras e de enredos do que uma novela sentimental e muito menos uma continuação, ainda que forçada, da *Menina e Moça com a qual nada tem a ver*.”¹¹⁶.

Influenciado, como se disse, pelas novelas de raiz castelhana, Pires de Rebelo é um dos autores portugueses mais lido no século XVII e um dos que habitualmente se toma como exemplo de um tipo de ficção em prosa e de um género literário que obteve grande audiência na época. Num período em que se vivia sob o domínio filipino, e em que naturalmente dominava o castelhano, escolheu o autor escrever as suas obras em português. Desta escolha poderá inferir-se uma atitude intencional: na Segunda parte da novela são evidentes as referências feitas ao prestígio de Lisboa e à importância de Portugal como Reino. Neste sentido, não deixa de ser significativo que as edições *princeps* das duas partes da obra (1625 e 1633, respectivamente) se situem no lapso de

¹¹⁵ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo III, p. 134.

¹¹⁶ PALMA-FERREIRA, João - *op. cit.*, pp. 107 e 108 [o sublinhado é do próprio autor].

tempo correspondente aos últimos quinze anos da regência filipina. Este facto conjugado, por exemplo, com o interesse manifestado pelo autor no sistema político italiano da época¹¹⁷, permite colocar Gaspar Pires de Rebelo do lado dos que pretendiam obter a independência de Castela. “Homem entre duas Culturas: a nobre, ou erudita (...), mas também a burguesa”¹¹⁸, como o disse Nuno Júdice, Pires de Rebelo imprimiu também em *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* uma forte componente do mundo popular recorrendo a sentenças, provérbios e rifões, evidenciando aqui a coincidência da sua formação eclesiástica com a ampla cultura profana que possuía desde a Literatura à Filosofia, passado pelas mais diversas áreas das Ciências Naturais.

Dividida em duas partes, a obra apresenta aos leitores uma história de amor entre dois jovens, Florinda e Arnaldo, sendo surpreendente a liberdade de costumes com que o autor a descreve numa sociedade marcada pelos valores do Amor que se sobrepõem a todos os obstáculos. Por isso, da Primeira parte constam “uns «*Infortúnios Trágicos*» que uma Donzela passou pelo mundo por cumprir a palavra e fé que a seu amante tinha dado, e do que alcançou pela guarda dela.”¹¹⁹ e na Segunda parte dá-se “conta dos infortúnios que passou Arnaldo pelo mundo, buscando a sua amada Florinda, e do fim que ambos tiveram e mais circunstâncias de sua morte, das quais se não pôde tratar em a primeira parte.”¹²⁰. Destas palavras se depreende que os dois protagonistas foram colocados à prova por diversas vezes, mas em última instância a defesa da castidade de ambos é o tema central da história, em que a luxúria surge como contraponto à virtude dos dois amantes fiéis e daí a insistência na «constância» de Florinda. Interessante é notar o que nos diz Inocêncio Francisco da Silva acerca das intenções com que o autor publicou esta obra: “Nos prologos da *Constante Florinda*, o auctor explica as razões que teve para sahir á luz com estes livrinhos de curiosa recreação, mas que no sentir escrupulosos não condiziam bem com a gravidade do estado que professava. - «Quis (diz elle) dar allivio ao entendimento, que o molesta muito a lição continua de uma sciencia. Não pôde ser com tanta cautela, que não viesse á noticia de alguns amigos letrados...Viram a obra honesta, e que d’ella se tiravam moralidades proveitosas, e de seus enredos pasto para os entendimentos curiosos; quasi por força a fizeram publicar»

¹¹⁷ Nuno Júdice defende que o interesse de Gaspar Pires de Rebelo por Itália estaria ligado, mais do que à geografia em si, ao facto do sistema político permitir a ascensão à nobreza e ao poder por parte de fidalgos aventureiros ou de menos posses (cf. *op. cit.*, p. 8).

¹¹⁸ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, ed. de Nuno Júdice, p. 6.

¹¹⁹ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, ed. de Nuno Júdice, Parte Primeira, “Prólogo aos Leitores”, p. 16.

¹²⁰ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, ed. de Nuno Júdice, Parte Segunda, “Prólogo aos Leitores”, p. 250.

etc.”¹²¹. Remete-se aqui para a questão da exemplaridade que mais adiante teremos oportunidade de explorar no capítulo dedicado à análise dos prólogos ao leitor. Adiante-se, contudo, que é no instante em que se ergue o cadafalso para a execução de Arnaldo e Florinda que a aventura amorosa chega ao fim, constatando-se nas palavras do protagonista masculino que “não tem fundamento a seguridade dos bens do mundo”¹²², numa espécie de tributo pago à fortuna das temáticas da efemeridade da felicidade, do fluir obsessivo do tempo ou do desengano. E antes de se despedir do leitor com um “FINIS LAUS DEO”, diz o narrador: “E este é o fim que tiveram estes dous amantes tão firmes. Estes foram seus trágicos infortúnios. Nisto vieram a parar tantos dons da natureza. Este foi o prémio que teve o desordenado amor da mocidade. E se eles foram firmes às glórias da vida, não tiveram firmeza. Esta verdade nos está ensinando que tragamos sempre em a memória escritas estas palavras: *Para que são glórias nem honras da vida, se mais perde quem mais alcança?*”¹²³.

Actualmente mais conhecido, em parte graças à dissertação de mestrado de César Augusto Martins Miranda de Freitas¹²⁴, no século XVII, o Padre Mateus Ribeiro tem sido um autor quase ignorado apesar do sucesso editorial alcançado pelas suas obras e atestado pelas numerosas reedições de cada uma delas¹²⁵. De acordo com Inocêncio Francisco da Silva, Mateus Ribeiro terá nascido em Lisboa no ano de 1618 ou 1620, sendo em 1656 sacerdote, teólogo e pregador no arcebispado da capital. Afirma desconhecer-se a data da sua morte, mas crê que ainda viveria em 1693, depois de ter exercido vários cargos eclesiásticos dos quais o mais divulgado foi o de cônego da Igreja de Nossa Senhora do Livramento da Azoeira, próxima de Torres Vedras¹²⁶. Não obstante as apreciações negativas de que foi alvo¹²⁷, facto comum a grande parte dos autores inseridos no contexto da novelística barroca que aponta para o entretenimento, não restam dúvidas de que ao longo dos séculos XVI e XVII, Mateus Ribeiro foi, tal como outros acima já mencionados, um dos escritores portugueses mais lidos da altura.

¹²¹ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo III, p. 134.

¹²² REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, ed. de Nuno Júdice, Parte Segunda, p. 497.

¹²³ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, ed. de Nuno Júdice, Parte Segunda, pp. 498 e 499.

¹²⁴ FREITAS, César Augusto Martins Miranda de - *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

¹²⁵ Santos, Zulmira Coelho dos - «Vícios, virtudes e paixões: da novela como «catecismo» no século XVIII», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3 (2006) pp. 187-199.

¹²⁶ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo VI, pp. 166-7.

¹²⁷ Refira-se aqui a parcialidade da apreciação de Barbosa Machado: “versado em varia erudição, que pudera utilmente empregar, compondo mais para divertimento de ociosos, que instrução de sabios.” (Cf. MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo II, p. 450).

A adesão dos leitores seiscentistas e setecentistas às obras de Mateus Ribeiro, sobretudo à primeira, *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648)¹²⁸, que entre 1648 e 1764 foi impressa por doze vezes¹²⁹, é também comprovada pela sua tradução em castelhano¹³⁰, pela sua presença na Biblioteca Nacional de Paris e de Madrid, e pela sua inserção em catálogos como o “Inventário da Livraria de Santo António de Ponte de Lima”¹³¹. Interessante é notar como já no século XIX Mateus Ribeiro continuou a ser lido e comentado. Vejamos, então, o que nos diz Inocêncio sobre esta sua novela: “Confessarei, ainda assim, que apesar de todos os seus defeitos este livro me deve tal qual predilecção, por ser um dos primeiros que me cahiu nas mãos aos oito, ou nove annos. Li-o e reli-o não sei quantas vezes, de sorte que cheguei a tomar de cor longuíssimos e estirados trechos!”¹³².

¹²⁸ RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Primeira Parte, Composta Pello Padre Matheus Rybeiro Theologo Prégador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicada Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, &c.* Em Lisboa, Com licença, & priuilegio. Por Manoel da Sylva. 648 [i. é. 1648]: impresso à custa de Rodrigo Meas, 1648. Esta é a edição *princeps* da primeira parte da obra, da qual existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa, apesar de Diogo Barbosa Machado e Inocêncio Francisco da Silva terem apontado a edição de 1672 como a primeira do *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos*, erro este denunciado quer pelas datas das licenças de impressão assinadas em 1647 e 1648 quer pela indicação do privilégio concedido por 10 anos a partir de 1647.

¹²⁹ Referiremos aqui apenas as reedições que se reportam ao século XVII: RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolaçam de Queixosos, Composto pello P. Matheus Ribeiro Theologo Prégador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado Ao Senhor Monoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S. Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra, &c.* [Gravura]. Em Lisboa: na officina de Joam da Costa, M.DC.LXXII. *Com todas as licenças necessárias.* Desta edição existe um exemplar na Biblioteca Municipal do Porto; RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Parte 2.* Lisboa, por Joam da Costa, 1674; RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Partes 3 e 4.* Lisboa, por Joam da Costa, 1674; RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Partes 1, 2, 3 e 4.* Lisboa, por Miguel Deslandes, 1681; RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolaçam de Queixosos seis partes em dous volumes, em q se dá fim a toda a historia composto pelo P. Matheus Ribeyro, Theologo, Prégador deste Arcebispado e natural de Lisboa, offerecido À Virgem Santíssima do Monte Carmo, Primeiro [-segundo] volume, nesta terceira impressão acrescentado com dous indices novos muito copiosos, & as quatro partes primeiras com as annotaçoes às margens, que nunca tiveraõ.* Lisboa: na officina de Miguel Deslandes: a custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca, mercadores de livros na Rua Nova, 1688. Desta edição existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa; RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolaçam de Queixosos quarta, quinta e sexta parte (...).* Lisboa: na officina de Miguel Manescal: à custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca, mercadores de livros na Rua Nova, 1688. Desta edição existe também um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹³⁰ RIBEIRO, Mateus - *Alivio de tristes y consuelo de queijosos: expresado en varias historias, confirmado com ejemplares, adornado com autoridades de Santos Padres, &c.*, tradu. del português al castellano por el Dr. Juan Antonio Mora [S.L.: s. n., s. a.] (Barcelona: Imp. De Lucas de Bezâres).

¹³¹ *Da Memória dos Livros às Bibliotecas da Memória*, II, “Inventário da Livraria de Santo António de Ponte de Lima”, dir. de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, CIVHE, 1998.

¹³² SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo V I, p. 167.

Em *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* constata-se que todas as categorias narrativas concorrem para a enunciação das temáticas que dominam a obra: o amor, núcleo de todas as intrigas, e o desengano que se pretende incutir, tanto nas personagens que dele carecem como no próprio leitor¹³³. Assim sendo, as diversas «novelas» incorporadas nesta obra apresentam personagens queixosas das suas desventuras amorosas ou pesarosas da efemeridade dos bens terrenos que possuem ou possuíam. Perante estes enganos, preconiza-se o isolamento e a apologia do retiro para o campo como forma de repelir os equívocos do amor e do mundo, denunciando-se a efemeridade da beleza e da fugacidade da vida terrena e valorizando-se o tópico do “homo viator”, já que ao ser humano apenas restaria uma contínua peregrinação. Numa novela de carácter moralizante, cristã, o caminho mais seguro a seguir seria, então, a eleição da vida religiosa como forma perfeita de união com Deus. Mateus Ribeiro serve, pois, de forma deleitosa uma concepção de vida fundamentada no desengano do amor e do mundo propondo o exemplo da vida contemplativa ao serviço de Deus e aconselhando-a, ao longo da obra, aos seus tristes e queixosos interlocutores para obtenção de alívio e consolação. Assim se explica também o título da presente novela. A acumulação de microestruturas narrativas contribui no texto para o fornecimento de uma variedade estimuladora ao deleite, de exemplos de comportamentos reprováveis ou a seguir e de uma precisa ilustração dos ensinamentos incutidos às personagens enquanto destinatários que, em última instância, vão persuadir o próprio leitor. A esta complexa organização diegética acrescentam-se também os constantes comentários que se seguem às várias histórias narradas, numa profusão de *exempla* retóricos (bíblicos ou históricos); as insistentes citações de autores clássicos, demonstrando a erudição do autor e a sua autorização; bem como, as numerosas reflexões dos protagonistas sobre diversos assuntos, proporcionando ao leitor o prazer inerente ao bom uso da palavra e à ostentação do engenho estruturante da estética barroca. A leitura do prólogo ao leitor rapidamente demonstra que estamos perante um universo diegético de nobres e para nobres, daí a base aristocrática da sua ideologia que investe principalmente no comportamento das personagens de molde a facultar ao leitor a lição moral pretendida e a contribuir para a delimitação de um código de procedimento cortesão.

Subscrevendo a conclusão a que chegou César Freitas, relativamente à filiação do *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* num subgénero novelesco, pondo de parte

¹³³ Entre os principais temas desta novela regista-se igualmente a persistente defesa do valor das armas e das letras, tópico comum da literatura barroca.

os estudos que a consideram alegórica e admitindo a clara contaminação com os livros de cavalaria, as novelas sentimentais e bizantinas, tanto nos temas como na organização diegética, considerando a intenção do autor, expressa em vários prólogos, e tendo em conta a função de que se investem as suas intrigas, podemos afirmar que esta novela é exemplar. E a sua exemplaridade segue a lição condensada por Horácio no binómio “*prodesse ac delectare*”: investe no deleite para agradar, surpreender e captar a atenção dos leitores através da variedade e vivacidade das histórias apresentadas, e tenta alcançar a *utilitas* de forma a legitimar o seu conteúdo.

As duas outras novelas do Padre Mateus Ribeiro, *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681)¹³⁴ e *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta, Primeira Parte* (1692)¹³⁵, estabelecem entre si e com a primeira uma relação intertextual através de nexos que lhes são comuns, nomeadamente no que diz respeito à discreta conversação entre a moralização e o deleite, à *exemplaridade* e aos comentários de pendor moralizante que reflectem ainda o intuito do exemplo cristão. São obras de acção, entretenimento e sentimentalismos conseguidos mediante o uso de metáforas, antíteses, citações e alusões eruditas e retóricas. Demonstrando a oscilação existente no

¹³⁴ RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. I Parte. Composta Pello P. Mathevs Ribeyro, Theologo, Prègrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Chistovam de Brito Lobo.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Migvel Deslandes. *Com todas as licenças necessarias.* 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca; RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura, II Parte. Composta Pelo P. Matthevs Ribeyro, Prégrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Migvel Manescal. *Com todas as licenças necessarias.* 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca; RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. III Parte, composta Pelo P. Mattheus Ribeyro, Theologo, Prégrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Manoel Lopres Ferreyra. M.DC.XC.VII. *Com todas as licenças necessárias;* RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte. Composta Pelo P. Mattheus Ribeyro, Theologo, Prègador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicada a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de S. Magestade, &c.* Anno [Gravura] 1689. Lisboa. *Com todas as licenças necessarias.* Na officina de Manoel Lopres Ferreira. A custa, de Antonio Correa da Fonseca. Com Privilegio Real. São estas as edições das *princeps* de cada uma das partes da obra.

¹³⁵ A edição consultada foi a seguinte: RIBEIRO, Mateus - *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Primeyra Parte, Composta pelo Padre Mattheus Ribeyro, Theologo, Prègador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. *Com todas as licenças necessárias;* RIBEIRO, Mateus - *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Segunda Parte, Composta pelo Padre Mattheus Ribeyro, Theologo, Prègador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. *Com todas as licenças necessárias.*

âmbito das denominações da ficção narrativa em prosa no século XVII, estas duas novelas são designadas por *Vida*. Enquanto na primeira parte do título de ambas, *Retiro de Cuidados* e *Roda da Fortuna*, se concentra o sentido moralizador que o seu autor pretende veicular, na segunda, *Vida de Carlos e Rosaura* e *Vida de Alexandre e Jacinta*, dá-se conta das vivências amorosas que formam os temas destas duas novelas de entretenimento.¹³⁶

Já pouco divulgado no século XIX, como refere Inocêncio Francisco da Silva¹³⁷, Frei António de Escobar ou Gerardo de Escobar, autor que seguidamente nos ocupará, pseudónimo que usou na publicação de pelo menos duas das suas obras, nasceu em Coimbra, em 4 de Janeiro de 1618, “sendo seus Pays Manoel de Escobar, e Margarida Rouboa de Anhaya que o educará com summa piedade, e vigilância.”¹³⁸. Segundo Diogo Barbosa Machado, repetido depois por Inocêncio Francisco da Silva, a 24 de Abril de 1637 professou na Ordem dos Carmelitas, foi pregador e prior dos Conventos de Évora e da Vidigueira e ainda confessor do Convento de Beja. Afirma o mesmo bibliógrafo que “ O talento que tinha para o Pulpito foy igual ao que exercitou no governo de vários [os acima referidos, portanto] lugares na sua Ordem.”¹³⁹. Desta foi também Cronista e escreveu dela a história que se perdeu, provavelmente, quando em 1663 os Espanhóis tomaram Évora. Barbosa Machado não lhe poupa os elogios e diz na sua *Bibliotheca Lusitana* que Frei António de Escobar “Foy muito versado na lição das letras humanas, e na Poesia, de cuja arte foy sufficiente professor.”¹⁴⁰. Tendo perdido a vista alguns anos antes, morreu em Lisboa, aos 63 anos, depois de aí ter chegado em 1681.¹⁴¹.

Da sua extensa obra, reteremos a ficção em prosa, os *Cristaes da alma* (1673)¹⁴² e as *Doze Novelas* (1674)¹⁴³, impressas sob o pseudónimo de Frei António de Escobar,

¹³⁶ Sobre este assunto consultar SIMÕES, João Gaspar - *História do Romance Português*, Lisboa, Estúdios Cor, 1967.

¹³⁷ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo I, p. 129. “as (...) obras do auctor, não gosam hoje de muita estimação: e por isso, apesar de pouco vulgares, correm por preços mediocres.”. E, mais adiante, “Hoje está completamente esquecido.”.

¹³⁸ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, p. 260.

¹³⁹ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, p. 260; e, SILVA, Inocêncio Francisco da., *op. cit.*, Tomo I, pp. 128 e 129.

¹⁴⁰ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, p. 260.

¹⁴¹ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, p. 260; e, SILVA, Inocêncio Francisco da., *op. cit.*, Tomo I, p. 129.

¹⁴² ESCOBAR, Gerardo de - *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos. Escreveos Gerado Escobar, Offerecidos Á Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*. [Gravura] Lisboa: na officina de Ioam da

ou seja, Gerardo de Escobar, constando de prosa e verso¹⁴⁴. A primeira foi uma composição muito apreciada no século XVII e afirmou-se como uma das mais complexas novelas amatórias que se escreveram em língua portuguesa, funcionando, talvez, como um guia da sensibilidade seiscentista, retórico e argumentativo, representando o triunfo de uma certa «agudeza» de que Gerardo de Escobar foi um dos mais fervorosos mestres. No seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Inocêncio Francisco da Silva menciona o seguinte acerca desta obra: “Escripto no gosto que então dominava, cheio de conceitos freiraticos e n’um estylo pretencioso e rebuscado teve no seu tempo grande voga, como provam as multiplas edições que d’ella se fizeram. (...) Foi publicado com o nome supposto de Gerardo de Escobar, ou porque o auctor julgasse improprio do instituto e estado que professava dar como suas taes frivolidades, bem que as tivesse composto já depois de religioso, ou porque os superiores a isso se lhe opuzessem.”¹⁴⁵. O uso do pseudónimo, integrado no contexto em que o autor deu à luz as suas composições, aponta para a questão da apertada censura que então se fazia sentir no âmbito da literatura de entretenimento, sobretudo relativamente a quem as escrevia dado o seu conteúdo temático. Quanto à segunda obra acima referida, as *Doze Novelas* podem considerar-se “novelas de enredo”¹⁴⁶. Nelas não se regista a presença ou a influência do pícaro, nem a linguagem manifesta as qualidades e a desenvoltura propícias à narrativa tal como as encontramos, por exemplo, em Gaspar Pires de Rebelo¹⁴⁷. É de sublinhar, no entanto, que Frei António de Escobar é um dos primeiros autores portugueses que toma as guerras da Restauração como pano de fundo para a efabulação da narrativa. O estudo feito por Ana Cristina Moura revela que as *Doze Novelas* de Gerardo de Escobar devem ser entendidas num plano de intertextualidade

Costa, M.DC.LXXIII. *Com todas as licenças necessarias*. Esta é a edição *princeps*, da qual houve reedições em Coimbra, por José Ferreira 1677; e, ibi, por José Antunes da Silva 1721, consoante informação facultada por Barbosa Machado e Inocêncio.

¹⁴³ ESCOBAR, Gerardo de., *Doze Novelas escreveas Gerardo de Escobar, I Parte. Offerecidas Ao Illustrissimo Senhor, o Senhor Alvaro Ioseph Botelho de Tavora, Primogenito dos Senhores Condes de S. Miguel*. [Gravura] Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. M.DC.LXXIV. *Com todas as licenças necessarias*. Esta é a edição *princeps*, da qual, de acordo Barbosa Machado e Inocêncio, se desconhecem novas reedições.

¹⁴⁴ FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves - *As “Doze Novelas” de Gerardo de Escobar*, [texto policopiado], Coimbra, 1993.

¹⁴⁵ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo I, p. 129.

¹⁴⁶ A classificação é de João Palma-Ferreira (vd. PALMA-FERREIRA, João - *op. cit.*, p. 233.).

¹⁴⁷ Opinião diferente tem Inocêncio: “Estas novelas, que são em prosa, e no mesmo gosto das de Gaspar Pires Rebello, sahiram tambem sob o pseudonymo de Gerardo de Escobar.” (vd. SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo I, p. 129.).

com os *Cristaes da alma*, uma vez que foram embrionariamente concebidas como um todo, tendo as *Doze Novelas* aparecido referidas como sendo a primeira parte dos *Cristaes da alma* (na Protestação da 1.^a edição dos *Cristaes da alma*, onde se afirma estarem já impressas em 1672 as *Doze Novelas*, e na edição de João da Costa, de 1674). Também se notam sobrepostas as datas das Dedicatórias assim como as das Protestações. Apenas num caso as datas das Licenças Inquisitoriais se não justapõem: para os *Cristaes da alma* em 21 de Outubro de 1673 e para as *Doze Novelas* em 20 de Janeiro de 1674. Reflectindo as preocupações coevas quanto à recepção das obras, Gerardo de Escobar considera a novela um género essencialmente ligado a um objectivo lúdico, ainda que alicerçado numa preocupação moralista que obrigasse o leitor a reflectir. Por isso, comum a estas suas duas composições é o desenvolvimento da temática amorosa que ia ao encontro do público-alvo e satisfazia os objectivos da narrativa novelística seiscentista. O assunto destas histórias de recreação vai o autor buscá-lo, algumas vezes, à realidade, embora aqui, tal como nos casos anteriormente já retratados, essa realidade deva ser inserida no plano da discussão sobre história verdadeira e história fingida. Na novela IX, por exemplo, a função lúdica é explicitada no interior da própria intriga: “Chegou Aurora, mudarão de pratica, havialhe prometido Astiano recreallas com a historia, & desenfado de Leandro hum Portugues que auia trasido de Seuilha, mandouo chamar, que desejando mais diuertida aquella tarde, que o consentião as praticas ordinárias, lhe pedio quizesse relatar os sucessos de sua vida”¹⁴⁸. E, na novela XI, é feita uma pequena reflexão sobre as consequências deste tipo de histórias junto dos leitores amantes de literatura de entretenimento: “Como entendeis que o communicar historias amorosas nos fauorecimentos he desuanecimêto, nos desprezados queixa, & tanto offende hum capricho a jactância, como o queixume (...)”¹⁴⁹. Os excertos transcritos permitem concluir que Gerardo de Escobar revela simultaneamente consciência de si próprio e dos outros (aqueles para quem escreve), numa linha que não é alheia nem ao pensamento dos principais teorizadores do género em Portugal, nem à época em que foi escrita, aproximando a sua percepção novelística da de críticos nossos contemporâneos, como Frederico Carlos Sainz de Robles, que

¹⁴⁸ FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves - *op. cit.* [texto policopiado], p. 17.

¹⁴⁹ FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves - *op. cit.* [texto policopiado], p. 17.

afirma ser a novela: “ (...) la narración ordenada y completa de sucesos humanos fictícios, pèro verosímiles, dirigida a deleitar por médio de la belleza”.¹⁵⁰

Por último, dedicaremos a nossa atenção à obra do Padre Alexandre de Gusmão, a *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, publicada pela primeira vez em 1682¹⁵¹, contando já à data o seu autor cinquenta e três anos de idade e uma longa experiência de docência e direcção espiritual. Os breves apontamentos biográficos legados por Diogo Barbosa Machado¹⁵², reiterados sumariamente por Inocêncio Francisco da Silva¹⁵³, retomados por Carlos Sommervogel¹⁵⁴ e recentemente actualizados por Zulmira Coelho Santos¹⁵⁵, permitem-nos hoje saber que Alexandre de Gusmão nasceu em Lisboa, a 14 de Agosto de 1629, e que morreu no Seminário que fundara no “logar da Cachoeira, a quatorze legoas da Bahia”¹⁵⁶, a 15 de Março de 1724, aos 95 anos, 78 dos quais passou ao serviço da religião¹⁵⁷. Aos dez anos foi levado pelos pais para o Brasil, onde, aos dezassete anos, entrou para a Companhia de Jesus, no Colégio da Baía, em 28 de Outubro de 1646. Dotado de grandes competências

¹⁵⁰ ROBLES, Frederico Carlos Sainz de - *Diccionario de la Literatura*, II Tomo, Madrid, Aguilar, 4.^a ed., 1982, pp. 891-892.

¹⁵¹ GUSMÃO, Alexandre de - *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, Lisboa, por Miguel Deslandes, 1682. Trata-se esta da edição *princeps* da novela, tendo sido a mais editada na altura. Na realização da presente dissertação utilizámos a seguinte edição: GUSMÃO, Alexandre de - *Historia do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito, em a qual debaixo de uma misteriosa parabola se descreve o sucesso feliz do que se ha de salvar e infeliz sorte do que se ha de condemnar*, Évora, Oficina da Academia, 1685. A obra foi também publicada em 1724, na cidade de Lisboa, por Filipe de Sousa Villela, sempre em formato de pequeno oitavo, de molde a facilitar o seu transporte. Sabe-se ainda que chegou a ser traduzida para castelhano em 1696 (Barcelona: por Rafael Figuero; 4.º) e 1698 (Lisboa; [s.n.], 12.º). Em termos cronológicos esta foi a segunda das suas obras impressa. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, pp. 95-97; e, SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo I, pp. 32 e 33.

¹⁵² MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, pp. 95-97.

¹⁵³ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo I, pp. 32 e 33.

¹⁵⁴ SOMMERVOGEL, SJ, Carlos - *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*, Tomo III, 1892, col. 1960-1962.

¹⁵⁵ SANTOS, Zulmira Coelho dos - «Emblemática, memória e esquecimento: a geografia da salvação e da condenação nos caminhos do «prodesse ac delectare» na História do Predestinado Peregrino (1682) de Alexandre de Gusmão SJ [1629-1724], Actas do colóquio A Companhia de Jesus na Península Ibérica. CIUHE (pp. 581-599), 2004.

¹⁵⁶ SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo I, p. 32.

¹⁵⁷ Barbosa Machado faz referência ao momento das celebrações fúnebres deste autor, demonstrando o afecto com que era acolhido pelos naturais da zona onde viveu e exerceu a sua acção educativa e evangelizadora: “Foy innumeravel o concurso do povo, que concorreo a venerar o seu Cadaver, do qual levarão grande parte dos vestidos como reliquias de Varaõ Santo, e para se evitar o tumulto foy occultamente sepultado”, cf. MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, p. 96. O mesmo bibliógrafo fala ainda de um retrato que terá sido na Alemanha, mas do qual Inocêncio afirma não ter tido conhecimento, cf. SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo I, pp. 32. Menciona então Barbosa Machado: “O seu Retrato ao natural se abriu em huma grande lamina em Alemanha (...)”, cf. MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, p. 96.

académicas e governativas, foi professor de humanidades e “Prefeito de Estudos” no Colégio do Rio de Janeiro, “Ministro” do Colégio da Baía, Reitor do Colégio de Santos, da Capitania do Espírito Santo e da Baía, e por fim, Provincial. O facto de ter ocupado, durante oito anos, o cargo de “mestre de noviços” despertou-o para a preocupação, tão de acordo com o espírito da Companhia em que ingressara, de educar jovens, tendo fundado em 1687, nas imediações da Baía, na vila de Nossa Senhora do Rosário, um seminário que intitulou de “Belém”, de que foi por duas vezes reitor¹⁵⁸. Passados em revista alguns dos escritos de Gusmão, facilmente se detecta a sua preocupação com a educação de crianças e adolescentes, vincando as obrigações e responsabilidades dos pais neste domínio em especial¹⁵⁹, e com a divulgação do culto a Nossa Senhora, de quem era devoto.

Foi este amplo e diversificado percurso que determinou a integração do jesuíta Alexandre de Gusmão na vasta produção textual da Companhia de Jesus em Portugal, no século XVII, essencialmente marcada, como afirma Zulmira Santos, pela difusão de obras portadoras de paradigmas de conduta moral e espiritual, reveladoras não apenas da acção e vocação disciplinadoras da Companhia, como também da coesa organização escolar que a sustentava. Alexandre de Gusmão esforçou-se nos seus textos por enquadrar a vida dos cristãos numa perspectiva religiosa, moral, espiritual e sociocultural, investindo numa estratégia de expressão do saber, condicionada por um programa específico de afirmação ideológica e pela crescente complexidade do mundo. Neste sentido, “exercitou a dimensão alegórica como forma de investimento no «delectare» para, surpreendendo, captando a atenção e agradando, atingir o «prodesse»”¹⁶⁰. Tal acontece, muito especialmente, na *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, mas também em composições como a *Eleyção entre o bem e o mal eterno* (Lisboa, na Officina da Musica, 1720) ou *O Corvo e a Pomba da Arca de Noé no sentido Allegorico, e moral* (Lisboa, Bernardo da Costa, impressor da Religião de Malta, 1734). Tendo por objectivo a intervenção num ambiente de perigos espirituais, como era à data entendida a terra de Vera-Cruz, a escolha de uma tipologia como a ficção narrativa em prosa revelar-se-ia não apenas a melhor para conciliar o *prodesse ac*

¹⁵⁸ MARTINS, Mário - “História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito”, in *Brotéria*, vol. 78, 1964, pp. 697-708.

¹⁵⁹ Sobre este assunto vd. sobretudo a *Arte de criar bem os filhos*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1685, mas também a *Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio*, Évora, na Officina da Academia, 1678 (2ª ed. Em 1735) e o *Menino Chistão*, Lisboa, Miguel Deslandes, Impressor delRey, 1695.

¹⁶⁰ SANTOS, Zulmira Coelho dos - *op. cit.*, p. 582.

delectare, como também a mais capaz de integrar os escritos de Gusmão num conjunto de temas e desenvolvimentos identificadores dos valores, das práticas educativas e dos princípios essenciais de um membro da Companhia de Jesus a viver em terras do Brasil nos finais do século XVII.

Sara Augusto entende¹⁶¹ a *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito* como a primeira grande narrativa alegórica de carácter moral da literatura barroca em língua portuguesa. Sobre a mesma questão, Zulmira coelho dos Santos sublinha que “Tida como exemplo de um género que o século XVII português conheceu, mas pouco cultivou, pelo menos em termos editoriais - «a novela alegórica» -, não deixa de ser curioso mas compreensível, que no interior do texto, o Pde Gusmão retome a conhecida argumentação contra os perigos espirituais das novelas, afirmando que, no percurso da perfeição, só têm lugar «os livros sagrados, devotos e honestos e nem hum so livro de comedias ou novelas se deve achar ali»”¹⁶². Neste sentido, nunca é demais sublinhar novamente que na época em que Gusmão redigiu e editou as suas obras, os autores de matérias espirituais, apesar de escolherem a narrativa de ficção, como tipologia discursiva, evitavam ao máximo o uso da palavra “novela”, associada ao campo dos perigos espirituais e da falta de verosimilhança¹⁶³. Se actualmente o uso do termo “novela” é frequente, na bibliografia sobre estas matérias, para designar este tipo de ficção narrativa em prosa, a verdade é que ao fazê-lo se altera o espírito atribuído às mesmas na época em que tais obras foram divulgadas¹⁶⁴. Por este mesmo motivo,

¹⁶¹ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins Augusto - *op. cit.*, p. 538.

¹⁶² SANTOS, Zulmira Coelho dos - *op. cit.*, p. 586.

¹⁶³ Para além das notas no capítulo anterior, ver a bibliografia indicada na nota 18 por SANTOS, Zulmira Coelho dos - *op. cit.*, p. 586, na qual se encontram preciosas indicações bibliográficas relativas aos sinais de preocupação levantados e equacionados sobre este aspecto ao longo dos séculos XVI e XVII.

¹⁶⁴ Sobre a oscilação da nomenclatura atribuída à prosa de ficção narrativa no século XVII, acrescente-se à bibliografia já referida os seguintes trabalhos: INFANTES, Victor - “Tipologías de la enunciación literária en la prosa áurea. Seis títulos (y algunos más) en busca de un género: obra, libro, tratado, crónica, historia, cuento, etc.”, I, *Studia Aurea, Actas del III Congreso de AISO* (Toulouse, 1993), ed. de Ignacio Arellano, Maria del Carmen Pinillos, Frédéric Serralta y Marc Vise, Pamplona, 1996, vol. III, pp. 265-272; II, *Actas del XII Congreso de la AIG*, ed. de Derek W. Flitter, Birmingham, 1998, vol. II, I, pp. 310-318; III, *Actas del IV Congreso Internacional de AISO*, ed. Maria da Cruz de Enterría, Alcalá de Henares, 1998, pp. 845-855; IV, *Actas del III Congreso de la AIH*, eds. Florêncio Sevilla y Carlos Alvar, Madrid, 2000, vol. III, pp. 641-694; V, *Actas del V Congreso de la Asociación Internacional Siglo de Oro*, Münster, 1999, pp. 729-736. V. ainda do mesmo autor, “Nomina las caballerías” in *Literatura Cavalleresca tra Itália e Spagna (Da «Orlando? Al Quijote»)*, *Literatura caballeresca entre España e Itália (Del ‘Orlando’ al ‘Quijote’)*, dir. por Javier Gómez-Montero e Bernhard König, ed. al cuidado de Folke Gernert, Salamanca, 2004, pp. 35-51.

Alexandre de Gusmão intitulou a sua obra “historia”, clarificando no título que se trata de uma “parábola” à imitação de Cristo. Por comportar uma assumida dimensão utilitária ao serviço da moralização, tal escolha justificou-a o autor pela necessidade de captar a curiosidade do leitor, predispondo-o para uma leitura agradável e simultaneamente educativa. Dedicada a S. Francisco Xavier, Apóstolo do Oriente e figura que muitas das obras produzidas no Brasil consideram como um modelo a seguir, quer na sua capacidade evangelizadora quer na resistência heróica que demonstrou, na moldura do modelo hagiográfico do «heroísmo» jesuíta, a *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito* assume-se como uma parábola destinada a evidenciar a importância da educação, no que diz respeito à escolha do projecto de vida individual. Assim se narraram os trilhos percorridos por dois irmãos: Predestinado e Precito, sendo que as opções realizadas por cada um deles permitiram ao narrador descrever um conjunto de opções, “debaixo de uma misteriosa parabola (...) o sucesso feliz do que se ha de salvar e infeliz sorte do que se ha de condemnar”. Assim, a obra está dividida em seis partes de molde a respeitar o número que corresponde às cidades por onde se deslocam os protagonistas: seis para Predestinado – Belém, Nazaré, Bethania, Cafarnaum, Bethel e Jerusalém; e, seis partes para Precito: Bethaven (a casa da vaidade), Samaria (o reino dos vícios), Bethorón (a casa da liberdade), Éden (a casa das delícias), Bebel (representando a confusão) e Babilónia. Mediante este itinerário podemos afirmar que Predestinado segue a pegadas de Cristo, na senda do Novo Testamento, e que Precito percorre os trilhos do Velho Testamento. Saíram juntos do Egipto, mas acabaram por separar-se. Um caminhou para o Bem (simbolizado de forma alegórica pela cidade de Jerusalém) e o outro caminhou para o Mal (simbolizado de forma alegórica pela cidade de Babilónia), pelo que o texto faz da salvação e da condenação um caminho especular. Porém, a determinação da escolha do rumo a seguir e da meta a ser alcançada depende da companhia seleccionada por cada um. Enquanto Predestinado casou com uma santa e honesta virgem chamada “Razão”, Precito desposou a “Própria Vontade”. A Escola que ambos frequentaram também influenciou as suas decisões: o primeiro esteve na “Escola da Verdade” e o segundo na “Escola da Mentira”. Neste ponto, o engenho do Padre Alexandre de Gusmão aproximou-se bastante da estética barroca. Pela aproximação de duas realidades tão distintas conseguiu atingir em simultâneo dois objectivos: aumentar o conhecimento dos leitores e proporcionar-lhes o prazer decorrente do efeito de surpresa.

III – Sobre os paratextos. Dos prólogos ao leitor, às dedicatórias e licenças: protecção e prestígio

Alcançada e ultrapassada esta fase embrionária, focalizámos os nossos esforços na leitura atenta dos paratextos da produção ficcional em prosa correspondente ao lapso de tempo acima indicado, a que nos obrigou o estudo almejado. Concedemos particular atenção aos textos preliminares, entre prólogos, dedicatórias, pareceres e licenças, pelo que desvendam não apenas das intenções dos seus autores e das considerações dos censores, mas também pelo que revelam sobre as condições de produção e de leitura da época em que se enquadram. Como tal, é importante relembrar que a orientação dos autores, dos editores, dos censores e dos “amigos” dos autores permite levantar dois tipos de pressupostos adquiridos antes da leitura do texto. São esses pressupostos a manifestação de um conhecimento e de uma expectativa que fariam parte do universo literário do período em causa. Consequência directa do êxito editorial alcançado pelas *Novelas ejemplares* (1613) de Cervantes, o carácter exemplar destas novelas (as que aqui estudamos) acaba por se tornar num tópico que ecoa nos diversos paratextos deste género narrativo, seja para os autores legitimarem a sua obra e assim se porem a coberto de censuras, seja para estabelecer horizontes de expectativa que cativem os seus leitores.¹⁶⁵

Neste sentido, não pudemos deixar de ter em conta a ficção romanesca que inclui o subgénero narrativo representado pelas novelas alegóricas, já que a partir da década de 80 de Seiscentos se começou a desenvolver a produção de ficção alegórica com um carácter exemplar, moral e doutrinário, que em diversas entrelinhas já se encontrava ilustrado nas novelas pastoris de inícios do século XVII¹⁶⁶. Subscrevemos, pois, o que

¹⁶⁵ Sobre este assunto cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *Xadrez de Palavras*, Lisboa, Cosmus, 1996.

¹⁶⁶ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins - *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo e do Barroco*. Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, 2004, p.154: “(...) as novelas pastoris contêm no seu universo narrativo episódios de carácter alegórico. Mas neles a alegoria não constitui o elemento central da sua construção narrativa (...). Tais elementos episódicos da novela pastoril constituem pálidas imagens do que foi a construção narrativa alegórica desenvolvida posteriormente.”. Ainda assim, essas “pálidas imagens” dão-nos já algumas pistas relativamente à função exemplar desencadeada pelo uso da alegoria. Esta afirmação tem por base a seguinte anotação da mesma autora, in *op. cit.* pp. 154 e 155: “No volume dedicado aos períodos literários do Maneirismo e do Barroco da *História Crítica da Literatura Portuguesa*, encontramos o estabelecimento de uma tipologia da “prosa narrativa de ficção” que subscrevemos e que lemos transversalmente no sentido de descobrir o peso dado à alegoria em cada uma das categorias estabelecidas. [Nesta tipologia, são consideradas as novelas de cavalaria, as novelas pastoris, as novelas alegóricas, as novelas sentimentais e as novelas exemplares]. Assim, tratando das novelas pastoris, afirma-se como “igualmente relevante é a presença de elementos alegóricos, com função de representação de realidades morais [que apontam para uma clara função edificante], em quase todas as novelas.” [a possibilidade alegórica nas novelas pastoris, e em todas as outras, excepção feita no caso das alegóricas, deve ser entendida em termos temáticos e não em termos estruturantes], in PIRES, Maria Lucília Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de - *op. cit.*, p. 339.

diz Sara Augusto, na sua dissertação de Doutoramento, acerca da presença da alegoria na ficção narrativa em prosa do Maneirismo e do Barroco, uma vez que tal presença teve influência na criação da ficção de entretenimento, de aventura e de exemplo, intensificando a intenção alegórica revelada tanto nos textos preliminares como no corpo das narrativas. Deste modo, “assente na ficção, em determinado contexto de produção e de leitura, a alegoria deve ser entendida como convenção, como modo temático, como forma de expressão, implicando um processo subentendido tanto da parte do escritor como do leitor”¹⁶⁷. Como tal, lembre-se que no capítulo I do presente trabalho foi já dada indicação relativa ao facto da função exemplar, enquanto denominador comum das obras incluídas no subgénero narrativo representado pelas novelas exemplares, nem sempre ser evidente para o leitor. Assim, a perspectiva adoptada no momento da produção do texto determinaria uma função de exemplaridade mais ou menos explícita, de acordo com a intenção do escritor. Sara Augusto afirma, ainda, que o conceito de alegoria, entendido em tais termos, não só “permitiu perceber a intenção alegórica que se manifesta de forma recorrente nos prólogos das narrativas, que orientam o leitor para uma segunda leitura, contemplando toda a estrutura narrativa como sua expressão própria, mas permitiu também diferenciá-la de uma narrativa estruturalmente alegórica, que implica uma correspondência entre a sintaxe e a semântica da narrativa.”¹⁶⁸. De igual modo, Micaela Rámon, recordando as considerações de A. Fletcher e G. Couton, embora tratando de novelas setecentistas (com excepção do *Predestinado Peregrino*) entende que «O discurso alegórico corresponde, portanto, a um exercício analítico que implica um esforço de decifração e de categorização do real, isolando os elementos que o compõem e fixando-os sob a forma de imagens que pretendem captar as suas linhas básicas»¹⁶⁹. Se tivermos como critério o recurso à “alegoria continuada”¹⁷⁰ como principal factor diegético, então, obras como as do presbítero Mateus Ribeiro, *Alvío de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648), *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681), e *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta, Primeira Parte* (1724), ainda que

¹⁶⁷ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins - *op. cit.*, p. 4.

¹⁶⁸ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins Augusto - *op. cit.*, p. 4.

¹⁶⁹ PEREIRA, Maria Micaela Dias Pereira Ramon - *A Novela Alegórica em Português dos Séculos XVII^e XVIII. O Belo Ao Serviço Do Bem*, Braga, Um, 2007, p.41.

¹⁷⁰ SANTOS, Zulmira Coelho dos - Emblemática, memória e esquecimento: a geografia da salvação e da condenação nos caminhos do «prodesse ac delectare» na *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1682) de Alexandre de Gusmão SJ [1629-1724], *op cit.*

contemporâneas da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682) do Padre Alexandre de Gusmão, não podem ser classificadas de “alegóricas”. A leitura atenta da ficção narrativa em prosa do período em consideração mostra claramente como o conceito retórico de alegoria, pura convenção, não chega a coincidir com a *praxis* literária, essa sim voltada para a alegoria enquanto modo temático e forma de expressão.

A reflexão acerca da presença da alegoria no texto literário, nomeadamente na novelística portuguesa do século XVII, conduziu-nos à problemática do lugar ocupado pela «Poética» entre as «ciências», em sentido «quinhentista». A propósito da classificação das ciências e das artes de Gabriele Zinano, no tratado “Il Sogno, overo della poesia” de 1590, Bernard Weinberg¹⁷¹ sublinha o facto de a poesia ter quebrado os limites do seu campo específico e se ter tornado uma ciência universal, possibilitando a transmissão de lições a todas as outras ciências. Na construção do texto, a verdade é que a alegoria parecia tornar-se indispensável para a concepção horaciana do duplo fim da poesia, acrescentando ao deleite a lição instrutiva mais eficaz e aceitável na sua forma dissimulada. Ora, como apontado no capítulo I do presente trabalho, no século XVII, a formulação do problema da função do texto literário continuava ligada ao binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, debatendo-se o predomínio de um e de outro destes objectivos, quer nos textos preambulares quer no corpo das próprias narrativas. Recorde-se que nas novelas exemplares, do ponto de vista funcional, existe uma convergência de dois tipos distintos de texto: o *exemplum* retórico e a *novella* de tradição italiana, concretizando-se, portanto, uma fusão entre a função moralizadora do primeiro e a função de divertimento do segundo. Por outro lado, sabemos hoje que à luz do mesmo período, lapso temporal marcadamente afectado pela acção das estruturas censórias, esta foi também uma das formas encontradas pelos autores de ficção narrativa em prosa para tratar determinados temas, nomeadamente os relativos a amores profanos, sem serem censurados. Por conseguinte, chegamos aqui à mesma conclusão obtida e anotada no capítulo I deste estudo: a recepção dos textos de ficção narrativa em prosa no século XVII desenrolava-se entre a utilidade que devia andar associada ao deleite proporcionado pela literatura, e a sua função moralizadora enquanto critério indispensável de legitimação da obra a publicar e divulgar.

¹⁷¹ WEINBERG, Bernard - *A History of Literary Criticism in the Italian Renaissance*, Vol. I. Chicago, 1961, p. 12.

No final do século XVI e início do século XVII, a alteração do código poético até então vigente concorreria para a afirmação da fortuna da alegoria expressa nos textos de ficção narrativa em prosa. Se o sentido moral e edificante, verificado não só no campo religioso, mas sobretudo no campo social, ético e cívico, foi o pilar que justificou a literatura clássica renascentista, parece que a finalidade estética e o prazer espiritual conseguido pelas formas poéticas se colocaram lado a lado para se imporem como novas resoluções temáticas e formais em pleno século XVII. O conceito de alegoria deixou, então, de ser reduzido a *tropo* retórico para passar a ser entendido como forma de expressão por excelência. Expressão essa que, por amplificar as temáticas e as formalidades textuais, redobrou a exigência do esforço intelectual necessário para apreender a informação ocultada pela alegoria. Por conseguinte, este factor obrigou os leitores a serem detentores de uma bagagem histórico-cultural mais vasta, adquirida mediante a prática regular de leituras educativas, de modo a compreenderem o alcance das novas técnicas referenciais utilizadas pelos autores seiscentistas. Ainda assim, seguindo, de novo, a opinião de Sara Augusto “O texto literário maneirista e barroco não inova absolutamente; aproveita o ornato acrescido do discurso alegórico e rentabiliza os processos, sobretudo a construção visual, onde ressaltam a ficção e a descrição (acção alegórica e personagem ou espaço alegóricos), que se tornam apelativas pelo deleite da forma e pela facilidade da lição”¹⁷². Esta situação, que privilegia a dimensão moral e opta não raras vezes pela representação alegórica, advém de duas questões relevantes no panorama poético do maneirismo e do barroco e relacionadas com a função e a recepção dos textos, por nós já sublinhada, mas que convém nunca perder de vista. Em primeiro lugar, a dupla função da literatura ocupava ainda um lugar de destaque na atenção e nas preocupações tanto dos escritores como dos leitores. Deste modo, a obra deveria servir, em simultâneo, o *prodesse* e o *delectare*, a moralização e o deleite ou entretenimento. Em segundo lugar, observa-se uma alteração da importância dada à verosimilhança de inspiração aristotélica que, no âmbito da narrativa ficcional em prosa, é substituída pela força da fantasia e da imaginação, se bem que, um pouco diferentemente do que acentua Sara Augusto, seja preciso não esquecer que a centralidade evocativa e transformadora da metáfora provém, em muito, dos comentaristas de Aristóteles do século XVII¹⁷³.

¹⁷² AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins Augusto - *op. cit.*, p. 103.

¹⁷³ V. o recente estudo de SANTOS, Zulmira Coelho dos - «Algumas notas sobre o «amor», o «desengano» e o artifício nas obras métricas (1665) de D. Francisco Manuel de Melo», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 6 (2009) pp. 121-130.

Parece-nos, portanto, que é este duplo sentido orientador da leitura que torna óbvio o desenvolvimento para formas contínuas de alegoria da novela estruturalmente alegórica para a novela pastoril, de entretenimento e aventura, exemplar, doutrinal e moral. A questão que agora se coloca reside fundamentalmente em descobrir as coordenadas que nos permitam ler essas mesmas narrativas como alegorias representativas de realidades morais e exemplares a veicular a um público-leitor cada vez mais abrangente. A procura de uma resposta para esta questão passará, importa sublinhá-lo uma vez mais, pela reflexão do contexto de produção e de leitura das obras e das expectativas criadas pelo autor e de imediato identificadas pelo leitor, a partir dos prólogos que antecedem as narrativas e que procuram definir o quadro da sua leitura. As presentes considerações corroboram a ideia, por nós já mencionada na introdução a esta dissertação, de que é na materialidade das formas iniciais das obras de ficção narrativa em prosa no século XVII que se encontram respostas para a forma como a interpretação de um texto pode ser afectada.

O jogo da dicotomia entre a função e a recepção das obras ficcionais em prosa foi sendo minuciosamente analisado nos seus paratextos. A revelação de tal consciência teórica está mais presente nos prólogos das obras do período barroco do que nas novelas pastoris da época maneirista. O importante é considerar aqui as convenções adoptadas nos diversos subgéneros da novela barroca, partindo do pressuposto que a construção alegórica se apoia e se torna possível no âmbito de um conjunto ordenado de permanências e continuidades. A leitura alegórica, como de resto já se clarificou, só se torna possível através de um cenário reconhecível para os leitores. E semelhante reconhecimento torna-se por sua vez possível mediante uma repetição constante e assídua de formas e temas, que se constituem ou que se vão constituindo como tradição e convenção. Atente-se, contudo, que a consciência da presença de um “disfarce” reconhecível pelo leitor não pode nem deve ser confundido com alegoria. A representação desse “disfarce” poderá sim concretizar-se em alegoria, mas sempre em episódios bem determinados. No âmbito da defesa da ficção narrativa de entretenimento e dos seus autores, esta questão anda a par das discussões coevas acerca da leitura de “Livros de história verdadeira” e “Livros de cavalarias fingidas” e, naturalmente, da

necessidade de tratar matérias graves e honestas de forma agradável e lúdica, para que nada de censurável se pudesse encontrar em tais narrações¹⁷⁴.

Os prólogos da trilogia de Francisco Rodrigues Lobo, nomeadamente o d'A *Primavera* (1601) que integra o nosso *corpus* textual, pouco adiantam sobre este assunto. É no prólogo aos leitores do “Discurso sobre a vida e estilo dos Pastores” que este mesmo autor manifesta ter consciência do disfarce pastoril como convenção dominante nos universos ficcionais narrativos da literatura pastoril: “Aqui, curioso leitor, vos ofereço pratica e estilo de pastores, doutrina verdadeira de avisados: não pirulas douradas, víboras entre flores, nem veneno em vaso rico: antes pelo contrario diamantes por lavrar, pérolas em a sua concha, e, em lugar de mentiras enfeitadas, verdades honestas. Não estranheis logo ouvir rústicos Filósofos, e avisados Aldeãos; que o que representa na comedia a figura do Rei não o pode parecer em tudo, nem o Cortesão representar em tudo a natureza do Lavrador. E assim como na arte do pintar representam as cores diferentes o natural de uma figura, e a forma dela, a substancia, e a tenção, para que foi figurada, que é a parte principal da obra; *assim o que nesta minha não parecer que representa o modo dos Pastores, com a viveza, e termo que convém, atribuí ao intento, que é mostrar debaixo de seu burel, e com suas palavras, a condição dos vícios e o sossego das virtudes.*”¹⁷⁵.

No “Prólogo aos Leitores” da *Lusitânia Transformada* (1607), de Fernão Álvares do Oriente, o livreiro Domingues Fernandes, que conduziu a edição póstuma da obra, depois de tecer uma série de louvores aos efeitos da utilização da língua portuguesa, e de acrescentar que em *Lusitânia Transformada* se mistura o estilo pastoril com outro de maior valor, relembra o seguinte a todos aqueles a quem esta conjugação parecesse retirar mérito ao estilo pastoril: “E se parecer a bons juizos, que guardou mal o decoro ao estilo pastoril, misturando com ele outro que parece mais alevantado, lembro-lhe que

¹⁷⁴ No capítulo I desta dissertação sublinhou-se já este assunto, teorizado por Francisco Rodrigues Lobo no Diálogo I da *Corte na Aldeia*, publicada em 1619. Tendo como pano de fundo os livros de cavalarias, levanta-se como ponto de discussão o problema do lugar da Poética entre as ciências, o que implicará também o problema da ficção e da imaginação, e, forçosamente, o da alegoria. Se a questão começa por ser colocada em relação aos romances de cavalaria, passa depois para o campo de uma literatura mais abrangente, uma literatura de “recreação”, excluindo os livros divinos e os livros necessários ao estudo e à prática profissional. Neste passo da obra expõe-se, pois, o tema da defesa da ficção e do seu papel normalizador de condutas e comportamentos cortesões, dentro das normas de um decoro instituído e da verosimilhança.

¹⁷⁵ LOBO, Francisco Rodrigues - “Discurso sobre a vida e estilo dos Pastores”, in *Obras Politicas e Pastoriz de Francisco Rodrigues Lobo*, Tomo IV, Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1774, pp. 242-243. [o sublinhado é do próprio autor].

o faz recontando acontecimentos do mundo por pastores disfarçados, os quais, tomando de emprestados aos campos, por pastores, ribeiros que os fertilizam, flores que os esmaltam, arvoredos que os enobrecem, fizeram mais apazíveis seus conceitos, e sentimentos, e por disfarçados ficaram também, na largueza do estilo, com mais licença; motivo que tomou o autor destas transformações para dar a esta obra o título d'*Lusitânia Transformada*.¹⁷⁶ Disfarçado fica também o estilo e o motivo que conduziram Fernão Álvares do Oriente a proceder a tais transformações para dar à sua obra o título acima já citado. E, de igual modo, assim se demonstra a eficácia do artifício pastoril na transmissão de elevados conceitos.

Reiterando o mesmo princípio, n'*A Paciência Constante* (1622), de Manuel Quintano de Vasconcelos, para além do “concertado estilo, e honesto modo de falar”, a licença de Frei Francisco Guerreiro confirma a impressão da novela também pela “repreensão de vícios, e louvor de virtudes”, apesar de ser “livro pastoril de Pastores, e amores”, como acrescenta Fr. Antonio de Siqueira¹⁷⁷. Já nas *Ribeiras do Mondego* (1623), de Elói de Sá Sotomaior, Fr. Tomás de S. Domingos não encontrou motivos que impedissem a impressão da obra: “ (...) porque inda que a materia he de amores profhanos, & pastoris, contudo he honesta, & não tem cousa, [que] offenda os bõs costumes, antes he muy curiosa, & de agradavel entretenimẽto em brando, & elegante estylo vão ordenados os enredos das hystorias, [que] trata, ao modo poetico, & pastoril cõ ficções aprasiueis, em verso, e em prosa. Pelo que julgo que o liuro fera a todos de honesta recreação.”¹⁷⁸

¹⁷⁶ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Prologo aos Leitores” da primeira edição (1607).

¹⁷⁷ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *op. cit.*, “Licenças” da primeira edição (1622): “No liuro intitulado Paciencia Constante, cujo Author he Manoel Quintano de Vasconcellos, não achei cousa contra nossa santa Fê, & bõs costumes antes sempre concertado estilo, & honesto modo de fallar, & a vezes reprehensão de vícios, & louuor de virtudes: pello que o julgo digno de impressão. Em São Francisco de Emxabregas, & de Feureiro 6. de 620. Fr. Francisco Guerreiro. | Reui este liuro intitulado Paciencia Constante, & nelle não acho cousa algũa contra nossa santa Fê, & bõs costumes, & assi me remeto em tudo ao parecer do muito R. P. Mestre Frei Francisco Guerreiro; porque sendo liuvro pastoril de Pastores, & amores, de tal maneira cõ verbo, & proza, segue a limpeza, & pureza nelles, que fique reprehendendo, & vituperando o que não for com muito bom estilo. Podese imprimir. Em São Domingos de Lisboa 21. De Feureiro 1620. Fr. Antonio de Siqueira.”. Com estas declarações fica demonstrada a acção marcante da Inquisição no momento decisivo para a divulgação de obras de “recreação”, sendo que é pelo uso do disfarce no caminho para o *prodesse ac delectare* que os seus autores conseguiram fazer com que não fossem censurados e severamente repreendidos. A interpretação do texto, não fosse o segundo sentido permitido por uma orientação de leitura dada pelos autores ao público, ficaria irremediavelmente condicionada pelas exigências de uma das instituições que à data regia a produção literária: o Tribunal do Santo Ofício. As outras duas instituições eram o Ordinário e o desembargo do Paço.

¹⁷⁸ SOTOMAIOR, Elói de Sá - *op. cit.*, “Licenças” da primeira edição (1623).

Ainda no âmbito das considerações acerca do “disfarce” necessário para que os escritores seiscentistas pudessem tratar de assuntos e amores profanos sem serem afectados pela forte acção das estruturas censórias, no “Prólogo ao Leitor” da II Parte da novela de entretenimento e aventura *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1722), Gaspar Pires de Rebelo, afirma entender que para dar bons conselhos aos “muitos servos” que “há no mundo” (os menos atentos, porque mais aplicados aos seus cuidados), deveria “disfarçar exemplos e moralidades com as roupas de histórias humanas”, dado que talvez assim o entendimento daqueles aceitasse com maior benevolência as vantagens oferecidas pela narração/leitura de tais sucessos [os de Florinda e Arnaldo], procedendo-se a “um claro desengano das cousas do mundo”¹⁷⁹. Justificado ficaria, assim, o seu intento ao publicar tais “sucessos”, sendo que livre ficaria também a “culpa” que alguns lhe queriam atribuir, muito provavelmente por ser simultaneamente religioso e autor de novelas de entretenimento e aventura¹⁸⁰.

Por último, no “Prologo ao Leytor” da novela alegórica *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682), o seu autor, o Padre Alexandre de Gusmão explica por que motivos vão descritos os sucessos destes dois irmãos, Predestindo e Precito “debaxo de huma misteriosa Parabola”: Vem a ser em Parabola a historia de todo aquelle, que segundo os passos, que nesta vida leva, & segundo o caminho que tomou, ou se salva, ou se condena. Faço-o nesta fórmula assim para mouer a curiosidade do Leytor, como para imitar o estilo de Chisto nosso Mestre, & Senhor, do qual diz o Evangelista, que nunca já mais prégaua ao povo, senão debaxo de algma

¹⁷⁹ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, “Prólogo aos Leitores” da II Parte da edição de 1722, Lisboa Ocidental, na Oficina Ferreirinha. Ainda que consultada a edição *princeps* desta II Parte (1633), cujo exemplar se encontra microfilmado na Biblioteca Nacional de Lisboa, optámos aqui por utilizar o texto do “Prólogo aos Leitores” integrado na edição de Nuno Júdice (o da edição de 1722, portanto), uma vez que o texto do prólogo integrado no volume consultado na dita Biblioteca é idêntico ao prólogo apresentado para a I Parte da obra.

¹⁸⁰ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, “Prólogo aos Leitores” da II Parte da edição de 1722, Lisboa Ocidental, na Oficina Ferreirinha, edição de Nuno Júdice, p. 250: “Muitos servos há no mundo que são servos do mundo, os quais só com eles tratam seus negócios, metidos em os bosques de cuidados mundanos, sustentando-se em os montes de pensamentos ativos, sem quererem tomar conselho com um livro espiritual que lhes ensine o que devem fazer. Compadecido destes, quis disfarçar exemplos e moralidades com as roupas de histórias humanas para que, vindo buscar recreação para o entendimento em a elegância das palavras, em o enredo das histórias, em a curiosidade das sentenças e em a lição das fábulas, achem também o proveito que estão oferecendo, que é um claro desengano das cousas do mundo, e fiquem livres dos perigos a que estão mui arriscados com seus ruins conselhos. Este intento, e o que já apresentei acima, cuido que são bastantes para me livrarem de culpa”.

Parabola, com que explicava a verdade de sua doutrina. *Et fine parabolis non loquebatur eis.*”¹⁸¹.

Assim sendo, vale pena ler com atenção os prólogos destas obras seiscentistas pois que, como afirma Arnauld Tripet: “On sait avoit d’en commencer la lecture, qu’il va être question d’un livre, d’un auteur et de nous, les lecteurs. L’on sait aussi que l’auteur va nous faciliter la lecture de son oeuvre en nous informant sur les relations qu’elle entretient avec ce qui nous est familier. L’on pressent qu’il va nous dire en quoi son oeuvre ne se contente pas de répéter ce que nous savons déjà, quel enrichissement elle apportera à cet acquis commun. Il va nous parler de lui d’une manière agréable, inspirer la confiance, le respect, proposer une méthode de lecture, susciter l’exigence herméneutique. Il va surtout s’efforcer de nous éveiller, en créant l’évidence d’un plaisir à venir (placere) et d’un avantage prometteur (prodesse)”¹⁸². Assim, a presença da “utilitas”, no caminho para a concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, ligada à delicada posição em que se encontravam as obras de ficção narrativa em prosa no século XVII, ou seja, os *Livros* ou *Histórias* a que hoje chamamos livremente *Novelas*, aquando do momento de publicação e divulgação, deveria manifestar-se não só no corpo das narrativas como também nos paratextos que as introduziam aos leitores. Vejamos, por conseguinte, como esta problemática é colocada em evidência nos prólogos ao leitor das novelas que integram o *corpus* textual por nós seleccionado.

No “Prólogo aos Leitores” da *Lusitânia Transformada* (1607), de Fernão Álvares do Oriente, Domingos Fernandes, reiterando a necessidade de glorificar a língua portuguesa, destaca o seu valor comparando-a com outras línguas estrangeiras, sendo que todos aqueles que com juízo lessem aquela obra, adquirindo a sua lição, logo concordariam com esta opinião, caso a sua fosse contrária¹⁸³. Enumera, então, as características sublimes da poesia lusa que, estando bem presentes nesta composição a que se poderá mesmo chamar poema, “digno por certo deste nome (posto que trate

¹⁸¹ GUSMÃO, Alexandre de - *op. cit.*, “Prologo ao Leytor” da edição *princeps* (1682).

¹⁸² TRIPET, Arnauld - *Montaigne ou l’art du prologue au 16 ème siècle*, Paris, Champion, 1992, p. 19.

¹⁸³ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Prólogo aos Leitores” da primeira edição (1607), introdução e actualização de texto de António Cirurgião, p. 9: “Por beneficio feito de propósito à lingua portuguesa, cujo crédito periga, na opinião dalguns, que não alcançam a elegância dela, me pareceu composto este livro; e, por este respeito, digno de ser bem recebido de quantos estimam as flores do Pindo e do Parnaso. (...) Várias cousas em que a língua Portuguesa fica superior a muitas que delas mais se prezam acho, a parecer de bons juízos, nesta compostura, que se não passarem por alto a quem de sua lição se quiser aproveitar, verá claro a ventagem que a pátria nossa faz às nações estranhas, com tanta felicidade, que já pode ser que daqui por diante mude opinião, se acaso teve nesta matéria outro pensamento.”

também algũas matérias rústicas e humildes) ”¹⁸⁴, immortalizam a língua portuguesa. São elas a elegância nas palavras, a brandura na linguagem, a subtileza nas metáforas, a cópia nos vocábulos, a alteza no estilo, a delicadeza nos conceitos e os artifícios nas sentenças. Com a justificação do título atribuído a esta composição, *Lusitânia Transformada*, procurou o autor defender a nossa língua de todos aqueles que a tinham por estéril, sublinhando que ela é, na realidade, proveitosa para o entendimento e exemplar para todas as estrangeiras (*prodesse*), e, ainda, “alvo da divina poesia” que proporciona o deleite tão desejado pelo público (*delectare*)¹⁸⁵.

Já no prólogo “Ao Lector” da obra *A Paciência Constante* (1622), Manuel Quintano de Vasconcelos refere que o “livrinho” então oferecido ao leitor se trata de uma “humilde composição” em estilo poético, cujo principal objectivo é entreter o público (*delectare*) com os exemplos dados pelas acções que se narram (*prodesse*): “Em seus discursos poeticos, cõ poetico estilo, imito as acções que representaõ, porque o fim da poesia he deleitar [*delectare*] com exemplos [*prodesse*]”¹⁸⁶. De igual forma, no prólogo “Ao Lector” da obra *Ribeiras do Mondego* (1623), Elói de Sá Sotomaior revela que as águas das Ribeiras do Mondego reflectem as suas mágoas, sendo também espelho das tristezas e cuidados de quem nelas fixar o olhar. Pede, por isso, que delas se aproximem todos os que, no fundo, aquela obra quisessem ler. Este convite directo ao leitor contém nas suas entrelinhas um eco claro da problemática que envolve a questão da exemplaridade com base no binómio horaciano acima citado, uma vez que todos aqueles que nas águas das Ribeiras do Mondego identificassem o percurso do autor, e por conseguinte o seu, então, dele receberiam o deleite proporcionado pela narração dos sucessos (*delectare*) e o exemplo a reter e a praticar em suas vidas (*prodesse*)¹⁸⁷.

¹⁸⁴ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Prólogo aos Leitores” da primeira edição (1607), introdução e actualização de texto de António Cirurgião, p. 9.

¹⁸⁵ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Prólogo aos Leitores” da primeira edição (1607), introdução e actualização de texto de António Cirurgião, pp. 9 e 10: “[Assim afirma Domingos Fernandez] (...) o autor acredita o meu parecer, com crédito imortal da língua Portuguesa. Na prosa e no verso, e ainda nos esdrújoles, de que tinham os estrangeiros por estériles os campos da nossa Lusitânia, se acharão nesta sua transformação abundância larga, em que tenha o entendimento, com proveito, gostoso pasto, que foi sempre o alvo da divina poesia, e o motivo também que tive para tirar à luz esta obra debaixo do mesmo amparo, a que o tinha o autor próprio consagrado.”

¹⁸⁶ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *op. cit.*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, “Ao Lector” da edição *princeps* (1622).

¹⁸⁷ Note-se que apresenta uma mancha gráfica distinta de todas as que se representam nos prólogos anteriormente analisados. Não é um texto em prosa, mas sim um pequeno conjunto de versos que se dirigem ao leitor: “Chegai, Ribeyras, a quem / Em vos quer ver minhas magoas, / As suas verá tambem; / Que esta propriedade tem / O espelho de vossas agoas.”, in SOTOMAIOR, Elói de Sá - *op. cit.*, nova edição revista e prefaciada por Martinho da Fonseca, prólogo “Ao Lector” da primeira edição (1623).

Dois anos depois, em 1625, No “Prólogo aos Leitores” da I Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*¹⁸⁸, Gaspar Pires de Rebelo relembra Séneca, na sua Epístola oitenta e cinco, “De alternatione lectionis”, para subscrever a mesma opinião deste autor da Antiguidade Clássica: tanto a leitura de bons livros (“espirituais e divinais”) como a leitura de maus livros (onde se fundem “humanidades e lições várias”) se manifesta vantajosa para o homem. Através da dedicação à primeira, poderia o leitor receber bons conselhos, boas lições; através da dedicação à segunda, poderia o leitor aprender a reconhecer o que deveria evitar¹⁸⁹. Fundamenta, ainda, esta sua posição citando o exemplo de Plínio: “As abelhas, como diz Plínio, não só de uma flor fazem o favo, mas de muitas e várias que colhem, dispostas pela ordem que a natureza lhes ensina, fazem e aperfeiçoam seu doce mel, o que confirma Virgílio dizendo: «*Liquentia mella stipant, et dulci destendunt nectare cellas*»¹⁹⁰. Estas considerações, autorizadas pelo recurso à argumentação de autores reconhecidos da Antiguidade Clássica, colocam o autor entre os escritores seiscentistas que no seu conjunto fizeram dos paratextos das suas obras lugares de eleição para a defesa da literatura de “recreação”. Justificava, deste modo, a impressão da sua obra assumindo o papel de humilde letrado: não sendo o seu texto um expoente máximo de perfeição, poderia, ao menos, fazer notar, por comparação, o engenho de outros já editados. Manifestou também que, ao contrário de Ícaro, não pretendeu com este seu livro superar obstáculos que à partida seriam para si insuperáveis¹⁹¹. O texto do “Prólogo aos

¹⁸⁸ Na impossibilidade de entrar em contacto com a edição *princeps* da I parte dos *Infortúnios Trágicos* (1625), e identificado o prólogo da edição *princeps* da II parte (1633) como sendo idêntico ao da I Parte, optámos aqui por seguir os critérios editoriais de Nuno Júdice. (cf. notas de rodapé 108 e 179).

¹⁸⁹ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da I Parte dos *Infortúnios Trágicos*, edição de 1761, p. 16: “ (...) como diz Séneca, ainda que a boa lição, certa e verdadeira a nosso entendimento aproveita, contudo a que é vária, e de cousas humanas, o deleita. E diz mais a Epístola oitenta e cinco, «*De alternatione lectionis*», que não cessava nunca de ter lições várias, afirmando serem todas proveitosas se necessárias, e que de ler um livro só se não contentava, porque de uns tirava o que havia mister, e de outros o do que havia de fugir, dando com esta variedade pasto ao entendimento quando com a iguaria de um só estava enfasiado porque, como ele mesmo afirma, a lição é pasto do entendimento, e que cansado do estudo sem outro se não satisfaz.”.

¹⁹⁰ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da I Parte dos *Infortúnios Trágicos*, edição de 1761, p. 16. V. SANTOS, Zulmira Coelho dos - «Vícios, virtudes e paixões: da novela como «catecismo» no século XVIII», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3 (2006) pp. 187-199.

¹⁹¹ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da I Parte dos *Infortúnios Trágicos*, edição de 1761, p. 16: “E pois não só os livros e lições espirituais e divinas a nosso entendimento aproveitam, senão aquelas que em humanidades e lições várias se fundam, e estes também mereçam ser estimados, pois em seu género ajudam a perfeição, ou ao menos fazem com que a bondade dos outros mais resplandeça para que de todos possa ser mais estimada, quis eu, como abelha fraca, por

Leitores” da I Parte dos *Infortúnios Trágicos* estabelece uma relação de intertextualidade, comum à época e a outros autores, com o “Prólogo aos Leitores” da II Parte da mesma. Neste último, datado de 1633, Gaspar Pires de Rebelo refere que quando publicou a I Parte desta mesma obra tinha como objectivo obter algum descanso, uma vez que a ciência da escrita o fatigava tanto. Pretendeu fazê-lo com discrição, mas tal não foi possível já que o seu texto acabou por ser lido/conhecido de alguns letrados. Estes, por nele verem bons conselhos e boas lições (*prodesse*), receberam-no tão bem que, ao fim de dois anos, toda a edição estava esgotada e uma terceira não foi impressa por falta de papel (sendo este um dos problemas da época que se colocava aos autores, aos editores e/ou impressores, dado que o papel era raro e muito caro – daí a importância do mecenato, de onde decorrem também as dedicatórias da maior parte das obras editadas no século XVII)¹⁹². O autor termina, então, este segundo “Prólogo aos Leitores” fazendo notar que a publicação da obra correspondeu, sobretudo, a uma real intenção de agradar (*delectare*) aos seus leitores: “E pois, a fiz para te agradar (...)”¹⁹³.

Também no início do “Prólogo ao Leitor” da obra *Alívio de Tristes e Consolação de Queixosos* (1648), Mateus Ribeiro parte do princípio que não existe nenhum mal que não obtenha a sua cura se se fizer uso da razão para que tal aconteça com a leitura atenta da presente obra¹⁹⁴. Mais adiante, recordando os ensinamentos de Plutarco, Pitágoras e

não ter de todo apurado as asas de meu engenho para poder voar a cousas mais altas e levantadas, como o são as divinas, mostrar a fraqueza dele em estas humanas, porque me seria por crime mal contado querer do primeiro voo subir tão alto, ou ao menos receoso de outro castigo semelhante ao de Ícaro, o qual voando subiu tanto que pelos raios do Sol foram suas asas deretidas, e ele prostrado em um rio como imprudente e atrevido.”. Neste passo, o autor deixa entrelinhas uma anotação relativa à acção da censura: se tivesse sido “imprudente e atrevido” como Ícaro, ao desafiar o Tribunal da Santa Inquisição com o pedido de licença para impressão desta sua novela sem assumir uma posição humilde e sem adoptar o tipo de argumentação que temos vindo a explicitar, provavelmente teria sido severamente punido pelos censores da mesma, os “raios do Sol” de que fala citando o exemplo de Ícaro.

¹⁹² REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, edição de 1722, p. 249: “Quanto ao que tive em fazer a primeira parte, foi somente por curiosidade e por dar alívio ao entendimento, que o molestava muito a lição contínua de uma ciência. Não pôde ser com tanta cautela que não viesse à notícia de alguns amigos, e os mais deles letrados. Viram a obra honesta e que assim de toda ela como das histórias particulares que continha se tiravam moralidades proveitosas, e de seus enredos pasto para os entendimentos curiosos: quase por força a fizeram pública. E foi tão bem recebida que em dous anos se gastou a impressão toda, e ao terceiro se tornara a imprimir se não fora a falta que havia de papel.”

¹⁹³ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, edição de 1722, p. 250.

¹⁹⁴ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Prologo ao Leytor” da edição de 1648: “Se como disse o Seneca, não há mal tam insofriuel, ou pena com tanto extremo rigurosa, em [que] não possa ter lugar algum aliuiio, sendo, como escreue Cicero a razão, quem melhor consola os males, que se sofrem, as tristezas que se sentem,

Ovídio, autores greco-latinos¹⁹⁵, Mateus Ribeiro refere que com as palavras e com os exemplos poderá o leitor encontrar algum consolo para as suas agonias, sabendo que, tal como ele, há outros que também sofrem e que acabam por encontrar a alegria e a felicidade no final de uma penosa caminhada¹⁹⁶. Com base nos conhecimentos de S. Gregório Papa, o autor sublinha ainda a importância do reconhecimento individual das faltas que se cometem e das quais resulta não apenas o castigo devido, como também os benefícios que daí se retiram (*prodesse*)¹⁹⁷. Numa chamada de atenção concreta e directa, o autor deste prólogo reafirma, tal como o fez Santo Ambrósio, que através da leitura do seu texto, o leitor encontrará a consolação desejada, sendo que esta, para ser bem recebida, deverá ser suave, distraindo e divertindo (*delectare*), afastando-se o mais possível de toda a agressividade que em vez de curar magoa¹⁹⁸. Deste modo, o seu objectivo é ser útil a todos aqueles que se afligem devida ou indevidamente, bem como alertar os “descuidados” e encaminhar os “queixosos” durante as suas tormentas até que todos eles alcancem a tranquilidade e a verdadeira glória que só Deus lhes pode conceder¹⁹⁹. No início do “Prólogo ao Leitor” da I Parte da obra *Retiro de Cuidados*, E

por sem duvida tenho, que nas infelicidades, de que tantos impropriamente se queixão nas tristezas que sentê, nas queixas, que formão de seus imaginados infortúnios receberão algum aliuio, & consolação, se com atenção lerem esta piquena obra, empenho de algũas horas que furtou minha curiosidade a outras occupaões, para diuertilas.”

¹⁹⁵ Tal como Gaspar Pires de Rebelo, também Mateus Ribeiro fundamenta a sua argumentação em defesa da ficção narrativa em prosa no caminho do *prodesse ac delectare* com base nos princípios defendidos por autores célebres da Antiguidade Clássica e reconhecidos pelos seus escritos. Note-se, porém, que como religioso que era, o Padre Mateus Ribeiro apresenta igualmente alguns argumentos em função dos ensinamentos de figuras ligadas à Igreja Católica.

¹⁹⁶ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Prologo ao Leytor” da edição de 1648: “Lembrete que escreue Plutarcho, que talvez palauras seruem de consolar animos afflictos, ou seja a vista de huns males lembrando outros mayores, como quer Pithagoras, ou mostrando, como nas aflições não falta companhia, que iguالمême as passe, & tam viuamente as sinta, como diz Cicero, ou seja com persuadir esperanças de termo, & limite aos males, & de logro aos bês, & felicidades, como escreue Ouideo, (...)”.

¹⁹⁷ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Prologo ao Leytor” da edição de 1648: “ou finalmente como trazer a memoria a culpas, em cujo castigo os discomodos se sofrem, & os interesses, & benefícios que dessas penalidades resultão, como doctamente ensina S. Gregorio Papa.”.

¹⁹⁸ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Prologo ao Leytor” da edição de 1648: “Neste liuro acharàs, Lector discreto, recopilados os mais destes motiuos, obseruando juntamente o que ensina S. Ambrosio, a que a consolação para ser bem recebida ha de incluir suauidade que diuirta, & não seueridade, ou aspereza, que magoa.”.

¹⁹⁹ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Prologo ao Leytor” da edição de 1648: “Meu intento he aproueitar com este piqueno volume a todos os que no mar deste mundo nauegão derrotados de sentimentos, molestados de tristezas, queixandose continuamente das que se chamão erradamente desgraças, & infortúnios. O mayor premio para mi deste trabalho será, que todos com elle suas aflições aliuiem, & suas queixas consolem, aduertindo juntamente aos descuidados para que não se fiem das bonanças, encaminhando aos quixosos, para [que] não desanimem com as termentas desta peregrinação, em quanto não chegamos á tranquilidade, & cõsolação verdadeira das alegrias da gloria, a [que] Deos nos leue, por sua infinita

Vida de Carlos e Rosaura (1681), Mateus Ribeiro, dá a conhecer a importância da conexão que existe entre a cura dos males/problemas (“cuidados”) e o refúgio na leitura de livros através dos quais se retiram bons conselhos (“lição”). Socorrendo-se do ensinamento greco-latino, de autores como Ovídio e Virgílio, o autor revela como a prática da leitura pode dar alívio ao “molesto” e divertimento ao “aflito” ao mesmo tempo que, parando a Roda da Fortuna²⁰⁰, se afastam os cuidados (“...não se move a perpétua roda, em que a maioria combate os discursos, na batalha interior dos cuidados.”) e se alcança alguma tranquilidade. De seguida reforça esta sua convicção com o exemplo de “Scipião Africano”, que uma vez interrogado sobre a causa de não se enfadar na sua biblioteca, respondeu dizendo que não poderia ter por melhor companhia os livros com os quais se entregava a discretas conversações²⁰¹. Assim sendo, Mateus Ribeiro oferece ao leitor a história de Carlos e Rosaura para que com ela se possam divertir os “inquietaos” e os “penosos” (*delectare*), suspendendo por algum tempo a luta contínua que em vida travam contra os seus males. No “Prólogo ao Leitor” da II Parte da mesma obra (1681), Mateus Ribeiro, inspirado por Aristóteles, Platão, Plutarco e, mais adiante, por Séneca, autor de larguíssima repercussão no século XVII, refere que tanto o descanso como o divertimento são essenciais para o Homem, sobretudo quando

bondade.”. Repare-se aqui como, tal como em Alexandre de Gusmão, na sua *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682), é abordado o tema do desengano associado à peregrinação terrena como forma de alcançar a plenitude da vida perfeita em união com Deus.

²⁰⁰ Tema barroco desenvolvido aqui pelo autor, tal como em *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1724).

²⁰¹ Este exemplo remete para o *De Vida Solitária* o célebre diálogo de Petrarca. A introdução de “fábulas” nos prólogos ao leitor era recorrente de molde a captar a atenção do público. Cf. CAYUELLA Anne - *op. cit.*, pp. 240-241: “On remarque parfois à l’intérieur du prologue la présence d’une fable, d’une narration, d’une historiette qui vient illustrer les propos du prologue. L’*exemplum* fait partie des différentes façons de gagner ou de réveiller l’attention du public dans la rhétorique de l’exorde. L’art prédicatoire du Moyen Âge recommandait l’inclusion d’une fable ou d’un *exemplum* dans le sermon. (...) Mais comme l’a souligné Alberto Porqueras Mayo (PORQUERAS MAYO, Alberto - *El prólogo en el manierismo y barroco españoles*, Madrid, CSIC, 1968, p.11.) la fonction de ces historiettes n’est pas exactement la même au Moyen Âge et à l’époque baroque: En aquellos casos sirven para ilustrar un punto de vista, como un ejemplo o una serie de ejemplos engarzados entre sí por los hilos de una doctrina (...). Ahora se trata más bien de presentar algo insólito, exceptional, que surge de improviso ante lo narrado, pero com fuerza penetrante.”. No “Prólogo ao Leitor” da III Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1697), Mateus Ribeiro volta a fazer uso do mesmo recurso para cativar o leitor: Partindo da Fábula da “Philomena”, o autor revela que foi precisamente a diversidade dos factos decorridos na vida de Carlos e Rosaura que o levou a escrever esta história, bem como a crescente curiosidade que por ela manifestaram os seus leitores.

através daqueles se obtém algum alívio e se alcança o significado do que é viver sem ser oprimido por seus cuidados. Entre todos os divertimentos afirma que o melhor (“o mais agradável”) é o da “lição dos livros” (*prodesse*), já que, ocupando-se os sentidos na história narrada (*delectare*), se suspende a imparável Roda da Fortuna que consigo traz diversos problemas. Para validar este juízo, Mateus Ribeiro cita, de seguida, alguns nomes de pessoas, provavelmente conhecidas pelos leitores da época, que decidiram fazer uma pausa na vida para se dedicarem às delícias da leitura. Assim o fizeram Lúcio Cornélio Scilla, que largou a ditadura de Roma; Diocleciano, que abandonou o Império Romano; Michael, que deixou o Império dos Gregos; e muitos outros príncipes que colocaram de parte ceptros e coroas. Por fim, numa interpelação directa, o autor oferece o presente livro ao leitor a fim de que este se divirta com a sua história (*delectare*). No “Prólogo ao Leitor” da III Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1697), recorrendo a autores como Séneca, Quintiliano, Valério Máximo e Cícero, diz Mateus Ribeiro que nesta nova Parte que agora oferece ao leitor poderá este encontrar a verdade relativa às diversas contrariedades a que a vida o submete, sendo Carlos o protagonista dessa penosa experiência e dela retirando o leitor a sua lição. Já no “Prólogo ao Leitor” da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta, Primeira Parte*, na edição de 1724, o editor adverte o leitor para que não se assuste com o título do livro antes mesmo de o ler, pois nele encontrará utilidade para viver com cautela (*prodesse*) e agradável prazer para divertir o molesto (*delectare*). Recorda que a felicidade não dura sempre e que, do mesmo modo, as desgraças nem sempre permanecem, já que o constante girar da Roda da Fortuna assim o determina. Deste modo, tal como afirma Cícero, a Fortuna não merece agradecimentos pelo que de bom propícia, nem queixas de infelizes pelo que de mal atribui a cada um. No “Prólogo ao Leitor” da II Parte desta mesma obra (1724), o autor relembra Plínio para dizer que os livros, para serem agradáveis ao entendimento humano, devem conciliar o “áspero” com o “compassivo”, o “rigoroso” com o “benévolo” e o “infeliz” com o “venturoso”²⁰². Chama a atenção do leitor para o facto de tudo isto poder encontrar nesta Segunda Parte da *Roda da Fortuna* desde que a lesse com bastante atenção. Seguindo Plutarco, Mateus Ribeiro é também da opinião que a lição dos livros é agradável, tanto mais quando a

²⁰² O confronto de realidades opostas concorria eficazmente, na época barroca, para a concretização da exemplaridade, dela decorrendo uma escolha consciente entre o bom ou o mau caminho, entre os vícios ou as virtudes. A mesma questão é levantada pelo jesuíta Alexandre de Gusmão na sua novela alegórica, a *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682).

leitura se impõe como retiro para os pensamentos viciosos, alívio das moléstias, tréguas na batalha dos cuidados e suspensão dos agravos da vida.

Em 1673, no prólogo “Ao Leitor” da obra *Cristaes da Alma*, Gerardo de Escobar, após algumas considerações acerca da acção da censura que adiante veremos com maior pormenor, sublinha, numa nota directa ao leitor, a opinião de que os escritos amorosos eram literatura de lazer e dá a conhecer o que entende por ociosidade dos assuntos: “com que te deixo toda a liberdade para murmurar desta ociosidade dos assuntos.”²⁰³. Para além do referido, acrescente-se ainda que, apesar de lhe ser pedida isenção de opinião, o autor afirma também ele, enquanto leitor, encetar discretas conversações com os livros das quais retira proveitosas lições. Deste modo, é importante fazer notar que para Gerardo Escobar a novela era um género ligado a um objectivo lúdico (*delectare*) ao qual se associava uma preocupação moral que obrigasse o leitor a reflectir (*prodesse*). Alicerçado numa preocupação moralista que obrigasse o leitor a reflectir, Escobar justifica as suas convicções na dedicatória desta mesma novela: “ (...) como os escreui à instancia de varias pessoas, & me derão estes assumptos, quero que agora a minha penna faça lizõnja ao meu gosto, & à minha obrigação, para que emmendem bem offerecidos, o dezar de mal escritos”.²⁰⁴ Já no prólogo “Ao Leitor” da obra *Doze Novelas* (1674), Gerardo Escobar acrescenta que adquirir experiência a partir do exemplo dado por outras pessoas sempre foi um bom princípio de vida ao qual se deve, como tal, dar especial atenção. Fazer com que o leitor aproveite a lição dada pela leitura das *Doze Novelas* foi o principal motivo que o conduziu à sua redacção e não apenas o divertimento do público-leitor, embora na dedicatória à mesma obra, o autor reitere a opinião, anteriormente expressa, de que os escritos amorosos eram literatura de lazer: “Offereço a V. Senhoria estas travessuras da penna, que o conhecimẽto da sua pouca valia teue sepultadas no descuido, & agora as resuscita o desejo de presentalas a V. S. para que se diurta em as ler, em quanto a bizzarria ao seu júzo não rompe o embaraço da tenra idade para applicaçoes mais releuantes”²⁰⁵.

²⁰³ ESCOBAR, Gerardo de - *op. cit.*, “Ao Leitor” da edição *princeps* (1673), in FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves., *As “Doze Novelas” de Gerardo de Escobar*, [texto policopiado], Coimbra, 1993, p. 16.

²⁰⁴ ESCOBAR, Gerardo de - *op. cit.*, “Dedicatória” da edição *princeps* (1673), in FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves., *As “Doze Novelas” de Gerardo de Escobar*, [texto policopiado], Coimbra, 1993, p. 16.

²⁰⁵ ESCOBAR, Gerardo de - *op. cit.*, “Dedicatória” da edição *princeps* (1674), in FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves., *As “Doze Novelas” de Gerardo de Escobar*, [texto policopiado], Coimbra, 1993, p. 16.

Finalmente, no “Prologo Ao Leytor” da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, datado de 1682, o Padre Alexandre de Gusmão, também no sentido de cumprir o preceito do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, depois de expor o assunto da *História*, afirma o seguinte: “Vem a ser em Parabola a historia de todo aquelle, que segundo os passos, que nesta vida leva, & segundo o caminho que tomou, ou se salva, ou se condena.” Acrescenta mais adiante que “No caminho, & sucesso destes Peregrinos [Predestinado Peregrino e Precito] verá o Leytor, por onde se [*iij] vai ao Ceo, & por onde se vai ao Inferno. Será este liuvrinho como hum roteiro da vida, ou da morte sempiterna, para que conforme a elle gouerne seus passos, & vendo-o não tenha escuza, se se perder.”²⁰⁶.

A exposição que até aqui se tem desenvolvido em torno da análise dos textos prologais das novelas seiscentistas que nos propusemos abordar, revela como a argumentação apresentada pelos autores, em sua defesa e em defesa da ficção narrativa em prosa o século XVII, se justifica pelo facto das obras reportando a assuntos profanos e amorosos terem sido as mais perseguidas pelos mecanismos censórios da época em que se compuseram. É neste contexto que se devem fazer notar as alusões a exemplos concretos de autores da Antiguidade Clássica (nalguns casos, ainda, a figuras ligadas à Igreja Católica) que defendiam ideias semelhantes às então propostas pelos autores de seiscentos no caminho que os conduzia à concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare* de molde a verem publicadas e divulgadas as suas novelas²⁰⁷. Por outro lado, o apelo à benevolência dos leitores, aquando da recepção das mesmas, poderá ser simultaneamente visto como uma forma de garantir o sucesso editorial das obras publicadas, sendo que nalguns casos os autores antecipavam já o aparecimento de

²⁰⁶ GUSMÃO, Alexandre de - *op. cit.*, “Prologo Ao Leytor”.

²⁰⁷ Gaspar Pires de Rebelo fundamenta os seus argumentos com base em Aristóteles, Séneca, Plínio (cf. “Prólogo aos Leitores” da I Parte dos *Infortúnio Trágicos*, 1761) Salústio e Horácio (cf. “Prólogo aos Leitores” da II Parte dos *Infortúnio Trágicos*, 1633); Mateus Ribeiro autoriza-se recordando os ensinamentos de Séneca, Cícero, Plutarco, Pitágoras, Ovídeo, S. Gregário Papa (cf. “Prólogo ao Leitor” do *Alívio de Tristes*, 1648), Ovídeo e Virgílio (cf. “Prólogo ao Leitor” da I Parte do *Retiro de Cuidados*, 1681), Aristóteles, Platão e Plutarco (cf. “Prólogo ao Leitor” da II Parte do *Retiro de Cuidados*, 1681), Séneca, Quintiliano, Valério Máximo e Cícero (cf. “Prólogo ao Leitor” da III Parte do *Retiro de Cuidados*, 1697), Cícero (cf. “Prólogo ao Leitor” da I Parte da *Roda da Fortuna*, 1724) e Plínio (cf. “Prólogo ao Leitor” da I Parte da *Roda da Fortuna*, 1724); Alexandre de Gusmão justifica o uso da parábola como forma de “imitar o estilo de Christo nosso Mestre, & Senhor” (cf. “Prologo ao Leytor” da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, 1682) e dá como referência a vida “exemplar” de São Francisco de Xavier, “Peregrino Celestial” e “Apóstolo do Oriente” (cf. “Dedicatória” da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, 1682).

outras novelas que continuassem os assuntos desenvolvidos nas primeiras, bem como uma forma de fuga à acção da censura.

Assim, no “Prólogo ao Leitor” d’ *A Primavera* (1619), Francisco Rodrigues Lobo chama a atenção para o facto da presente edição poder conter falhas, dado que ninguém está isento de cometer erros, afirmando ser difícil tarefa “Contentar a poucos e muito, quanto mais dar razão a tantos”²⁰⁸. Revela, de seguida, a intenção de dar aos prelos a continuação desta sua obra numa nova novela intitulada *Pastor Peregrino*, a segunda da trilogia a que temos feito referência e que seria realmente impressa em 1608. Manifestando conhecer o público que o acolhia, pede, então, aos seus leitores (“damas curiosas e inclinadas”) para que lessem os “humildes pensamentos dos seus pastores” e para que defendessem tanto o livro que na altura se publicava como também o seu autor. Já no final do “Prólogo aos Leitores” da obra *Lusitânia Transformada* (1607), de Fernão Álvares do Oriente, Domingos Fernandes termina a sua intervenção com um pedido dirigido ao público: se todas as razões apresentadas não chegassem para desculpar o autor do texto, os leitores deveriam pelo menos demonstrar generosidade suficiente para defender quem não estava presente e, sobretudo, quem por ter morrido já não se podia defender de possíveis acusações. Também no prólogo “Ao Lector” da *Paciência Constante* (1622), de Manuel Quintano de Vasconcelos é possível encontrar reflexos do desenvolvimento desta questão. Após ter sublinhado que a sua novela se tratava de uma “humilde composição” em estilo poético, cujo principal objectivo era entreter o público com os exemplos dados pelas acções que nela se narram, prossegue afirmando que se o leitor curioso encontrasse naqueles “discursos poéticos” e juvenis a fragrância própria das flores, então, como prova de agradecimento o autor prometia oferecer-lhe os frutos típicos de uma idade mais avançada (“Otono”). Por fim, caso não merecesse, pede ao público que encobrisse as suas faltas uma vez que tudo o que escreveu foi de boa fé. Em 1633, no “Prólogo ao Leitor” da II Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo faz notar que a publicação desta Segunda Parte ficou a dever-se à curiosidade e aos pedidos de todos os leitores que haviam recebido com benevolência a Primeira Parte da mesma obra, editada pela primeira vez em 1625. Depois de sublinhadas as orientações de leitura da obra, às quais já demos a devida importância alguns parágrafos acima aquando da exposição acerca do assunto relativo ao uso do “disfarce” para encobrir o tratamento de assuntos profanos e

²⁰⁸ LOBO, Francisco Rodrigues - *op. cit.*, “Prólogo ao Leitor” da edição de 1619.

amorosos, necessário à defesa da literatura de “recreação” e dos seus autores no caminho do *prodesse ac delectare*, o autor demonstra entender que está livre de toda e qualquer culpa, sendo que, acima de tudo, está seguro da sua posição: “mais vale razão própria que a abonação alhea, mormente quando é de parte interessada, porque pode ser havida por suspeitosa”²⁰⁹. No final, num apelo indirecto à benevolência dos leitores no momento da recepção da Segunda Parte dos *Infortúnios Trágicos*, lembrando Aristóteles, afirma que apesar de conhecer a ciência que pratica não está isento de cometer falhas dignas de repreensão, uma vez que ao entendimento humano é impossível deter todo o conhecimento. Assume, deste modo, o papel de humilde letrado, posição que de resto já adoptara no “Prólogo ao Leitor” da I Parte da obra *Infortúnios Trágicos* usando como fundamento o exemplo de Plínio, anteriormente por nós já citado em alguns passos mais acima: “As abelhas, como diz Plínio, não só de uma flor fazem o favo, mas de muitas e várias que colhem, dispostas pela ordem que a natureza lhes ensina, fazem e aperfeiçoam seu doce mel”²¹⁰. Como tal, não sendo o seu texto um expoente máximo de perfeição, poderá, ao menos, fazer sobressair, por comparação, o engenho de outros já editados. Manifesta, também, que, ao contrário de Ícaro, não pretende com este seu livro superar obstáculos que à partida seriam para si insuperáveis. Ainda no “Prólogo ao Leitor” da I Parte, em jeito de conclusão, Pires Rebelo cita Platão para deixar claro que o lugar da verdadeira virtude está no meio e não nos extremos. Pretendia, por isso, que o leitor assim considerasse a obra que naquele momento se lhe oferecia. No texto do “Prólogo ao Leitor” da I da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681), Mateus Ribeiro volta a enfatizar o mesmo tópico²¹¹: identificados os leitores a quem se dirige, o autor desculpa-se pelo facto destas obras terem sido publicadas “em primeira mão” (podendo, por isso, conter algumas faltas), já que a “pressa” e a “brevidade” dos que a pretendem conhecer não se compadece com o aperfeiçoamento exigido pela redacção de livros. Retoma este mesmo assunto no texto do “Prólogo ao Leitor” da II Parte da mesma obra justificando-se a sua impressão “em primeira mão” por não ter tido tempo de a “transladar”, tal era a curiosidade dos que a pretendiam ler. Promete, ainda, que se o fizessem com

²⁰⁹ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da II Parte, p. 16.

²¹⁰ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da I Parte, p. 16.

²¹¹ De uma forma geral trata-se de um tópico que se encontra presente em muitas obras da época, aparecendo já em 1528 na dedicatória de *Il libro del cortegiano* de Baldassare Castiglione. (cf. CASTIGLIONE, Baldassare - *Il libro del cortegiano*, imp. In Firenze: per li heredi di Philipppo di Guinta, 1528. Na ed. preparada por A. Quondam, Milano, Garzanti, (reed.), 2000, p. 24.

benevolência lhes ofereceria a III Parte desta obra que com a ajuda Divina haveria de escrever. Em 1697, já no “Prólogo ao Leitor” da III Parte da novela *Retiro de Cuidados*, Mateus Ribeiro, afirma que devido à quantidade de acontecimento ocorridos na vida de Carlos e Rosaura não pôde, como era seu objectivo, finalizar a obra nesta III Parte que acabava de publicar. No final, volta a sublinhar que o texto ia escrito em “primeira mão”, podendo por isso conter falhas, chamando a atenção dos leitores para que como tal a recebessem com benevolência. No “Prólogo ao Leitor” da IV e última Parte da mesma novela (1689), Mateus Ribeiro afirma que a curiosidade dos seus leitores quanto ao desfecho da história de Carlos e Rosaura o fez abandonar outras actividades para se dedicar ao exercício da escrita até que a concluísse. No final pede, uma vez mais, que esta sua Parte da obra fosse aceite com benevolência, sendo que isso bastaria para satisfazer o serviço a que se propusera. Também no “Prólogo ao Leitor” da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta, Primeira Parte* (1724), para finalizar Mateus Ribeiro promete editar uma Segunda Parte desta novela se a Primeira que agora oferecia agradasse aos seus leitores. Ainda que tal não se tivesse concretizado no “Prólogo ao Leitor” da *Segunda Parte* da mesma obra, o autor manifestou intenções de editar uma Terceira Parte se esta Segunda agradasse e fosse bem recebida pelo público. Todas estas considerações concorrem claramente para o sucesso editorial alcançado pelas novelas de Mateus Ribeiro, desde logo atestado pelas numerosas reedições que delas se fizeram.

No âmbito das presentes considerações, importa salientar que a apertada vigilância exercida pela Censura «preventiva», quanto à impressão de livros no século XVII, nomeadamente quanto às novelas de aqui tratamos, se manifesta na sua materialidade não apenas na inclusão das licenças ou aprovações como textos preliminares essenciais à circulação do livro impresso, como também nos prólogos ao leitor. Os casos d’*A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo, da II Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1633) de Gaspar Pires de Rebelo e dos *Cristaes da Alma* (1673) de Gerardo de Escobar revelam como estes três autores fizeram ecoar nos seus paratextos as «dificuldades», muitas vezes apenas temporais, no sentido da demora, com que se depararam para que as suas obras fossem dadas aos prelos, neles deixando registadas preciosas marcas do tipo de censura preambular então praticada. No “Prólogo ao Leitor” da obra *A Primavera*, Francisco Rodrigues Lobo começa precisamente por dar a conhecer as dificuldades que existiam em obter as licenças de impressão na época em que publicou esta sua novela: “Direis, sábio Leitor, que dou esta sentença contra mim,

pois tendo na primeira impressão desta obra, com aviso dos que a encontraram, tantos desenganos do que me podia montar o fruto dela, cometi a fazer a terceira, que agora vos apresento, com as próprias armas e defesa com que no primeiro encontro a recebeste, e que assim porfio contra o que vejo e me engano com o que faço.”²¹². Com estas afirmações, o autor revela, ainda, que teve de proceder a algumas alterações quanto ao original. Alguns anos mais tarde, no “Prólogo ao Leitor” da II Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo confessa ao leitor “prudente” a necessidade que sentiu de se defender “com a verdade” das possíveis acusações de que seria alvo por parte do “tribunal do juízo humano”. Recordando Salústio e Horácio, o autor identifica dois tipos de sentenças que lhe poderiam ser ditadas: ser considerado vanglorioso, por pensar que a vida é limitada e que, portanto, deveria fazer algo que imortalizasse a sua passagem pelo mundo; e, ser acusado de atrevido, já que considerava fundamental para quem se dedica à realização de um livro separar as histórias que nele se narram da ciência que rege essa mesma narração. Estas últimas afirmações devem ser analisadas tendo em vista a biografia do autor, uma vez que Gaspar Pires de Rebelo foi simultaneamente “Freire professo da militar Ordem de São-Tiago em o Real Convento de Palmella Prior de Castro Verde, Pregador Insigne, e não menor Poeta Vulgar.”²¹³. É pois natural que em casos como este os mecanismos da censura tripartida tivessem maior preocupação no momento de atribuir as licenças de impressão de obras de literatura de entretenimento redigidas por membros pertencentes à Igreja Católica, sob pena de ver a sua autoridade posta em causa. O mesmo se passou com Gerardo de Escobar, na verdade, Frei António de Escobar. No prólogo “Ao Leitor” da obra *Cristaes da Alma* (1673), Gerardo de Escobar começa por identificar o tipo de leitor a quem se dirige, podendo aquele ser “amigo ou inimigo” consoante recebesse “estes cristaes” com agrado ou desagrado. O facto de alguns leitores poderem não receber com benevolência a obra de Escobar parece estar relacionada com o facto do autor, apesar de usar um pseudónimo possivelmente na tentativa de não ser identificado tanto pelos leitores como pela Inquisição, se tratar de uma figura religiosa que se dedicava ao exercício da escrita de assuntos amorosos. Ainda assim, estas circunstâncias não parecem ser relevantes para o autor já que, de seguida, afirma que o presente volume foi editado a pedido de diversas pessoas a quem pretendeu dar esse gosto. Portanto, sublinha que nenhum leitor ficaria “obrigado no feitio ou na estampa”

²¹² LOBO, Francisco Rodrigues - *op. cit.*, “Prólogo ao Leitor” da edição de 1619.

²¹³ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo II, p. 367.

se, por acaso, comprasse o seu livro. Se, por outro lado, o recebesse de empréstimo deveria agradecer a quem lho emprestou. Um anos apenas após a edição dos *Cristaes da Alma*, o prólogo “Ao Leitor” da obra *Doze Novelas* (1674), Gerardo Escobar assume o “papel de Lebre”, querendo com isso dizer que tal como àquela o medo a faz avançar no seu percurso, também a ele o receio de ver impressas as suas *Doze Novelas* com o nome de outro autor o fez imprimir-las de imediato. Fundamenta esta sua atitude com o caso da obra *Herce Portuguez* “roubada” pelo Padre Frei Francisco de Salas; caso este conhecido do Padre Fr. António de Escobar. Curioso será notar que no início deste prólogo a posição do autor reflecta um dos processos adoptados pelos escritores seus contemporâneos para obterem os lucros associados à impressão e venda deste subgénero de novelas sem correrem o risco de serem incomodados pela Inquisição. Sendo as novelas de assuntos amorosos as narrativas mais perseguidas pela censura, não foi por mero acaso que o próprio Escobar acrescentou à publicação das duas obras em questão duas “Protestações do Autor”²¹⁴. Por outro lado, repare-se como é subtil o argumento utilizado para sustentar a sua atitude: o Padre Fr. António de Escobar é nada mais nada menos que o mesmo autor dos *Cristaes da Alma* e das *Doze Novelas*, posto que o nome Gerardo se trata de um pseudónimo. Mais adiante acrescenta que, não sendo ingénuo, nada tinha a alegar quanto ao facto de poder vir a causar nos receptores da presente obra alguma antipatia ou aversão.

A acção exercida pelos editores e/ou impressores sobre a publicação deste tipo de obras deixou também as suas marcas nos paratextos das mesmas. A exegese a que foram submetidos os textos preambulares das novelas que integram o *corpus* textual apresentado revela que, regra geral, uma das particularidades dos prólogos ao leitor é a sua relativa imutabilidade de edição para edição. Se, por ventura, casos houve em que se introduziram modificações nos prólogos ao leitor aquando da primeira impressão ou reimpressões posteriores de uma novela, essas alterações devem ser, então, atribuídas ao facto do autor ser colocado à margem quanto à publicação do texto. Ou seja, o autor

²¹⁴ ESCOBAR, Gerardo de - *Doze Novelas* (...), cf. “Protestação do Autor”: “Vzo de Deidades, adoraçoens, sacrificios, entregos da alma; & outros hyperboles introduzidos como licenças poeticas, frases amorosas, & nam em verdadeiro sentir, em quanto sam gala do dizer, & nam desuios do sentir Catholico; isto, & tudo o mais sogeito á censura da igreja como filho della. Lisboa 17 de Abril de 1672. | Gerardo de Escobar”; e, ESCOBAR, Gerardo de - *Cristaes da Alma* (...), cf. “Protestação do Autor”: “Vzo de Deidades, adoraçoens, sacrificios, entregues da alma, & outros hyperboles introduzidos como licenças Poeticas, frases amorosas, & não em verdadeiro sentir, em quanto saõ gala do dizer, & não desuios do sentir Catholico; isto, & tudo o mais sogeito à censura da Igreja, como filho della. Lisboa 16 de Outubro de 1672. | Gerardo de Escobar”.

deixa de ser responsável pela divulgação do texto prologal que inicialmente escrevera, entrando por esta via em questão a liberdade com que os editores e/ou impressores da obra actuavam na disposição interna dos textos preambulares de ficção narrativa em prosa no século XVII. Assim sendo, tais modificações contribuem igualmente para a resolução de algumas interrogações de ordem material ligadas à publicação das novelas seiscentistas em Portugal. Verificou-se ainda que, não raras vezes, estes casos andavam a par da necessidade de promover as obras em termos de «publicitação». Embora este assunto já tenha sido mencionado no capítulo inicial da presente dissertação, à luz das afirmações que agora se fizeram, torna-se importante lembrar que com o aparecimento da Imprensa o livro passou a ser entendido não apenas como objecto de leitura (deixando para trás a vincada ligação à noção de prestígio e notoriedade enquanto símbolo de poder associado a uma elite de letrados ou à necessidade de testemunhos de posse), mas também como objecto comercial, gerador de lucro e promotor social das entidades associadas ao processo administrativo ao qual era submetido desde que saia das mãos do autor até ao momento da sua primeira edição e posteriores reedições.

A leitura do “Prólogo ao Leitor” d’ *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo ilustra bem o que temos vindo a dizer. Nele o autor tece considerações relativas ao monopólio dos impressores (“Antes estando bem alheio de renovar esta *Primavera*, como cousa a que se acabara o tempo, soube que alguns, mais interessados em seus ganhos que lembrados de minha perda, trataram de licença para a imprimir: (...)”, pelo que, face à exigência das referidas alterações, preferiu, em vez de um estranho, ser ele mesmo a realizá-las (“e porque de dous males havia de escolher, me pareceu que era melhor sair emendada pelo seu autor próprio que adulterada por quem se arriscava tão pouco em seus erros.”²¹⁵). O caso apresentado demonstra que quer Rodrigues Lobo, quer os autores seus coevos procuravam preservar a legitimação dos seus textos ao mesmo tempo que se defendiam das acusações que directa ou indirectamente lhes eram imputadas, constituindo os textos prologais o verdadeiro lugar dessa defesa. O “Prólogo aos Leitores” da obra *Lusitânia Transformada* (1607)²¹⁶, de Fernão Álvares do Oriente revela igualmente, ainda que de outra forma, a liberdade com os editores e/ou impressores exerciam a sua acção sobre as publicações de novelas. Tratando-se de uma edição póstuma, provavelmente sem incluir o habitual prólogo ao leitor, a *Lusitânia*

²¹⁵ LOBO, Francisco Rodrigues - *op. cit.*, “Prólogo ao Leitor” da edição de 1619.

²¹⁶ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Prólogo aos Leitores”, da edição de 1607.

Transformada acabou por ser impressa com uma directiva aos leitores redigida pelo responsável da sua publicação, o livreiro Domingos Fernandes.

Deixando, por agora, a análise dos prólogos ao leitor em suspensão, já que a mesma voltará a ser objecto de reflexões no capítulo IV desta dissertação, passemos pois às considerações relativas às dedicatórias, outro tipo de paratexto igualmente importante para a compreensão da forma como se estabelecia, através destes escritos, a relação de uma obra com o seu tempo e os seus leitores. Tal como se constatou na interpretação dos prólogos ao leitor das novelas seiscentistas, também nas dedicatórias incluídas nas mesmas é possível identificar a voz do autor num espaço narrativo que se pretende instituir como antecipação do texto da obra que se segue. O desenvolvimento de uma ficção, cujo estilo e temas serão explorados no corpo das novelas, servia de igual modo nas dedicatórias para atrair a atenção dos leitores mediante a apresentação de uma amostra do que se poderia encontrar no texto adiante oferecido.

Assim, logo na dedicatória d' *A Primavera*, obra oferecida a Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira²¹⁷, Francisco Rodrigues Lobo menciona a naturalidade, a humildade e a rusticidade com que os seus pastores fariam dos seus queixumes. De igual modo, anuncia Manuel Quintano de Vasconcelos, na dedicatória d' *A Paciência Constante* a D. Lopo de Azevedo²¹⁸, a publicação de um “livro pastoril”, tal como o deixa ainda entrever Elói de Sá Sotomaior, na dedicatória das suas *Ribeiras do Mondego*, endereçadas a Duarte de Albuquerque Coelho²¹⁹, ao ter afirmado que “*Mvyto antes que a Primavera apparecesse nas Ribeyras do Tejo, onde Lereno della autor, & Cysne dellas acabou de cantar, corriaõ as minhas do Mondego*”. Alguns anos antes, no “Proémio Dedicatório” da *Lusitânia Transformada*, dirigido ao Marquês de Vila Real, D. Miguel Luís de Menezes²²⁰, Fernão Álvares do Oriente glorificava as acções do mesmo que, uma vez integradas no contexto da ocupação filipina²²¹, deixavam

²¹⁷ LOBO, Francisco Rodrigues - *op. cit.*, “A Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, *Prólogo*” da edição de 1619.

²¹⁸ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *op. cit.*, “A Dom Lopo de Azevedo, Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de São Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.” da edição de 1622.

²¹⁹ SOTOMAIOR, Elói de Sá - *op. cit.*, “A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Gouernador perpetuo da Capitanã de Pernambuco no Estado do Brasil” da edição de 1623.

²²⁰ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Ao Marquês de Vila Real | Proémio Dedicatório” da edição de 1607.

²²¹ Neste sentido se devem ler os seguintes passos: “Se me dera sua harpa o que alto muro / Em Tebas fabricou, nela tocando; / E a voz o amante que do reino escuro / O seu caro penhor livrou cantando; / Se as doudas nove Irmãs, de quem procuro / Para vós grangear som doce e brando, / A todos os heróis me

adivinhar desde o início a posição marcadamente nacionalista deste autor de seiscentos, como de resto se confirmaria no corpo da novela com a elevação da língua, da literatura, da cultura e da identidade portuguesas. Já, na dedicatória dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, correspondente à primeira parte da obra, dirigida à “À Nobilíssima, E Religiosíssima a Sr.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa”²²², Gaspar Pires de Rebelo antecipa o tema desta novela [os amores profanos entre Florinda e Arnaldo] numa clara demonstração de intertextualidade com o “Prólogo aos Leitores” da mesma: “Se as offertas se haõ de proporcionar à calidade dos sogeitos a que se fazem, a deste liuro que não contem mais que os empenhos de hum amor profano, parece se nam deuia fazer hũa pessoa que como v. m. està toda desuelada nas finezas do diuino. Mas serve de desculpa a mesma Apologia com que a discriçam do Autor, mostra no Prologo da sua obra o proueito que della se pode tirar, & se a constancia he a columna do Imperio do amor, a constante Florinda, cujo coraçam se não soube nunca despojar de hũ affecto, ainda que terreno, ensina aos que como v. m. se consagrarão a Deos, que não deue ser o seu amor trofeo da inconstância, & despojo do tempo demais do que a razaõ, offerece nesta obra hũ tributo a hũa senhora tam calificada, & Religiosa como v. m. o he (...)”²²³. Ainda na dedicatória da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, a São Francisco Xavier, “Peregrino Celestial” e “Apostolo do Oriente”²²⁴, o Padre Alexandre de Gusmão introduz ao leitor preciosas indicações do que este poderia encontrar no corpo da novela que se seguia aos textos preliminares, uma vez que os dois protagonistas da obra, Predestinado Peregrino e Precito, seguiram, ainda que o último em sentido contrário, o percurso traçado pelo exemplo do dedicatário: “ (...) seguindo este meu Peregrino vossos passos, como luz que sois de Peregrinos (...) no roteiro de vosso exemplo (...) Peregrino fostes que sahindo do Egipto para a Cidade de IESV, correstes como sol allumiando tantas terras com luzes peregrinas de celestiaes virtudes

antepuseram, / Que das ágoas Castálidas beberam; / Não entendo, Senhor, que inda pudera / As glórias acenar que mereceis: / Que o mais e o mais que delas se dissera / Fora o menos do muito que valeis. / Que já triunfo tal por vós conheço, / Nunca será senão d'estima e preço.”, in ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Ao Marquês de Vila Real | Proémio Dedicatório” da edição de 1607.

²²² REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, “À Nobilíssima, E Religiosíssima a SR.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa”, dedicatória da I Parte, apresentada na edição de 1672.

²²³ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, “À Nobilíssima, E Religiosíssima a SR.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa”, dedicatória da I Parte, apresentada na edição de 1672.

²²⁴ GUSMÃO, Alexandre de - *op. cit.*, “Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente” da edição de 1682.

atè chegar á doce Patria de Ierusalem do Ceo, como Predestinado Peregrino (...) ”²²⁵. Alguns anos mais tarde, na edição da II Parte da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta*, dedicada pelo seu autor, o Padre Mateus Ribeiro, “Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d’ElRey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustinssima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mor de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c.”²²⁶, Filipe de Sousa Vilela, responsável pela redacção do texto da dedicatória, confirma a continuidade do tema desenvolvido e apresentado já na dedicatória da I Parte da obra, ao mesmo senhor: “ Prosegue a Roda da Fortuna a representação da sua inconstancia nos sucessos deste livro, & juntamente a representação da sua firmeza na eleyção desta Dedicatoria, pois segunda vez para lhe dar proteção procura a esclarecida pessoa de Vossa Senhoria (...) ”²²⁷.

Para além destas questões, cuja interpretação nos ajudou também a esclarecer a forma como os autores estabeleciam a sua relação com o público-alvo cativando a sua atenção e despertando a sua curiosidade para a leitura das novelas então publicadas, nas dedicatórias é ainda possível encontrar traços das ligações existentes entre os escritores, os dedicatários e, até mesmo, entre os primeiros e os censores dos seus textos. Tendo em vista o período em que estas obras foram impressas, afigura-se relevante explorar estas ligações uma vez que, tal como fizemos notar no capítulo I deste trabalho, delas decorria invariavelmente o sucesso editorial dos livros publicados em seiscentos. Se as relações entre os autores e os dedicatários denunciam situações de mecenato, traduzido, simultaneamente ou não, num patrocínio económico e na influência exercida pela personalidade escolhida para proteger quer as obras quer os autores, as relações entre estes últimos e os censores, que em alguns casos chegaram mesmo a ser os dedicatários

²²⁵ GUSMÃO, Alexandre de - *op. cit.*, “Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente” da edição de 1682.

²²⁶ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d’ElRey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustinssima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mor de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c.”, dedicatória da II Parte, apresentada na edição de 1724.

²²⁷ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d’ElRey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustinssima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mor de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c.”, dedicatória da II Parte, apresentada na edição de 1724.

de obras cujo texto reviram, traduzia-se sobretudo numa atitude de maior benevolência quanto à concessão das licenças de impressão de novelas contendo motivos amorosos e profanos²²⁸. É neste sentido que se devem entender os louvores e os agradecimentos prestados pelos escritores aos seus dedicatários, num discurso simples e humilde.

Na dedicatória d' *A Primavera*, obra oferecida a Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira²²⁹, Francisco Rodrigues Lobo começa por dizer o seguinte: “Ninguém duvida que as flores desta *Primavera* se devem mais ao sol que as criou que à terra onde nasceram, e que o ser de V. S. lhe dá mais graça e pode dar maior fama que o meu engenho. Este conhecimento (fora outras obrigações) me faz que ofereça a V. S. este livro, ao qual, quando falem merecimentos da minha parte, teve da de V. S. muitos favores para esta ousadia que, como favorecida, fica desculpada”. Destas afirmações se depreende que D. Juliana de Lara aparece como a «musa inspiradora» (o “sol”) da novela de Rodrigues Lobo, por quem “as flores desta *Primavera*” foram redigidas (a “terra onde nasceram”). Por outro lado, note-se que neste passo o autor revela ainda o motivo da escolha que determinou a oferta da sua obra a esta senhora: mais do que do engenho e mestria de seu autor, poderia a “graça” de D. Juliana de Lara determinar a tão desejada “fama” d' *A Primavera* junto dos leitores. Sobre a referência a “outras obrigações” apenas poderíamos especular quanto a uma situação de patrocínio económico, situação que é desde logo eliminada posto que na folha de rosto da edição em que se inclui o texto desta dedicatória se lê que a novela foi impressa “A custa de Domingos Martines, Mercador de liuros”. Estariam então essas “obrigações” ligadas a uma eventual influência exercida pela Condessa de Odemira, dada a sua posição social,

²²⁸ É este o caso da dedicatória da segunda edição da obra de Mateus Ribeiro, *Álvio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1672), dirigida “Ao Senhor Manoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S. Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra” (cf. RIBEIRO, Mateus - *Álvio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Composto Pello P. Matthevs Ribeiro Theologo Prégador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado Ao Senhor Manoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S. Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra, etc.* [Gravura] Em Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. M. CD. LXXII. *Com todas as licenças necessarias.*). Curiosamente, o autor do texto desta dedicatória não é Mateus Ribeiro, mas “Ioseph Leite Pereyra”, que no início do mesmo começa por manifestar alguma indecisão na escolha do dedicatário para, depois de recorrer a uma “fabula” ligada à tradição do Antigo Testamento (relata em breves palavras a benevolência com que o “Monarcha Artaxerxes Assuero” - monarca pagão que terá ajudado o povo de Jerusalém - acolheu a “amorosa acção do rustico Sineres”), elegê-lo com maior honra e elogios. Aponta ainda algumas indicações quanto ao sucesso editorial alcançado pela primeira impressão da obra (a de 1648, dedicada a D. Jerónimo Fernando, Bispo do Funchal), que pelo facto de ter sido protegida “de huma desta Mitra” foi bem acolhida entre o público-leitor.

²²⁹ LOBO, Francisco Rodrigues - *op. cit.*, “A Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, *Prólogo*” da edição de 1619.

sobre as entidades responsáveis pelo processo administrativo conducente à obtenção das licenças necessárias à publicação e livre circulação da obra? Poderia ser, efectivamente, esta a situação, já que no “Prologo ao Leitor” Francisco Rodrigues Lobo começa por dar a conhecer as dificuldades de obtenção das licenças de impressão no século XVII, sobretudo no caso das novelas: “Direis, sábio Leitor, que dou esta sentença contra mim, pois tendo na primeira impressão desta obra, com aviso dos que a encontraram, tantos desenganos do que me podia montar o fruto dela, cometi a fazer a terceira, que agora vos apresento, com as próprias armas e defesa com que no primeiro encontro a recebeste, e que assim porfio contra o que vejo e me engano com o que faço.”²³⁰. Com estas afirmações, o autor revela, ainda, que teve de proceder a algumas alterações quanto ao original para não sofrer as nefastas consequências da acção censória. Já no final da dedicatória, em estilo humilde, honra o autor D. Juliana de Lara, dizendo que “se um serviço tão pequeno interessado em tão grandes mercês for de pouca estima, ponha V. S. o preço dele na vontade, que pêra tão grande ânimo e juízo deve valer mais que tudo o que é menos que ele.”. O tópico da “vontade” que aqui se apresenta identifica-se como uma outra forma de justificação para a redacção de obras enquadradas no campo da literatura de “recreação”, sendo que o encontramos também noutras dedicatórias das novelas que aqui fazem parte do *corpus* textual em análise. Tal como era prática corrente na época, assim se despede Rodrigues Lobo: “Nosso Senhor guarde a V. S. por muitos anos.”. Chegados a este ponto, torna-se relevante identificar quem foi, de facto, D. Juliana de Lara na época em que *A Primavera* surgiu, crendo que terá provavelmente sido a sua ascendência que determinou o sucesso de uma possível intervenção no processo administrativo pelo qual passou a primeira novela pastoril da trilogia de Rodrigues Lobo ou, então, apenas um patrocínio prestigiante num texto dedicado a «damas». Consultada a *Nobreza de Portugal e Brasil*, reuniram-se as seguintes informações adaptadas: D. Juliana de Lara era filha de D. Manuel de Menezes, 7º Conde (por Carta de 4.12.1577- D. Sebastião), 5º Marquês e 1º Duque de Vila Real (por Carta de 28.12.1585 – Filipe I (II)), 1º Conde de Alcoutim e 5º Conde de Valença (o qual antes de suceder na Casa se chamou D. Manuel de Noronha) e de s. m. D. Maria da Silva, Dama da Rainha D. Catarina. O citado D. Manuel de Menezes herdou os senhorios dos seus maiores e foi 7º capitão-general de Ceuta, cargo que

²³⁰ LOBO, Francisco Rodrigues - *op. cit.*, “Prólogo ao Leitor” da edição de 1619.

exerceu efectivamente durante 10 anos, tendo guerreado activamente os Mouros. Estava em Ceuta quando da primeira visita a África de D. Sebastião, que recebeu com grande aparato e ostentação. Na crise da independência que se seguiu à morte do Rei, tomou partido por Filipe II (III), que o premiou com o título de Duque. Este D. Manuel de Menezes foi irmão (entre outros) de D. Miguel de Menezes, 6º Conde e 4º Marquês de Vila Real, o qual tendo casado em 1557 com D. Filipa de Lancastre, f. sem geração, em Março de 1564, de um coice de um cavalo, pelo que D. Manuel lhe sucedeu no título e Casa. Foram avós paternos de D. Juliana de Lara, D. Pedro de Menezes, 5º Conde e 3º Marquês de Vila Real, 2º Conde de Alcoutim e 3º Conde de Valença e sua mulher e prima com quem casou em Dezembro de 1519, D. Brites de Lara (fª do Condestável de Portugal D. Afonso, e de s.m. D. Joana de Noronha; neta pat. (natural) do Duque de Viseu, D. Diogo, e da Duquesa de Villa Hermosa). O citado D. Pedro de Menezes foi 5º capitão de Ceuta, que governou de 1512 a 1517 e ali se distinguiu como um dos mais insignes capitães do seu tempo. Salientou-se ainda como latinista distinto, em prosa e verso. Foi senhor das vilas de Valença, Caminha, Valadares e suas terras, Almeida, Alcoentre, Chão de Couce, Pousaflores, Mações de D. Maria e muitas outras, alcaide-mor de Leiria, etc. Foram avós maternos de D. Juliana de Lara, D. Álvaro Coutinho, comendador de Almourol, e sua mulher D. Beatriz da Silva.²³¹ Condessa de Odemira pelo seu casamento; c. em 1598 com D. Sancho de Noronha, 6º Conde de Odemira, n. postumamente em Abril de 1579 e f. a 12.12.1641, fº de D. Afonso de Noronha, 5º Conde de Odemira, o qual em 24.2.1578, assistiu com outros fidalgos e prelados à Junta que se realizou no Paço de Santos, em que D. Sebastião defendeu a sua ida a África, e que morreu na batalha de Alcácer Quibir, e de sua 3ª mulher D. Violante de Castro, f. a 18.6.1646, já no reinado de D. João IV; neto pat. de D. Sancho de Noronha, 4º Conde de Odemira, Senhor de Odemira, Mortágua, Penacova, Alcaide-Mor de Estremoz e de Alvor e senhor de diversos julgados, um dos mais opulentos e poderosos fidalgos da Corte de D. João III, Mordomo-Mor da Rainha D. Catarina de Áustria, o qual f. em 1573, e de s.m. D. Margarida de Vilhena (fª dos 2ºs Condes de Portalegre); neto mat. de D. Álvaro de Castro, Conselheiro de Estado e Vedor da Fazenda. D. Sancho de Noronha, 6º Conde de Odemira por concessão do Cardeal-Rei D. Henrique, antes de Janeiro de 1580, por ser já assim tratado em documentos dessa data. Por Carta de 4.7.1593 foi-lhe confirmado o condado e senhorio de Odemira, sempre com o

²³¹ AA.VV - *N.P.B, Condes, Marqueses e Duques de Vila Real*, vol. III, pp. 523-528 (527).

tratamento de sobrinho de El-Rei. Em 18.10.1609 nova Carta (mais tarde confirmada em 25.8.1625) determinou que o título passasse a ser de juro e herdade, nos termos da Lei Mental. Depois da Restauração foi por D. João IV elevado a Mordomo-Mor da Rainha D. Luísa de Gusmão, cargo de que teve Carta a 6.12.1641, poucos dias antes da sua morte.²³² Do casamento de D. Sancho de Noronha com D. Juliana de Lara, houve apenas uma filha que morreu criança pelo que o título foi renovado em seu parente D. Francisco de Faro e Noronha, feito 7º Conde de Odemira e filho dos 2ºs Condes de Faro.²³³

O estudo da genealogia permitiu descobrir que existia uma ligação familiar entre a dedicatária d' *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo, D. Juliana de Lara, Condessa de Odemira, e o dedicatário da *Lusitânia Transformada* de Fernão Álvares do Oriente, D. Miguel Luís de Meneses, Marquês de Vila Real. Na mesma *Nobreza de Portugal e Brasil* confirmou-se que foram irmãos de D. Juliana de Lara (entre outros): a) D. Miguel Luís de Menezes (a quem é dedicada a *Lusitânia Transformada*), 8º Conde e 6º Marquês de Vila Real, 5º Conde de Alcoutim e 6º Conde de Valença que foi também o 1º Duque de Caminha, que morreu a 10.8.1637, filho primogénito dos 5ºs Marqueses e 1º Duques de Vila Real. Teve primeiro os títulos de Conde de Alcoutim e de Valença, que competiam aos herdeiros da ilustríssima Casa de Vila Real, com honras de parente e o tratamento de sobrinho de El-Rei. Teve essa mercê com o assentamento duma tença de 270\$000 réis pelo Cardeal – Rei D. Henrique que não lhe chegou a expedir Carta dela, sendo esta conferida pelos Governadores do Reino e confirmada por D. Filipe I (II). Por morte de seu pai foi 6º Marquês de Vila Real e elevado a Duque de Caminha por Carta de 14.12.1620 por D. Filipe III. Foi 8º capitão-general e governador de Ceuta, onde esteve durante muitos anos. Casou duas vezes: a primeira, em 1604, com D. Isabel de Lancastre, que morreu a 21.5.1626, filha do 2º casamento do 5º Duque de Bragança, s.g.; a segunda, com sua sobrinha D. Maria Brites de Menezes, filha de D. Luís de Noronha e Menezes, irmão do Duque, e de sua mulher . Juliana de Menezes, s.g. Esta Duquesa de Caminha foi dama da Rainha de Espanha e, depois de viúva, passou a segundas núpcias com D. Pedro Portocarrero, 8º Conde de Medellin, em Espanha, o qual Filipe IV fez Duque de Caminha já depois da Restauração em Portugal. Este título, que teve seguimento em Espanha, nunca foi reconhecido em Portugal. Fora do matrimónio teve o Duque de Caminha uma filha natural, de que foi mãe, D. Maria Xuar,

²³² AA.VV - *N.P.B, Condes de Odemira*, vol. III, pp. 65-68 (67).

²³³ AA.VV - *N.P.B, Condes de Odemira*, vol. III, pp. 65-68 (67).

de Ceuta, a quem deixou os bens livres e tentou deixar a sua grande casa, o que deu origem a uma demanda com o sucessor no título (cf. ORTA, Diogo Manuel de., *Alegação de Direitos por D. Carlos de Noronha e D. Ana de Menezes Sua Mulher sobre a Sucessão da Casa e Estados de Vila Real e Morgados que Vagaram por Falecimento do Duque de Caminha, Marquês de Vila Real, D. Miguel de Menezes, Pai da dita D. Ana de Menezes, s.l., e s. d., 1639?*).²³⁴ b) D. Luís de Noronha e Menezes, 9º Conde e 7º Marquês de Vila Real, 6º Conde de Alcoutim e 7º Conde de Valença, que nasceu em 1589 e morreu degolado, a 29.8.1641, em Lisboa; c. c. D. Juliana de Menezes, filha do segundo casamento do 2º Conde de Tarouca; c.g. Foi 9º Capitão-General de Ceuta, senhor de todas as vilas e vínculos da sua Casa, alcaide-mor de Leiria, membro do Conselho de Estado de D. Filipe III (IV) e de D. João IV. Com o título de Marquês herdou também o lugar de Conselheiro de Estado, em que o confirmou D. João IV, quando subiu ao trono em 1640. Não se julgou o Marquês suficientemente contemplado e andava descontente com o Governo que saíra da Restauração e com a aclamação de D. João IV. O arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos de Noronha, também filiado no grupo dos descontentes, aliciou-o para uma conspiração contra D. João IV, que, se tivesse êxito, lhe obteria o valimento e fartas honras junto do Rei de Espanha. O Marquês tentou aliciar o 2º Duque de Caminha, seu filho, que não acedeu a tomar parte na conspiração, mas guardou segredo dela, o que foi motivo para ser igualmente incriminado. A conspiração foi descoberta e o Marquês foi preso a 28.6.1641 nas escadas do Paço da Ribeira. Condenado à morte com outros conjurados – entre os quais seu filho – foi executado no Rossio. Todos os seus bens foram confiscados para a Coroa e com eles se veio a criar a Casa do Infantado, que o Rei deu a seu filho segundo, D. Pedro, que veio a ser D. Pedro II. Foi seu filho: a) D. Miguel Luís de Menezes, 2º Duque de Caminha (título em que sucedeu a seu tio do mesmo nome, o 1º Duque), n. em 1614 e morreu degolado em Lisboa, a 29.8.1641 (sendo filho dos supra-citados 9ºs Condes e 7ºs Marqueses de Vila Real). Sucedeu a seu tio por mercês de Filipe III (IV), confirmada por D. João IV a 14.5.1641, pouco antes do seu trágico fim, como implicado na conjura contra o segundo destes monarcas, em que de facto não interveio. A conjura, que lhe custou a vida, tinha por alma o arcebispo-primaz D. Sebastião de Matos Noronha, que para ela aliciou seu pai, o Marquês de Vila Real, o Conde de Armamar, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, o inquisidor-geral e outros. O Marquês de Vila

²³⁴ AA.VV - *N.P.B, Duques de Caminha*, vol. II, pp. 470-471 (471).

Real pôs seu filho ao corrente dos desígnios da conjura mas encontrou nele a mais formal oposição. Procurou mesmo dissuadi-lo por todos os modos dum acto que iria arrojá-lo outra vez o país para o jugo castelhano, e com os mais patrióticos argumentos a favor de D. João IV. Descoberta a conjura foram imediatamente presos os fidalgos que nela haviam tomado parte e juntamente com eles o Duque de Caminha, por ser filho do mais representativo dos membros da alta nobreza nele envolvidos, o Marquês de Vila Real. Foi o Duque conduzido para a fortaleza de S. Vicente de Belém, de onde escreveu uma patética carta ao Rei acusando-se do único delito que tinha cometido, que era o de não denunciar seu próprio pai, pois se o houvesse feito teria agido como parricida. Nada abrandou o soberano, nem as súplicas da Duquesa de Caminha nem a razão que assistia ao desventurado senhor. Um último esforço para lhe obter o perdão foi tentado pelo arcebispo de Lisboa, o conhecido D. Rodrigo da Cunha, junto da Rainha D. Luísa de Gusmão. A Rainha respondeu ao prelado que a única marca de benevolência e consideração que lhe poderia dar era guardar segredo sobre tal súplica. A 29 de Agosto eram os conspiradores degolados num cadafalso no Rossio de Lisboa, sendo os seus títulos extintos e cobertos de infâmia por sentença judicial e os seus bens confiscados para a Coroa, que com eles constituiu a parte principal da Casa do Infantado a favor do Infante D. Pedro (depois D. Pedro II). A multidão que vaiava e amaldiçoava os conjurados, no momento da trágica execução, guardou respeitoso silêncio quando o Duque de Caminha subiu ao cadafalso, tão notória era a sua inocência. Várias obras literárias tomaram por assunto a trágica morte deste ilustre titular. Manuel Pinheiro Chagas escreveu dois curiosos romances históricos: *A Máscara Vermelha* e *O Juramento da Duquesa*, ambos em Lisboa, 1873. António de Sousa e Vasconcelos escreveu o drama em 5 actos *A Duquesa de Caminha*, que foi estreado no Teatro D. Maria II, em 10.11.1877, e constituiu um dos mais notáveis sucessos da actriz Emília das Neves. Foi casado três vezes: a primeira com D. Margarida Francisca de Melo, fª dos 2ºs Marqueses de Castelo Rodrigo; s.g.; a segunda, com D. Maria de Castro, irmã da precedente e como ela falecida, s.g.; a terceira, com D. Juliana Maria Máxima de Faro, 4ª senhora do condado de Faro, filha herdeira dos 2ºs Condes de Faro, a qual, depois de viúva, também passou a segundas núpcias com Rui Teles de Menezes 2º Conde de Unhão, e veio a morrer em 22.5.1651. À última Duquesa de Caminha é atribuída o nome do Penedo da Saudade, rocha abrupta nas proximidades do farol de S. Pedro de Muel. Arala Pinto conta assim a lenda que envolve as origens deste nome: “À semelhança do que acontecera a D. Pedro, que depois de lhe terem morto a sua adorada

Inês de Castro, ia carpir a sua dor, para um dos pontos mais lindos de Coimbra baptizado com o nome de Penedo da Saudade, assim certamente acontecera com a Duquesa de Caminha. Não tendo conseguido salvar a vida de seu marido (...) ter-se-ia recolhido a S. Pedro de Muel, e na escarpa junto ao farol choraria a sua desdita, recordando os dias passados de felicidade (...). Alguém a viu muito entregue à sua dor, nesse ponto soberbo do litoral português, onde acaba o escarpado da costa, para dar seguimento ao areal que se estende para o Norte, até ao Cabo Mondego. O caso foi narrado e, à semelhança do que acontecera em Coimbra, a penedia nesse ponto da costa foi denominada Penedo da Saudade (*O Pinhal do Rei*, vol. I, p. 263).²³⁵ A representação genealógica desta ilustríssima Casa (Vila Real), extinta em circunstâncias tão trágicas, está na Casa dos Marqueses de Vagos, Condes de Aveiras.²³⁶

Tendo sido Fernão Álvares do Oriente um autor de “resistência”, integrando o conjunto de todos aqueles que fizeram ecoar nas suas obras a luta contra o domínio filipino pela elevação das ilustres qualidades do povo e da cultura portuguesas, não será de estranhar que tenha dedicado a publicação da *Lusitânia Transformada* ao citado D. Miguel Luís de Meneses, até porque o mesmo manteria possivelmente as melhores relações com alguns dos membros do Ordinário. Depois de glorificar as suas acções e o seu entendimento no “Proémio Dedicatório” que lhe dirige, Álvares do Oriente confirma, nos seguintes passos a protecção que obteve do dito dedicatário: “Ouvi agora a fruta ruda, e o gosto / Enxergue com que em seu favor vos rides, / Já que, no céu de vossas glórias posto, / Estais feito no mundo um novo Alcides, / Que assi no campo dá seguro encosto / O mais alto arvoredado às tenras vides, / Arrimo à frágil hera o forte muro: / E à vossa sombra cantarei seguro.”²³⁷ No final do mesmo “Proémio” manifesta o autor a sua humilde posição na oferta que faz a D. Miguel Luís de Meneses: “Depois das vossas obras o alto preço / Entregarei ao meu inculto estilo. / (...) / Entanto nesta oferta lh’ofereço / O desejo que tenho de servi-lo, / Posto que nisso ao Céu, pouco seguro, / Minhas asas Ícaras aventuro.”²³⁸

²³⁵ AA.VV - *N.P.B, Duques de Caminha*, vol. II, pp. 470-471.

²³⁶ E nomeadamente na pessoa de D. Maria Mafalda de Carvalho Noronha Wagner, Marquesa de Vagos; casada; c.g. (cf. WAGNER, Mafalda de Noronha - *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*, edições Colibri, Lisboa, 2007).

²³⁷ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Ao Marquês de Vila Real, Proémio Dedicatório”, da edição de 1607.

²³⁸ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Ao Marquês de Vila Real, Proémio Dedicatório”, da edição de 1607.

Idênticas considerações relativas à necessidade de ter como protector e promotor editorial uma entidade socialmente reconhecida, facto que como já se sublinhou decorria não apenas da necessidade de facilidades na relação com os mecanismos censórios, mas também, e muitas vezes simultaneamente, na procura de um patrocínio prestigioso, no século XVII, podem encontrar-se na dedicatória da novela *A Paciência Constante* de Manuel Quintano de Vasconcelos, dirigida a D. Lopo de Azevedo, “Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de S. Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.”²³⁹ na qual se lê pela mão do autor o texto que se segue: “Compus há muito tempo este livro pastoril, e, duvidando imprimi-lo, temeroso da calúmnia com que ociosos pagam qualquer honesto trabalho, agora me dispus, seguro que, se há nele que repreender, há mais que louvar na eleição de o dirigir a V. M. Sirva-se V. M. de pôr nele os olhos, porque assi ficará agradável ao de todos, e eu com ânimo de outra impresa mais digna de proteção de V. M., cuja pessoa e estado guarde Deus, e aumente felices anos, etc.”²⁴⁰. Neste último passo surge o mesmo tipo de despedimento encontrado já na dedicatória *d’A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo. Um ano apenas após a edição *d’A Paciência Constante* veria a luz do dia as *Ribeiras do Mondego* de Elói de Sá Sottomayor. No entanto, e como refere o autor na dedicatória da novela “A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitão, & Governador perpetuo da Capitanía de Pernambuco no Estado do Brasil”, “*Mvyto antes que a Primavera apparecesse nas Ribeyras do Tejo, onde Lereno della autor, & Cysne dellas acabou de cantar, corriaõ as minhas do Mondego encubertas porem com a espessura de altas arvores, que lhes não dauaõ mais de si, que a sombra pêra as escurecer, & a folha pêra as enturuar, & lhe impedir o curso.*”²⁴¹. Ora, essas “arvores” que encobriam e escureciam as águas do Mondego a nada mais se referem do que às pressões exercidas pela censura preambular aquando da passagem obrigatória

²³⁹ Esta informação é corroborada pela que se encontra na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, na seguinte entrada: “AZEVEDO (Lopo Vaz de). Claveiro da Ordem de Aviz, do Conselho de D. João II e por êste Rei nomeado almirante em 1485, com a declaração de que este cargo continuaria em sua família. Foi capitão e governador de Tânger. O cargo de almirante andou muitos anos na família Lopo Vaz de Azevedo e passou depois à dos Castros, que dela procedia.”, in AAVV - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Lda., 40 volumes (c. 1960) acrescida de uma actualização em 10 volumes (1981), Tomo III, p. 923.

²⁴⁰ VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *op. cit.*, “A Dom Lopo de Azevedo, Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de São Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.” da edição de 1622.

²⁴¹ SOTOMAIOR, Elói de Sá - *op. cit.*, “A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitão, & Governador perpetuo da Capitanía de Pernambuco no Estado do Brasil”, da edição de 1623, [o sublinhado é do autor].

pelo processo administrativo a que eram submetidas todas as obras de ficção narrativa em prosa de seiscentos. Nada mais evidente se demonstra com estas afirmações, já que alguns anos antes, Francisco Rodrigues Lobo sentira a mesma pressão para poder ver publicada a sua novela *A Primavera*. Posto isto, entoa Sottomayor os seus louvores a D. Duarte de Albuquerque Coelho, procedendo igualmente ao enobrecimento da sua ilustre ascendência: “*Jâ agora a pezar da inueja, & do esquecimento passaraõ mais avante até chegar à vista, & ao pè de hũa planta bem assombrada, & fértil, não menos ilustre pellas flores, [que] conhecida pello fructo [D. Duarte de Albuquerque Coelho]; de cujo tronco pende hũ escudo, que em suas armas representa a alta genealogia dos Albuquerque, leuautada sobre a cabeça de Asia, sustentada sobre os hombros de Africa, dilatada pellos braços da America, & recolhida no coração de Europa. Desta quizera eu dizer muyto, senaõ fizera mais em emmudecer: [que] as cousas grandes vêm se sem que as leuantem; & no silencio das mayores está o preço dellas.*”²⁴² No final desta sua dedicatória, Elói de Sá faz um apelo directo ao dedicatário da mesma pedindo-lhe, enquanto figura social reconhecida e influente que teria sido na altura, que aceitasse, amparasse, defendesse e honrasse a obra então dada a conhecer: “*Mas se (como hejâ dito muytas vezes) posto [que] o Mar recolha em si famosos Rios, não despreza humildes Ribeyras, estas aceite, ampare, defenda, & honre V. S. cuja vida, & estado com felicíssimo augmento o Ceo prospere por largos annos.*”²⁴³.

A terceira edição da I Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1672), de Gaspar Pires de Rebelo é dedicada “*À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa*”, sendo que para além destas informações nada mais se conseguiu reunir aos seus dados biográficos. No entanto, no texto da dedicatória desta novela o autor fornece elementos que nos permitem estabelecer uma ligação entre a escolha da pessoa a quem a ofereceu e a pretendida legitimação da obra junto das entidades que determinariam a sua impressão e divulgação. É neste sentido que se deve ler e interpretar o primeiro período desse texto que passamos a citar: “*Se as offertas se haõ de proporcionar à calidade dos sogeitos a que se fazem, a deste liuro que não contem mais que os empenhos de hum amor profano, parece nam devia fazer a hũa*

²⁴² SOTOMAIOR, Elói de Sá - *op. cit.*, “A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil”.

²⁴³ SOTOMAIOR, Elói de Sá - *op. cit.*, “A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil”, da edição de 1623. Repare-se no despedimento que aqui também repete as mesmas formas apresentadas por Francisco Rodrigues Lobo na dedicatória d’ *A Primavera* (edição de 1619) e por Manuel Quintano de Vasconcelos na dedicatória d’ *A Paciência Constante* (edição de 1622).

pessoa que como v. m. està toda desuelada nas finezas do diuino.”²⁴⁴. Como religioso e, simultaneamente, autor de novelas versando assuntos profanos e temáticas amorosas, Pires de Rebelo dedica esta I Parte dos *Infortúnios Trágicos* (edição de 1672) a uma religiosa que em tudo podia legitimar, pelo menos do ponto de vista simbólico, o seu conteúdo ficcional pelas virtudes morais demonstradas com o exemplo de vida que praticava. Mantendo uma relação de intertextualidade com o “Prólogo aos Leitores” da mesma parte e edição da novela, a sua dedicatória aparece também no contexto do *prodesse ac delectare* em defesa do autor e da ficção narrativa em prosa, da literatura de entretenimento ou “recreação” como já tem sido mencionada. As presentes considerações tem, então, por base as seguintes afirmações: “*Mas serue-me de desculpa a mesma Apologia com que a discriçam do Autor, mostra no Prologo da sua obra o proveito que della se pode tirar, & se a constancia he a columna do Imperio do amor, a Constante Florinda, cujo coraçam se não soube nunca despojar de hũ affecto, ainda que terreno, ensina aos que como v. m. se consagrarão a Deos, que não deue ser o seu amor trofeo da inconstancia, & despojo do tempo demais do que era razão, offerecesse nesta obra hũ tributo a hũa senhora tam calificada, & Religiosa como v. m. o he; (...)*”²⁴⁵. Pretendia-se, deste modo, fazer notar que a constância de Florinda no seu amor por Arnaldo, ainda que terreno, era tão exemplar como a constância do amor dos que, tal como a “*Sr.^a D. Maria da Sylva*”, se mantinham constantes no amor a Deus e na entrega à vida religiosa. Por outro lado, é possível determinar pela designação “*hũa senhora tam calificada*” que esta freira seria de ascendência nobre, como aliás se atesta no texto da dedicatória em passos apresentados mais à frente, nos quais se manifesta também o elogio à dita senhora em estilo simples e revelador da atitude humilde com que o seu redactor entende o engenho de que é detentor: “*& se me não estendo em celebrar aqui estas duas preeminencias, que sempre deraõ a v. m. os primeiros lugares, assi no seculo, como na Religião, he porque a limitação do meu talento se não atreve a hũa empreza tam grande: em quanto à primeira basta dizer, que he illustrada com ascendência Real, E em quanto à segunda que he ornada com todas as virtudes que*

²⁴⁴ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa”, redigida por Druzo Zagalejo seu “humilde seruidor”, da edição de 1672.

²⁴⁵ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa”, redigida por Druzo Zagalejo seu “humilde seruidor”, da edição de 1672.

fazem hũa Religiosa cabalmente perfeita (...)”²⁴⁶. A associação das virtudes morais, que como já explicámos terá contribuído para legitimar, por comparação da constância do amor terreno e do amor espiritual, o conteúdo ficcional da novela de Gaspar Pires de Rebelo, com a ascendência nobre de D. Maria da Silva, que, por sua vez, terá exercido influência aquando da passagem da obra pelas três entidades reguladoras da publicação do livro no século XVII, foram os motivos que determinaram a oferta desta I Parte da terceira impressão dos *Infortúnios Trágicos* a esta senhora. Por isso afirma o autor da dedicatória que “estes são os motivos que me obrigaraõ a que dedique a v. m. nesta offerta o meu obsequio, & se v. m. o aceitar com a benignidade que espero, procurarei de me auantejar no seu serviço, com o respeito que devo.”²⁴⁷.

A primeira edição da II Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1633), de Gaspar Pires de Rebelo é, por sua vez, dedicada “Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra.”, cuja biografia e genealogia não nos foi possível identificar, sendo, no entanto, de sublinhar o facto de se tratar de um elemento da Igreja, à semelhança do que ocorrera anteriormente com a escolha do dedicatário da I Parte da mesma obra²⁴⁸. No início da dedicatória a esta II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, Gaspar Pires de Rebelo começou por enquadrar a

²⁴⁶ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa”, redigida por Druzo Zagalejo seu “humilde seruidor”, da edição de 1672.

²⁴⁷ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa”, redigida por Druzo Zagalejo seu “humilde seruidor”, da edição de 1672.

²⁴⁸ Gaspar Pires de Rebelo adianta, contudo, que “Luis Correa”, “(...) descêde da nobilíssima família dos Correas, tão antiga, como estimada não só dos Reis de Portugal, mas tambem de outros estranhos conhecida, por auer mais de 300. annos que se continua, misturandose sempre com as mais illustres casas do dito Reino, pella qual rezão he V. m. tambem Meneses, Miranda, Tauora, e Silveira. E os Reis de Portugal fizeraõ sempre muito caso dos Correas, assim nas guerras, e conquistas da India, como també em a paz el Rey Dom Afonso quinto fez muito caso de Rodrigo da Atouguia tretavo de V. m. fazendoo de seu cõselho, e delle foi como hũ dos mais principais estimado, e despois foi veador da fazenda da Infanta dona Brites, filha del Rey Dom Manoel. Pois se de hũa parte he V. m. tão illustre não o he menos pella dos Siluas: família tão nobre, e antiga, que cõforme os scriptores tras de Eneas Siluio, e Ascanio, continuandose pelos Emperadores Romanos, até as mais illustres casas, e nobres famílias do Reyno, sendo de todos os Reis estimados, e como a tais lhes cometeo, e encarregou sempre os maiores officios, como ainda hoje ao presente vemos. E pois he não tão conhecida de todos esta verdade, não me detenho mais em relatar grandezas de illustre sangue, e mais quando ellas têm por cifra que lhe acrescenta o ser, tanta virtude; que he a que V. m. califica sua nobreza: que mal pode estar ao mundo encoberta (...)” (cf. REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra.”, edição de 1633).

escolha do seu dedicatário no âmbito da defesa da novela então apresentada, afirmando integrar-se no conjunto dos autores, antigos e coevos, que tinham por costume oferecer as suas composições a personalidades ilustres: “Sempre tiue por bem acertado costume illustrissimo senhor o que os Autores antigos tiuerão, & ainda quasi todos os modernos hoje costumão de offerecer, & dedicar suas obras a grandes, & poderosos senhores.”²⁴⁹. Estas considerações assumem especial preponderância no quadro que temos vindo a traçar, não apenas porque concorrem para a identificação do problema da censura à qual os autores de seiscentos tinham de fugir protegendo-se no acolhimento de mecenas influentes, mas sobretudo porque identificam um tipo de discurso recorrente e, não raras vezes muito semelhante, na maioria das dedicatórias que temos vindo a analisar. Assim sendo, Gaspar Pires de Rebelo identificou claramente a escolha do “*Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra*” para dedicatário desta II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, com o objectivo de se valer da sua protecção, tanto mais que da sua ascendência poderia também colher grandes vantagens²⁵⁰. Fundamentando a sua argumentação em autores como “Chrysipo”, Aristóteles, Platão e Cícero, o autor defendia “Que a verdadeira nobreza não so consiste em illustre sangue, mas em ser acreditado com a virtude, e tanto, [que] a onde não ha esta, por improprio se pode ter o nome com que a nobreza se declara.” pelo que “ Fica logo claro, que não podia eu achar outra pessoa mais nobre que a de V. m. a quem pudesse (ainda que não forão de permeio as obrigações) offerecer esta piquena obra: porque em ella não sò com illustre sangue, mas com rara virtude se califica sua nobreza.”²⁵¹. Neste sentido, acrescentou ainda o autor que o seu dedicatário não só já tinha dado provas dessa

²⁴⁹ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “*Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra.*”, edição de 1633.

²⁵⁰ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “*Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra*”, edição de 1633: “ (...) E assigno eu duas rezões em confirmação da muita que elles mostraõ. A primeira he, porque em elles està mais certo o refugio, mais seguro o emparo, mais auntejado o fauor, mais agradecido o seruicho, & mais bẽ apremiado o trabalho. E debaixo de sua protecção fica a obra mais livre de calumnias, mais izêta de offensas, & mais emparada das tempestades de algũas lingoas. Segunda, que como a bondade corra sempre aparelhas com a nobreza, parece que interessão no offerecimento receber os effeitos della, não só como obrigação, senão tambem como diuida: que assim como nesta está o sábio de dar conselho ao ignorante, está o poderoso de amparar ao fraco, & ao nobre de honrar a todos com sua protecção, & emparo.”.

²⁵¹ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “*Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra.*”, edição de 1633.

virtude, como continuava a dá-las: “E mais quando V. m. tem dado tantas mostras della ao mundo, e está continuamente dando. Porque, que maior mostra de virtude, que deixar o estado secular, e tomar o de Sacerdote, pêra [que] melhor pudesse encaminhar as almas ao Ceo, gastando algũs annos em as vniuersidades, que não tãtos forão como foi o muito que V. m. em elles approueitou com seu claro engenho, ficando tão auatejado em letras, quanto o he nas virtudes. (...) E que maior mostra de virtude, que apartarse V. m. de seu natural, & mais sendo a cidade de Lisboa: digna de ser, entre todas as do mûdo por principal, assi porsuas grãdezas tão raras como por dar a elle hũ sujeito tão grade, & tão illustre tida qual he a pessoa de V. m. E isto por fugir das honras do mundo, & sô tratar do bem de sua alma, & de aproueitar as alheias.”²⁵². Prosseguiu Gaspar Pires de Rebelo os elogios a “Luis Correa” evocando o exemplo de Platão e sublinhando o facto de o seu dedicatário ser, também ele, autor de uma obra a publicar em seiscentos²⁵³, no sentido de aproveitar aos seus leitores encaminhando-os para a escolha de um percurso de vida à prática da virtude moral. A propósito da confirmação das qualidades de “Luis Correa” e do sucesso que a sua obra poderia vir a alcançar uma vez publicada, Gaspar Pires de Rebelo concluiu esta questão citando Séneca: “Despreza a gloria (diz Seneca), & seràs glorioso, despreza a hõra, e seràs honrado. E a tal honra então fica em V. m. mais engrandecia, pois só com merecimentos a grangea; que a gloria então he mais excelente quãdo mais se merece, e menos se procura: e deixara V. m. em o mundo por tam memorauel feito immortal fama.”²⁵⁴. Relembra, ainda, Plínio (“Por acreditar muito Plinio a [excelência] de Catão Censurino tam celebrado dos

²⁵² REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniuersidade de Coimbra.”, edição de 1633.

²⁵³ “Do diuino Platão se conta, que por fugir das honras do mûdo, e pudesse melhor aproueitar a si, & aos outros deixou a cidade de Athenas, & se foi a hũ lugar chamado Academia, & aly ensinava a seus discipulos a desprezar as riquezas humanas, & sospirar pelas diuinas, & algũs liuros fez em que ensinava a gouernar as republicas, & excitaua os mortais a immortalidade. A quẽ cabe melhor esta figura [que] a V. m. pois por fugir as honras do mundo deixou o natural, & se retirou em a sua Igreja em o Mosteiro de Lordello, dõde està ensinando suas ouelhas o caminho da gloria. E ainda se ocupou em fazer hũ liuro, para mais aclarar o caminho aos letrados de sua faculdade o qual (com o fauor de Deos) virá cedo a lume, & bẽ creio [que] por ser parto de tal entendimento da rã grãde claridade ao mundo.” (Cf. REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniuersidade de Coimbra.”, edição de 1633).

²⁵⁴ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniuersidade de Coimbra.”, edição de 1633. No passo seguinte enumera Pires de Rebelo alguns dos autores e outras figuras históricas da Antiguidade Clássica a quem se pode atribuir o mesmo percurso. São eles Aristóteles, Cícero, Marco Curio e Cincinato.

antigos, disse que tinha três particularidades, que era perfeito capitão, perfeito orador, perfeito senador.”) para acrescentar que “Luis Correa” era, por sua vez, “ perfeito Sacerdote, perfeito virtuoso, & perfeito letrado.”²⁵⁵. Nos curtos louvores prestados ao seu dedicatário, o autor desta II Parte dos *Infortúnios Trágicos* reconheceu os “merecimentos” que lhe devia, referindo-se às “diuidas em [que] por elles lhe estaua obrigado”, oferecendo-lhe, por isso, esta obra. Embora considerasse ser um “fraco seruiço” prestado a tão grandes benevolências, Pires de Rebelo desculpou-se colhendo em Cícero a sua justificação: “Nestas [obrigações] estarei eu sempre a V. m. [obrigado] por [que] alem das muitas que lhe tenho me aceita este fraco seruiço, que ainda quem me desculpa, que he Cicero na primeira tosculana donde diz. Lectionem fine delectatione negligo. E ainda que esta [a II Parte dos *Infortúnios Trágicos*] pareça não ser de muito proueito, cõ tudo sempre causarâ deleição ao entendimento.”²⁵⁶. Numa clara relação de intertextualidade com o “Prólogo aos Leitores”, recupera aqui o autor a questão da defesa da ficção narrativa em prosa no século XVII, no caminho do *prodesse ac delectare*. É neste contexto que se deve interpretar o pedido explícito de Pires de Rebelo a “Luis de Correa” para que protegesse a II Parte da sua novela: “E por entender que merece ser mordido de algũas lingoas venenozas, para que lhe nam possam fazer mal com a peçonha, peço a V. m. ma queira amparar de baixo de sua sombra.”²⁵⁷. Posto isto, e na qualidade de “seruo, & Capellão” de “Luís Correa”, despediu-se o autor rogando a Deus que velasse pelo seu “estado” e recorrendo à fórmula habitual, “Vale.”.

Já a edição *princeps* do *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648), do Padre Mateus Ribeiro é dedicada “Ao *Illustrissimo, & Reuerendissimo* Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade”²⁵⁸. Terá sido este senhor, pela ascendência que tinha e pelos cargos que ocupou, uma pessoa de

²⁵⁵ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “Ao *Illvstrissimo* Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Universidade de Coimbra.”, edição de 1633.

²⁵⁶ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “Ao *Illvstrissimo* Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Universidade de Coimbra.”, edição de 1633.

²⁵⁷ REBELO, Gaspar Pires de - *op. cit.*, Dedicatória “Ao *Illvstrissimo* Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Universidade de Coimbra.”, edição de 1633.

²⁵⁸ RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Primeira Parte, Composta Pello Padre Matheus Rybeiro Theologo Prégador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicada Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, &c.* Em Lisboa, Com licença, & priuilegio. Por Manoel da Sylva. 648 [i. é. 1648]: impresso à custa de Rodrigo Meas, 1648.

grande influência à data da publicação desta novela de Mateus Ribeiro, seu “Capellaõ”, como se constata pela assinatura do próprio autor no final do texto. De molde a esclarecer as possíveis acções que D. Jerónimo Fernando poderá ter tido quanto à obtenção das licenças necessárias à publicação desta primeira edição do *Alívio de Tristes*, procurou-se identificar a sua biografia e genealogia seguindo as anotações deixadas por Mateus Ribeiro nesta sua dedicatória²⁵⁹ e recorrendo, uma vez mais, à *Nobreza de Portugal e Brasil*²⁶⁰. Na impossibilidade de reunir outros dados biográficos relevantes de D. Jerónimo Fernando, conseguiu-se, contudo, confirmar o que Mateus Ribeiro deixara já mencionado na sua dedicatória de 1648. Assim sendo, foi seu terceiro avô o Infante D. Fernando (1433-1470), I Duque de Beja e II Duque de Viseu, filho de D. Duarte, “o Eloquentes” (n. 31.10.1391, em Viseu, e f. 9.9.1438, em Tomar), décimo primeiro Rei de Portugal, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, casado com D. Leonor de Aragão (22.9.1433), filha do Rei D. Fernando I, Rei de Aragão e da Sicília e Infante de Castela, e da Rainha D. Leonor, Condessa de Albuquerque. Fronteiro de Beja aos 15 anos, e, depois de Ceuta, o Infante D. Fernando bateu-se ao lado de seu irmão D. Afonso V na tomada de Alcácer Ceguer (1458), fez correrias em terras de Marrocos (1463) e tomou Anafé (1468). Quando D. Afonso V, seu irmão, subiu ao trono foi jurado como seu sucessor. Senhor de Beja, Moura e Serpa, herdou de seu tio, o Infante D. Henrique, o ducado de Viseu e sucedeu-lhe na posse e administração dos

²⁵⁹ RIBEIRO, Mateus - op. cit., “Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.”, edição de 1648: “Resplandece esta [benignidade] no [peito] de V. Illustrissima com tal grandeza, que quando o Real lustre de seu sangue ignoramos, pela natural benignidade o conheceramos herdada do serenissimo Infante D. Fernando terceiro avô de V. Illustrissima, que foi filho do inuictissimo Rey de Portugal D. Duarte, & pay do felicissimo Rey de Portugal D. Manoel de gloriosa memoria, de cujos Reaes tronos V. Illustrissima brotou como flor, renasce como Fenix para gloria, & resplendor da nossa idade, em quem a natureza compendiou liberal, & cifrou discreta todas as excellencias, que para ornar a tal Prelado, para enriquecer a tal Principe convinhaõ.”. Prossegue Mateus Ribeiro elogiando as sucessivas demonstrações do valor da ascendência de D. Jerónimo Fernando: “Testemunhas sejaõ de seu valor, & prudencia singular as muitas, & venturosas empresas, que por seu mandado, & cõ a felicidade de seus auspícios contra Turcos, Mouros, & mais inimigos daquelle tempo se executaraõ, & com nauaes vencimentos se conseguiraõ na ilha da Madeira sendo V. Illustrissima, para sua maior ventura, juntamente seu Prelado, & Governador, mostrando que tinha encerrado em seu peito aquele valor herdado, com que o serenissimo Infante D. Fernando seu progenitor passou em Africa contra os Mouros, assi em campanha do mui poderoso Rey Dom Affonso quinto seu irmão na conquista de Alcacereceguer o anno de nossa Redêpção de mil quatrocentos & cinquenta e oito, como quando segunda vez por seu mandado tornou a Africa com poderosa armada a destruir a maritima cidade de Anafê, empório da Mauritânia, infesto a Hespanha com tantas veras, â qual abrazou, & de todo arruinou no anno de mil quatrocentos & sesenta & oito, alcançando os gloriosos triumphos, que nossos historiadores referem.”.

²⁶⁰ AA.VV - N.P.B., *D. Duarte e sua descendência*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, ed. 1984 (1.^a ed. 1960), Vol. I, pp. 305-318.

arquipélagos da Madeira, Açores e parte das ilhas de Cabo Verde. Condestável de Portugal, mestre das Ordens de Cristo e de Sant'Iago, tornou-se um dos senhores mais ricos do país. Casou com D. Brites (1477), sua prima direita, filha do Infante D. João e teve, entre outros filhos, D. Manuel I, Rei de Portugal²⁶¹. Quanto aos cargos que D. Jerónimo Fernando exerceu, como Bispo do Funchal e Governador da Ilha da Madeira, foi igualmente possível confirmar o que nos deixou escrito Mateus Ribeiro na dedicatória em que lhe oferece o *Alívio de Tristes*, numa obra do século XVIII (1722) de Henrique Henriques de Noronha²⁶². Interessante é notar como este D. Jerónimo Fernando, “*Bispo do Fuchal, do Conselho de S. Magestade*”, tem como seu quarto avô o Rei D. Duarte, o autor do *Leal Conselheiro*, verdadeira colectânea de ensaios ético-religiosos com excursões pelos domínios da teoria literária e da linguística, por exemplo no capítulo sobre traduções para vernáculo e a pureza vocabular, deixando-nos, assim, uma das mais belas obras da prosa medieval. Foi ainda autor da *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela*, que embora incompleta, se apresenta como um verdadeiro manual filosófico de equitação e o primeiro deste género publicado na Europa²⁶³. À luz destes factos, melhor se poderá vislumbrar a possível influência de D. Jerónimo Fernando no sucesso da publicação do *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648), daí decorrendo a escolha do seu patrocínio por Mateus Ribeiro. Introduce o autor o texto da sua

²⁶¹ Sobre este assunto consultar ainda as breves mas precisas notas da *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Verbo, Lisboa, 1969, Vol. 6, pp. 1811- 1814 e Vol. 8, pp. 604-606.

²⁶² Noronha, Henrique Henriques de - *Memorias Seculares e Eclesiásticas Para a Istória Da Diocesi Do Funchal Na Ilha Da Madeira Antigamente Primaz de todas as Conquistas Distribuidas na forma do Systema da Academia Real da História de Portugal por Henrique Henriques de Noronha Academico Provincial Anno de 1722* (dedicatória a António Carvalhal Esmeraldo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, datada de 25 de Janeiro de 1722), Capítulo VI, “catalogo dos governadores desta Ilha, depois dos Donatarios até o Anno de 1640”, pp. 25-28: “20. D. Hieronimo Fernando Bispo que então era do Funchal, o qual tomou o bastão do governo por nomeação de seu antecessor [D. Francisco Henriques, 20.06.1622 a 24.06.1624], e dando parte a El Rey lhe confirmou mandando que continuasse, por patente de tres de Agosto do proprio anno de 1624., e governou ate Abril de 1625., em que lhe sucedeu: 21. Fernão de Saldanha [10.01.1625] (...) Teve pouco tempo este governo, ignoramos a cauza. Secedeu lhe: 22. D. Hieronimo Fernando Bispo do Funchal, o mesmo que lhe tinha entregue o Bastão, o tornou a tomar no seguinte anno de 1626., entendendo que por falecer o dito Fernão de Saldanha; porque achamos ordem do dito Bispo passadas como Governador do militar a 28. de Setembro do dito anno, em diante ate Abril do seguinte 1628. Secedeu lhe// [38] 23. D. Francisco de Souza [18.01.1627 a 3.08.1530] (...) em que por hum Decreto, passado a petição sua, em 23. de Março do proprio anno , se embarcou para Lisboa, deixando com o bastão terceyra vez a 24. D. Hieronimo Fernando, o mesmo Bispo// [39] que lho avia entregue, na forma da mesma ordem. Continuou este Prelado no governo o principio do anno de 1634., em que por outra provisão, lhe sucedeu. 25. D. João de Meneses, filho do grande general D. Manoel, que depois de ter servido em Alemanha, passou a governar esta Ilha ate o anno de 1636 (...)”.

²⁶³ *Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Pa., 1842; Lisboa., 1843 e edição crítica de J. M. Piel, Lisboa., 1942-1944. Inéditos na Torre do Tombo., *Livro da Cartuxa de Évora*, ms. 1928, e B. N. L. F. G., cod. 3390 (ed. defeituosa em *História Geneológica-Provas*, t. II, Lisboa, 1739).

dedicatória ao Bispo do Funchal com um pedido de desculpas por oferecer a tão ilustre senhor uma obra de valor “tam piqueno”, justificando a sua ousadia na bondade e na brandura com que o fez²⁶⁴. Neste mesmo sentido, prossegue o seu discurso incluindo no texto da dedicatória uma “fábula” ilustrativa do seu acto, colhendo no exemplo de outras personalidades o mesmo tipo de atitude e reforçando a ideia de que a humildade das ofertas é sempre bem acolhida pelos que assim a recebem²⁶⁵, não deixando de citar Plínio que a mesma ideia defendia. Adoptando o já habitual tópico deste tipo de literatura, a prestigiante e modelar conciliação entre as armas e as letras, Mateus Ribeiro aproveita para reforçar o seu discurso laudatório sublinhando o percurso académico do seu dedicatário: “*Estão em V. Illustrissima as letras em grao tam subido, como testemunhou a Real Academia Conimbricense, Athenas com razão de nossa idade, no honroso testemunho [que] mandou a Roma sobre os muitos merecimeños de V. Illustrissima, cujo treslado porei diante, para que as verdades que digo vejaõ os curiosos, que antes são limitadas com a modestia, que afectadas com lisonja, pois com tanta euidencia consta ter V. Illustrissima na sagrada Theologia, & Canones hum dos grãdes talentos que nossa pátria produziu, & o Reyno admirou, com estudo ainda ao presente tam continuo, que podem com razão queixarse as noites de as obrigar V. Illustrissima a satisfazerem com talento seu dispendio, as horas que lhe roubaõ forçosas occupaçoẽs do dia.*”²⁶⁶. Após estas considerações, o autor retoma a ideia inicial

²⁶⁴ RIBEIRO, Mateus - op. cit., “Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.”, edição de 1648: “*Que desculpa será bastante, Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor, a liuvrarme da censura de atreuido, apresentando a V. Illustrissima tam pobre offerta, dom tam piqueno, senão for sua propria benignidade, que occasionou confianças a minha ousadia.*”.

²⁶⁵ RIBEIRO, Mateus - op. cit., “Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.”, edição de 1648: “*Do grande Artaxerxes Rey da Persia, & Monarcha da Asia, se conta ser tam generoso em receber com affabilidade offertas piquenas, que caminhando por hũa das Prouincias de seu Imperio, na qual os moradores seus vassallos sahiaõ a festejalo, & offerecerlhe as dadiuas que podiaõ, não tendo hum pobre lauador outra cousa, que seu Principe dedicasse, colheo nas mãos a agoa de bũa cristallina fonte, & offereceolha, naõ se desprezando o poderoso Monarcha de aceitala cõm rosto alegre, pondo a boca em tam rústica taça para bebelas; fineza, que quando alguém a aualiasse por indecência da Magestade, trazia consigo a desculpa, como disse Plinio, em benignidade tam digna sempre de Reaes peitos.*”.

²⁶⁶ RIBEIRO, Mateus - op. cit., “Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.”, Edição de 1648. Nesta edição, tal como refere no excerto presentemente transcrito, Mateus Ribeiro inclui o “TRESLADO DO TESTEMUNHO, que a Vniversidade de Coimbra mandou a Roma â Sanctidade de Paulo V. sobre D. Hieronymo Fernando, para a confirmação do Bispado do Funchal da Ilha da Madeira, &c.”, seguido de uma certificação dessa confirmação: “*Certifico eu Henrique Calaça Escriuão da Câmara, & Visitação deste Bispado do Funchal, que he verdade, que em meu poder estão huns Autos, & nelles o treslado authenticico de hum testemunho, que a Vniversidade de Coimbra deu a sua Sanctidade do Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom*

da dedicatória colocando em evidência a erudição, o juízo, a sabedoria e a “benignidade” de D. Jerónimo Fernando perante oferta que de tão humilde chegaria a ser uma ousadia²⁶⁷. Termina o texto confirmando o facto de ter escolhido para dedicatário da sua obra D. Jerónimo Fernando como forma de garantir o sucesso da mesma aquando da sua recepção: “(...) para assegurar-se, confiando, que assi como o Sol com os reflexos de seus rayos costuma muitas vezes fazer que resplandeça o sogeito, a quem seu ser natural luzes não cõmunica, assi V. Illustrissima como Sol, em quem os resplendores de tantas excellencias se atesouraõ ilustrarà as sombras, que nesta obra se achaõ, para que reuerberadas com os rayos de sua grandeza na presença de todos respaldeção, & os applausos, q por obra minha não merece, lhe assiguem as luzes; [que] em V. Illustris. Busca o fauor [que] procura, & grandeza [que] uenera (...)”²⁶⁸. Despede-se como era habitual na época: “cuja Pessoa Deos N.S. guade, &c.”²⁶⁹.

Em 1681 saía da oficina de Miguel Deslandes a I Parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, composta pelo mesmo autor do *Alívio de Tristes*, dedicada a “Chistovam de Brito Lobo”²⁷⁰. De acordo com a informação colhida na folha de rosto desta edição, a *princeps*, a publicação do presente volume foi custeada por “Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca”. No entanto, o Padre Mateus Ribeiro começou o texto da sua dedicatória reconhecendo as obrigações que deve ao seu dedicatário, Cristóvão de Brito Lobo: “Nam posso desempenhar-me em parte das obrigações, que a V. M. reconheço, se não com lhe oferecer esta Parte Primeira do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura*, piquena offerta, mas nascida de hũa vontade grande.”²⁷¹. Neste excerto, como noutros a que temos feito referência, surge o mesmo tipo de discurso fundado no tópico da humildade com que os autores de

Hieronymo Fernando Bispo deste Bispado: do qual testemunho o treslado de verbo ad verbum heo seguinte (...)”. Todo o texto que se segue está em latim. Dada a sua extensão optámos por não incluí-lo nesta nota, sendo que é possível consultá-lo no exemplar da edição a que recorremos para este estudo, existente, como indicado, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

²⁶⁷ RIBEIRO, Mateus - op. cit., “Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.”, edição de 1648: “Se á vista de tanta erudação, de tam prudente juízo, de tão sábio discurso, se atreue a sahir a luz minha ousadia com esta pobre offerta, que lhe dedica, seja a culpa de V. Illustrissima, [que] com sua grande benignidade dá confianças para que tam limitadas obras se aventurem a buscar tal patrocínio (...)”.

²⁶⁸ RIBEIRO, Mateus - op. cit., “Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.”, edição de 1648.

²⁶⁹ RIBEIRO, Mateus - op. cit., “Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.”, edição de 1648.

²⁷⁰ RIBEIRO, Mateus - op. cit., *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*, edição de 1681.

²⁷¹ RIBEIRO, Mateus - op. cit., *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*, edição de 1681, [o sublinhado é do autor].

seiscentos ofereciam as suas obras a grandes senhores. Apesar de pequenas dádivas eram bem acolhidas pelos dedicatários, posto que as patrocinavam ora custeando-as ora favorecendo-as com as suas qualidades pessoais. É neste contexto que surge também o reconhecimento de possíveis falhas na elaboração das novelas seiscentistas, aspecto a que Mateus Ribeiro também não foge ao ter afirmado nesta dedicatória da I Parte *Retiro de Cuidados* que “*Quem deitando muito, paga pouco, ou pôde nascer da limitação dos cabedaes, ou do conhecimento ao que deue: Porém eu, que não ignoro o muito da diuida, pagando-a no que posso, euitarei a censura de parecer ingrato na paga; pois de cabedaes pequenos, não podem esperar-se desempenhos grandes.*”²⁷². Recorrendo a Plutarco, o autor fundamentou estas suas afirmações, aproveitando para enobrecer as excelências de D. Cristóvão de Brito Lobo ao ter acolhido com benevolência os seus escritos: “*He attributo de ânímos generosos, não menos, disse Plutarcho, o offerecer grandezas liberal, do que aceitar pouquidades agradecido.*”²⁷³. Mencionado o revalorizado tópico renascentista da harmonização prestigiante das Armas e das Letras, Mateus Ribeiro aproveitou, deste modo, para enaltecer a ilustre descendência do dito senhor, da qual decorreriam todas as suas virtudes: “*He a generosidade em V. M. natural, como deduzida das duas preclaras fontes de seus Progenitores, que nas Armas, & Letras tanto resplandecêrão. São as Armas, & as Letras os dous princípios, de que no mundo procedeo toda a Nobreza politica, que nos lusimêtos da Fidalguia se venera. (...) E se como disse Demosthenes, hum varão insigne costuma engrandecer a toda descendencia, que delle procede; com tanta maior razão se pôde V. M. gloriar de ter na sua dous auôs, que hum nas Armas, & outro nas Letras tanto a illustrarão.*”²⁷⁴. Sendo que, como se afirmou, a publicação desta parte da obra foi custeada por “Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca”, destas últimas considerações se poderá

²⁷² RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*, edição de 1681, [o sublinhado é do autor].

²⁷³ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*, edição de 1681, [o sublinhado é do autor].

²⁷⁴ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*. [o sublinhado é do autor]. Neste passo da dedicatória o autor recorreu à inclusão de uma “fábula” para consolidar e acreditar a sua argumentação. Cita o exemplo de Júlio César, “*primeiro Emperador da Monarchia Romana*”, que se fazia representar com uma espada na mão e com uma pena na outra, juntamente com um letrado que dizia “Em hum, & outro he Cesar, porque não menos com a sabedoria das Letras, que com o valor inuicto das Armas, adquirio o Imperio do mundo.”. Os dois “progenitores” de D. Cristóvão de Brito Lobo a quem se refere Mateus Ribeiro são, pela via paterna, “*O Capitão Môr Christouão Ferreira Lobo*” que “*seguio as Armas na India, em seruiço da Coroa deste Reyno*”, e, pela via materna, “*O Doutor Ignacio Colaço de Brito*” que “*seguio as Letras, em que floreceo, sendo Caualleiro da Ordem de Christo, Desembargador, & Corregedor da Corte*”.

concluir que a escolha de D. Cristóvão de Brito Lobo para dedicatário da I Parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, se deve à sua ascendência como forma de garantir o seu sucesso editorial.

No mesmo ano e do mesmo autor, em 1681, era dada aos prelos a II Parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, dedicada a “*Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*”, também esta custeada por “Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca”, mas impressa na oficina de Miguel Manescal.²⁷⁵ O discurso que consta desta dedicatória é praticamente idêntico ao que se encontra na dedicatória à I Parte do *Retiro de Cuidados*, pelo que o seu autor iniciou o texto afirmando que escolhera bem o dedicatário desta II Parte, justificando-se com a bondade deste último ao receber com tanta estima uma oferta de tão pouca valia, soccorrendo-se do exemplo de Santo Ambrósio: “*Pera sahir a luz esta Segunda Parte do Retiro de cuidados, com grande accerto fiz eu eleição, de que fosse V. M. seu Mecenas, & singular patrono: piquena offerta â vista; porém muito grande na vontade. Hum animo generoso (diz Santo Ambrósio) põem os olhos no affecto, mais que na*

²⁷⁵ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*, edição de 1681. As pesquisas efectuadas no sentido de encontrar informação relativa aos dados biográficos de Pedro Moniz Pereyra revelaram-se infrutíferas. Descobriu-se, no entanto, que o exercício das suas funções é atestado num Alvará de Subrogação, datado de 26 de Setembro de 1699, constante da Chancelaria de D. Pedro II, o qual adaptámos e passamos a citar: “Alvará de Subrogação (26.9.1699) = Pedro Moniz Pereira Leiria = João Thomas Guersse = “Eu El Rey = Faço saber que Pedro Moniz Pereyra Leria me representou por sua petição que era adeministrador da Capella q. instituhira Donna Ellenna de Tovar moradora q. fora na Villa de Setuval e q. entre os bens vinculados a d^a Capp^a hera huás Cazas foreiras a Manoel Guterres na rua das flores desta Corte as quais por estarem m.t^o danificadas queria sobrorogar por hum juro de vinte e sinco mil r.s que no estanque do tabaco lhe offerecia João Thomaz Guersse de sesenta mil r.s de juro que havia Comprado a Donna Anna Lourença Justinianna Dourada como Constava da escriptura q. se juntava. Pedindome lhe fizesse m.ce conseder Alvará para o d^o efeito, e visto o mais q. alegou e informação, q. se houve pello Provedor dos Orfãos, e Capellas desta Cidade ouvindo o immediato suceçor e P.es adonde se dizem as missas q. a este Requerimento não tiverão dúvida. Hey por bem fazer m.ce a supp.e que possa trocar as Cazas de q. faz menção sem embargo de Serem de Cappella sobrorogando em seu lugar o juro de vinte e sinco mil r.s que dos d^{os} sesenta lhe offerece João Thomas Guersse no Estanque do tabaco, o qual júri fucará unido, e vinculado a d^a Cappella, e livre della as Cazas referidas e este Alvará se cumprirá como nelle se contem q. valerá posto q. seu efeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do L^o 2^o tt^o 4^o em contr^o e se tresladará na escriptura q. se fizer desta troca e sobrogação, e no tombo, e instituição da d^a Cappella tirandosse pello Conss^o da faz^a padrão dos d^{os} vinte e sinco mil r.s para ficarem logo obrigados a ditta Cappella, e pagou de novos dir.t^{os} sinco mil r.s que se carregarão ao Thezr^o delles a fls. 92 do L^o 1^o de sua Receita, e se registou o conhecim^o em forma no L^o 1^o do Regt^o G.al a fls. 92 = Andre Rodriguez da Silva o fez em Lx^a a dez de Agosto de mil seiscentos noventa e nove. Jozeph Fagundes Bezerra o fez escrever. Rey = Manoel Lopez de Oliveira, Manoel da Costa de Almeida = João de Roxas e Azevedo = Pagou quatrocentos r.s aos off.es trez.t^{os} e dez r.s = Lx^a 26 de Setr^o de 1699 = Dom Francisco Maldonado = E comigo M.el Sobr^o da Cruz = L.do Antonio de Mendonça”, in I.A.N./T.T., Chancelaria de D. Pedro II, Doações, L^o 53, fls. 205. Cf. NEMÉSIO, Gonçalo Monjardino - *Famílias Italianas em Portugal* – Gherzi (a publicar).

offerta, sabendo estimar em muito, o que nos limites do cabedal avulta pouco.”²⁷⁶. Neste sentido, Mateus Ribeiro não deixou também de fazer referência directa à protecção de Pedro Moniz Pereira quanto à publicação da II Parte do *Retiro de Cuidados*, sublinhando que “*He V. M. seu generoso Mecenas, & assi pode apparecer seguro, pois lhe grangea, as confianças o venturoso auspicio de seu nome.*”²⁷⁷. Ao reflectir sobre as dificuldades que teve para ver impresso este seu texto, Mateus Ribeiro introduziu nesta dedicatória uma “fabula”, de molde a poder relatar as circunstâncias adversas a que teve de fazer brente para ser bem sucedido sem que por isso fosse punido pela Inquisição. Assim, tal como “*Temia o pobre pescador Amiclas atravessar os procellossos golfos do mar Adriatico no fragil de sua piquena barca, em que levava César sem conhecello*”, por ser “*a noite escura*”, “*inquieta o mar*”, “*furioso o vento*”, ameaçarem “*as ondas submersão â barca atrevida, piquena ponte pêra tão árdua passagem, era a vella incapaz pêra largarse, & os remos innuteis pera assegurar navegação tão arriscada, o Ceo fechado com nuvens não mostrava o farol, nem da menor estrella, tudo annunciava perigos, & nada prometia boñanças.*”²⁷⁸, também Mateus Ribeiro (a “*barca atrevida*”), simultaneamente elemento da Igreja e autor de novelas de entretenimento, teve medo e encontrou grandes barreiras (“*perigos*”) para poder alcançar a tão desejada publicação da II Parte do *Retiro de Cuidados* (“*piquena ponte pêra tão árdua passagem*”). No entanto, se Amiclas encontrou em César o seu protector no momento em que quase desistia da sua missão - “*Quiz arribar â terra intimidado Amiclas, porêm o animoso Cesar até então desconhecido lhe bradou, dizendo: de que temes pescador? Conhece, que contigo levas a Cesar, & com elle os favores da ventura.*”²⁷⁹ – Mateus Ribeiro encontrou igualmente essa protecção na pessoa de D. Pedro de Moniz – “*Naõ de outra sorte pode sahir confiado este Retiro a navegar os golfos de tão varios juízos, pois leva por guia o patrocínio de V. M. que com o discreto de sua aceitação o assegura.*”²⁸⁰. Neste último passo que transcrevemos, o

²⁷⁶ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*, edição de 1681.

²⁷⁷ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*, edição de 1681.

²⁷⁸ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*, edição de 1681.

²⁷⁹ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*, edição de 1681.

²⁸⁰ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*, edição de 1681.

autor menciona não só o longo processo administrativo pelo qual passavam os livros no século XVII antes de serem publicados, como ainda as entidades intervenientes nesse mesmo processo: ambos sintetizados na expressão “*golfos de tão vários juízos*”. Numa relação de intertextualidade com o “Prologo ao Leytor” da mesma edição da II Parte do *Retiro de Cuidados*, Mateus Ribeiro entrou novamente no campo da defesa da ficção narrativa em prosa seiscentista e dos seus autores no caminho do *prodesse ac delectare*, tendo associado a esta questão um elogio às qualidades intelectuais do seu dedicatário com fundamentação nos autores da Antiguidade Clássica: “*He em V. M. a benignidade natural, & o juízo grande: mui versado na continua lição dos livros, discreto exercício, em que se aproveita o melhor tempo, pois como disse o Seneca, os engenhos se apurão, & alimentaõ com a frequência da lição dos livros; a quem Plínio chamou divertimento das moléstias, & alivio das dores.*”²⁸¹. Por fim, agradeceu a D. Pedro Moniz Pereira a estima demonstrada pelo seu *Retiro de Cuidados*, despedindo-se com a fórmula habitual da época, identifiando-se como seu Capelão: “*E como tal fazendo deste Retiro estimação, fica engrandecendo o felice de seu credito, & o seguro de sua confiãça, pêra largar as vellas no patrocínio de V. M. cuja pessoa Deos nosso Senhor guarde por felices annos, &c.*”²⁸².

A III Parte do *Retiro de Cuidados*, *E Vida de Carlos, E Rosavra*, composta igualmente pelo Padre Mateus Ribeiro, saiu da oficina lisboeta de Manuel Lopes Ferreira no ano de 1697, tendo sido dedicada a *Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*²⁸³. Desta primeira edição não consta o texto da dedicatória, pelo que é na Folha de Rosto da mesma que se identifica o seu dedicatário. No entanto, é curioso notar que, na edição *princeps* da IV e última Parte desta obra, impressa alguns anos antes (1689) por motivos que ignoramos, na mesma oficina e à custa de “António Correa da Fonseca”, o dedicatário é também Diogo de Vasconcellos e o texto laudatório nela inserido dá conta da benevolência com que este recebera já a oferta da III Parte do *Retiro de Cuidados*²⁸⁴. Justifica assim o autor o facto de dedicar novamente a IV e última Parte desta sua obra a Diogo de Vasconcellos: “*Com hũa cortezia tão illustre, &*

²⁸¹ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*, edição de 1681.

²⁸² RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, *Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.*, edição de 1681.

²⁸³ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, edição *princeps* da III Parte, *Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, 1697.

²⁸⁴ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, edição *princeps* da IV e última Parte, *Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, 1697.

com hum coração tão fidalgo, aceitou V. M. o ser generoso Mecenas da Terceira Parte deste Rei de cuidados, que lhe offereci; que me concedèo confianças de lhe dedicar o fim deste Retiro, por ser obra de todos esperada, & desejada.”²⁸⁵. Neste último passo aponta claramente o autor para o sucesso editorial alcançado pela publicação das restantes partes do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, motivo pelo qual os seus leitores desejariam então a impressão de uma última parte que desse fim à novela. No início da dedicatória da IV e última Parte desta obra, recorreu Mateus Ribeiro a Aristóteles e Quintiliano, autores da Antiguidade Clássica, para saudar e enaltecer as virtudes do dedicatário, já que seriam essas qualidades que enobreceriam a conclusão do *Retiro de Cuidados*, favorecendo a sua divulgação e aceitação entre o público leitor: “Se como diz Aristóteles, o fim tem por attributo das obras, não só ser a clausula, que as termina, mas a coroa, que as ennobrece, & o timbre, que as illustra, porque, como escreve Quintiliano, o fim he o que dà luz aos principios, & aos meynos. Pois sem este, tudo fica indifferente, & em suspensão confusa: pareceu-me que era de minha obrigação o dedicar a V. M. o patrocínio desta Quarta, & final Parte do meu Retiro de cuidados.”²⁸⁶. Mais adiante, apoiando-se em Cícero, introduziu o autor o tópico da vontade com que dedicou esta última parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra* a Diogo de Vasconcellos, seu mecenas e patrocinador, tendo explicitado que não é no tamanho das ofertas que se deve avaliar os intuitos com que são atribuídas, mas sim no seu valor e, sobretudo, na estima que se tem a quem são dedicadas: “Abrir as portas da vontade, diz Cicero, a conceder hum favor hum animo grandioso, he franqueallas para cõceder outros, & com esta ousadia offereço a V. M. neste volume pequeno, o memorial de hũa vontade grande. Não consite o valor só no que avulta a grandeza das cousas, porém na estimação. Pequeno he o diamante no que avulta, & pequena a perola no que mostra, & com tudo tem o diamante em corpo pequeno muita luz, & a perola em pouca luz excessiva estimação. O diamante tem a genealogia de seu nascimento nos brilhantes resplandores do Sol, sendo filho de seus rayos, ainda que nas minas da terra nascido, & por isso sendo hum átomo de seus resplandores, adquire tanto valor. E a perola por ser lagryma da Aurora no berço de

²⁸⁵ RIBEIRO, Mateus - op. cit., edição princeps da IV e última Parte, *Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, 1697 [o sublinhado é do autor].

²⁸⁶ RIBEIRO, Mateus - op. cit., edição princeps da IV e última Parte, *Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, 1697 [o sublinhado é do autor].

seu nácar cahida, & no centro do mar congelada logra tão subida estimação.”²⁸⁷. Após estas considerações, reafirmou Mateus Ribeiro o sucesso que esta sua publicação alcançaria uma vez atribuída em dedicatória a *Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, terminado o texto com o cumprimentando-o em idênticos moldes às outras duas dedicatórias do *Retiro de Cuidados* (I e II Partes): “Este pequeno volume, que a V. M. dedico, tem o solar na grandeza da vontade, com que lho offereço, & confio eu que da benévola aceitação de V. M. lhe resultará o mayor abono, & com os felices auspícios de tão preclaro Mecenas, lograrà repetidas as venturas, a quem Deos guarde, & prospere como desejo.”²⁸⁸.

Na edição de 1724 da novela do Padre Mateus Ribeiro, intitulada *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta*, cuja primeira e segunda parte são publicadas em volumes diferentes, embora ambas tivessem sido impressas no mesmo ano, em Lisboa, na oficina de Filipe de Sousa Vilela e oferecidas pelo mesmo “Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d’El Rey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretário, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustissima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mór de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c.”²⁸⁹. Partindo do título, é precisamente com base nos elogios prestados aos cargos ocupados pelo senhor António de Basto Pereira que o autor da dedicatória da I Parte da *Roda da Fortuna* justifica o facto de lha oferecer, nunca deixando de se afastar do já habitual argumento da vontade com que o fez e da benevolência com que foi recebido: “Breve lamina para gravar o excelso nome de V. Senhoria he este livro à vista da limitação do seu corpo mas bem proporcionada he à

²⁸⁷ RIBEIRO, Mateus - op. cit., edição princeps da IV e última Parte, *Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, 1697 [o sublinhado é do autor].

²⁸⁸ RIBEIRO, Mateus - op. cit., edição princeps da IV e última Parte, *Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, 1697 [o sublinhado é do autor].

²⁸⁹ RIBEIRO, Mateus - ops. cit., edições da I e II Parte oferecidas Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, *Do Conselho d’El Rey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretário, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustissima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mór de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c.* As informações relativas aos cargos ocupados pelo Sr. António de Basto Pereira foram por nós confirmadas em consulta efectuada à *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Lda., 40 volumes (c. 1960) acrescida de uma actualização em 10 volumes (1981), Tomo XXI, p. 120, na seguinte entrada: “PEREIRA (António de Basto). Jurisconsulto do séc. XVIII. Foi secretário de D. João V e de seu Conselho e do da Fazenda, secretário da rainha D. Maria Ana de Áustria, juiz da Inconfidência, chanceler da Relação e por muitos anos regedor das justiças; estabelecendo-se a partir destas uma possível relação com a obtenção das licenças de impressão da presente novela.

vista da verdade do seu titulo, pois na Roda da Fortuna aparece aquelle mesmo circulo, que a Mathematica reconhece adequada figura do Mundo todo. Represente pois o circulo desta Roda a todas as distancias terrenas, que o esclarecido Protector, que a ampara domina toda a sua desigual volubilidade com a recta administração da justiça; cuja enteyreza, (a pezar da sua mesma inflexibilidade,) para premtar beneméritos, & castigar delinquentes, he também sempre hum perpetuo gyro. E se a modestia de Vossa Senhoria lhe mandar suspender esta representasão, não pôde deyxar o meu affecto de lhe pedir outra: tambem a figura da Coroa, tem esta Roda; pois para premio das promptissimas satisfaçoens, que o venerado talento de Vossa Senhoria dê aos gravissimos differentes empregos que logra, glorifica, & preciosa Coroa seja esta Roda da Fortuna.”²⁹⁰. Despediu-se como era costume já no século XVII dizendo: “Continue o Ceo a Vossa Senhoria vida, & successão tão dilatada como seus mais affectuosos criados deprecamos. De Vossa Senhoria o mais obsequioso, & obrigado. Filppe de Sousa Villela.” Já na dedicatória à II Parte da Roda da Fortuna, Filipe de Sousa Vilela reforçou a convicção com que dedicara a I Parte da obra ao senhor António de Basto Pereira, pelo que também o elegeu para ser o mecenas desta II Parte: “Prosegue a Roda da Fortuna a representação da sua inconstancia nos sucessos deste livro, & juntamente a representação da sua firmeza na eleição desta Dedicatoria, pois segunda vez para lhe dar proctecção procura a esclarecida pessoa de Vossa Senhoria sim he para admirar, que desejando todos os pertendentes o amparo da fortuna, solicite ella o de Vossa Senhoria para suas rodas!”²⁹¹. Sobre as possíveis intervenções do dito senhor quanto à obtenção das licenças para esta II Parte da novela setecentista de Mateus Ribeiro, voltam a estar em evidência os cargos ocupados por António de Basto Pereira, já que Filipe de Sousa Vilela afirmou claramente no texto da dedicatória que “ (...) de Vossa Senhoria dependem os seus movimentos, pois vê nas suas mãos, pena, que para os agitar he apressado voo, & vara, que para os suspender he poderoso cravo (...) pois como tem a fortuna, & grande fortuna do patrocínio de Vossa Senhoria esta roda, esta

²⁹⁰ RIBEIRO, Mateus - op. cit., edição da I Parte oferecida Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d’El Rey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretário, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustissima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mór de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c, 1724 [o sublinhado é do autor].

²⁹¹ RIBEIRO, Mateus - op. cit., edição da II Parte oferecida Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d’ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustissima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mór de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c, 1724 [o sublinhado é do autor].

roda por esta causa he a verdadeyra habitação da fortuna”²⁹². Despediu-se com um simples apontamento, “Deos guarde a pessoa de Vossa Senhoria os annos de mayor duração”, reafirmando o seu agradecimento, “A os pés de Vossa Senhoria o menor de seus servos como mais obrigado.”

Cinco décadas antes, em 1673, era dedicada a D. Margarida Juliana de Távora, filha dos Senhores Condes de São Miguel, a obra *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*, de Gerardo de Escobar. No texto laudatório dirigido à dedicatária, em estilo simples e humilde, o autor começou por referir que terá sido ela a sua protectora, pelo que afirmou: “Ninguém estranharà que estas rusticas flores do meu Iuizo busquem em V. Senhoria os rayos do mais galhardo Sol; as influencias da mais bella Aurora; & os verdores da mais linda primavera.”²⁹³. Tal como se tem constatado na exegese de outros textos dedicatórios endereçados aos mecenas das obras impressas no século XVII, também neste Gerardo de Escobar justificou a oferta dos *Cristaes da alma*, apesar da sua “pequenhês”, na bondade e benevolência com que foram recebidos, sobretudo tratando-se D. Margarida Juliana de Távora de uma senhora nobre: “ Não temem, que, a pequenhês da oferta dezarme em offensas o que o affecto fabricou para lizonja, vendo que o Sol com taõ beneuolos rayos corôa de resplandores a grosseira espadana que o jasmim polido. Se a luz de huma vella recambia em estragos os rendimentos da borboleta, he que o seu nascimento lhe não dictou maiores bizzarrias; Filha de hum pauio obra pellas qualidades da cera humilde, que a alimenta, conforme à de seus avôs abelhas, & flores agrestes; mas o Sol, que tem por solar a primeira luz recebe com cortezes agazalhos os grosseiros affeitos do girasol. Disse Licurgo que os Deuses formaraõ aos Principes de pedaços de Sol. V. Senhoria tendo por ascendentes as luzes do mais generoso sangue de Portugal, ha de

²⁹² RIBEIRO, Mateus - op. cit., edição da II Parte oferecida Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d’ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustissima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mór de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c. 1724 [o sublinhado é do autor].

²⁹³ ESCOBAR, Gerardo de - op. cit., *Á Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*, 1673 [o sublinhado é do autor]. Sobre a biografia desta senhora nada se conseguiu encontrar. No entanto, cremos que terá sido irmã de D. Álvaro José Botelho de Távora, 2.º Conde de São Miguel, sendo ambos filhos do 1.º Conde de S. Miguel, D. Francisco Nuno Álvares Botelho (cf. AA.VV - N.P.B., *Condes de São Miguel*, vol. II, pp. 339-342 (339).

aceitar benigna as grosserias que lhe offerece meu affecto.”²⁹⁴. Prosseguiu o autor referindo que estes seus *Cristaes da alma*, ainda que oferecidos a D. Margarida Juliana de Távora, não deixariam, com certeza, de ser igualmente recebidos por outras pessoas, pelo que afirmou: “Não entendo que V. Senhoria estrague o tempo que emprega em tão luzidias applicaçoes em terrestres dezalinhos; mas como o escrevi à instancia de varias pessoas, & me derão estes assumptos, quero que agora a minha penna faça esta lizôja ao meu gosto, & à minha obrigação para que emmendem bem offerecidos o dizer de mal escritos.”²⁹⁵. Não perdeu, contudo, a oportunidade para elogiar a iustríssima senhora a que votava esta sua obra: “O applauzo das prendas de V. Senhoria não pode caber na pequena taboa deste papel quando tem a admiração por obelisco. V. Senhoria as logre com as felicidades que merece, que o meu affecto lhas não podezejar maiores. Como em V. Senhoria se unirão a beleza, & a discrição, ordinariamente entre si mal auindas, tambem espero que V. Senhoria veja Portuhgal a nouidade das prendas venturosas.”²⁹⁶. Em 1674, um ano depois da publicação desta obra é dada aos prelos uma outra novela do mesmo autor, Gerardo de Escobar, intitulada *Doze Novelas*, por sua vez *Offerecidas Ao Ilustrissimo Senhor, o Senhor Alvaro Ioseph Botelho de Tavora, Primogenito dos Senhores Condes de S. Miguel*²⁹⁷. Esta é a edição princeps, da qual, de acordo Barbosa Machado e Inocêncio, se desconhecem novas reedições²⁹⁸. As várias tentativas por nós encetadas para encontrar a primeira edição das *Doze Novelas* revelaram-se infrutíferas, pelo que na presente dissertação nos é também impossível fazer referência aos vários paratextos que possivelmente nela estariam incluídos. No entanto, através de um trabalho realizado pela Dr.^a Ana Cristina Moura Marques Gonçalves Fontes²⁹⁹, mencionado já anteriormente, foi possível entrar em contacto com o frontispício da mesma. É nele que se encontra, entre outras informações, a referência ao dedicatário das *Doze Novelas*, o senhor Álvaro José Botelho de Távora, 2.º Conde de

²⁹⁴ ESCOBAR, Gerardo de - *op. cit.*, *Á Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*, 1673 [o sublinhado é do autor].

²⁹⁵ ESCOBAR, Gerardo de - *op. cit.*, *Á Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*, 1673 [o sublinhado é do autor].

²⁹⁶ ESCOBAR, Gerardo de - *op. cit.*, *Á Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*, 1673 [o sublinhado é do autor].

²⁹⁷ ESCOBAR, Gerardo de - *op. cit.*, *Offerecidas Ao Ilustrissimo Senhor, o Senhor Alvaro Ioseph Botelho de Tavora, Primogenito dos Senhores Condes de S. Miguel*, 1674 [Gravura] Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. M.DC.LXXIV. Com todas as licenças necessárias.

²⁹⁸ MACHADO, Diogo Barbosa - *op. cit.*, Tomo I, p. 260; e, SILVA, Inocêncio Francisco da - *op. cit.*, Tomo I, pp. 128 e 129.

²⁹⁹ FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves - *op. cit.*, Coimbra, 1993.

São Miguel, “que morreu a 22-IV-1724, filho do 3.º casamento do 1.º Conde. Sucedeu a seu pai e, como ele, foi varão insigne nas Letras e nas Ciências. Foi governador da Guiné. Encontra-se o seu nome inscrito na Irmandade do Senhor dos Passos da Graça em 5-III-1688. Casou com D. Antónia Luía de Bourbon, dama do Paço, já viúva de Fernando Mascarenhas, comendador de Aljustrel e de Alcácer do Sal, na Ordem de Cristo, filha dos 3.ºs Condes dos Arcos; c. g. O título foi-lhe concedido por Carta de 5-XI-1687 (D. Pedro II).”³⁰⁰ Pela posição social do referido dedicatário e pelo gosto revelado pelas letras e ciências se poderá dizer que a escolha de Gerardo de Escobar terá sido intencional. Nele deve ter procurado protecção para a impressão das suas *Doze Novelas*, tanto mais que, como já se disse o autor, de seu nome próprio Frei António de Escobar (Gerardo é apenas um pseudónimo), terá sido alvo das mais apertadas censuras.

Por último, em 1682 apareceria a *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, do Padre Alexandre de Gusmão, oferecida *Ao Peregrino Celestial, S. Francisco de Xavier, Apostolo do Oriente*³⁰¹. Trata-se esta da edição *princeps* da novela, tendo sido a mais editada na altura. Na realização da presente dissertação utilizámos a edição de 1685, pelo que a exegese da dedicatória que aqui se inclui reporta-se ao texto dessa data. Como jesuíta, Alexandre de Gusmão terá escolhido para dedicatário da sua novela S. Francisco de Xavier pelo exemplo de vida que o mesmo representava na época de seiscentos, sobretudo do ponto de vista da evangelização; valerá a pena notar que, ao tempo, Francisco Xavier já era santo desde 1622, funcionando como um exemplo prestigiante de jesuíta evangelizador, no contexto problemático que era o Brasil. Através de centenas de cartas enviadas pessoalmente para a Europa e com um serviço permanente de informações periódicas dos seus colaboradores, conseguiu despertar, em todos os centros da Cristandade, inclusivamente na Alemanha do século XVII, um irreprimível e crescente surto de vocações missionárias.³⁰²: “Injusto foi, Glorioso Apostolo do Oriente, que seguindo este meu Peregrino vossos passos, como luz que sois de Peregrinos, so debaxo de vossa protecção sahisse a luz, para que assim no roteiro de vosso exemplo se leaõ mais bẽ compostos os acertos de seu caminho. (...) Peregrino fostes que sahindo do Egipto para a Cidade de IESV, correstes como sol allumiando tantas terras com luzes peregrinas de celestiaes virtudes atè chegar á doce Patria de Ierusalem do Ceo, como Predestinado Peregrino: por isso tomaís tanto á vossa conta os

³⁰⁰ Cf. AA.VV - *N.P.B., Condes de São Miguel*, vol. II, pp. 339-342 (339).

³⁰¹ GUSMÃO, Alexandre de - *op. cit.*, Lisboa, por Miguel Deslandes, 1682.

³⁰² AA.VV. - *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura.*, Verbo, Lisboa, 1969, Vol. 8, pp. 1580-1583.

peregrinos, que para lá caminhaõ, que sendo já cidadão daquela Patria, appareceis ainda como *ij Peregrino cá na terra, para que na semelhança lhes mostreis o amor, & nos ensineis a todos o caminho para lá chegar”³⁰³. No último passo da dedicatória, Alexandre de Gusmão solicita, então, a S. Francisco Xavier que proteja esta sua novela com vista ao proveito do público: “E já que este foi sempre, ou neste desterro, ou nessa Patria a vossa principal empreza, fazei vosso este meu trabalho, para que seja como os vossos proveitozo ás almas, como espero.”³⁰⁴

Terminado este capítulo, dedicado à reflexão sobre os paratextos, passando pelos Prólogos ao Leitor, às Dedicatórias e Licenças do livro impresso no século XVII, passaremos de seguida a questões relativas aos protocolos de leitura, procurando esclarecer de que forma os próprios autores estabeleciam, através dos paratextos das suas obras, uma relação de aproximação e/ou afastamento relativamente ao público leitor a que pretendiam dirigir-se.

³⁰³ GUSMÃO, Alexandre de - *op. cit.*, *Dedicada Ao Peregrino Celestial*, S. Francisco de Xavier, *Apostolo do Oriente* (...), Lisboa, por Miguel Deslandes, 1682.

³⁰⁴ GUSMÃO, Alexandre de - *op. cit.*, *Dedicada Ao Peregrino Celestial*, S. Francisco de Xavier, *Apostolo do Oriente* (...), Lisboa, por Miguel Deslandes, 1682.

IV – Sobre os protocolos de leitura. Formas e objectivos: a voz e o silêncio

Neste último capítulo, dedicado aos protocolos de leitura, nas suas formas e objetivos, procuraremos debruçar-nos sobre a história da recepção das obras incluídas no *corpus* textual que temos vindo a explorar. Seguindo as coordenadas apontadas já por Maria Lucília Gonçalves³⁰⁵, tentaremos encontrar resposta para algumas das questões que envolvem a problemática da estética da recepção no século XVII. Sendo que este tema anda a par das alterações ocorridas nos hábitos de leitura, em função do aparecimento da imprensa, será neste sentido que começaremos por expor a nossa argumentação.

Actualmente, graças à vasta bibliografia disponível acerca deste tema³⁰⁶, é possível afirmar que existem evidências suficientes e substanciais que demonstram como já desde finais do século XV aparecem importantes transformações no contexto da experiência que reflecte sobre os hábitos de leitura na sociedade ocidental. No entanto, em todo este fenómeno de consolidação da cultura do texto escrito não há uma fórmula que, por si só, abranja e explique todas as alterações culturais produzidas, muitas delas entrelaçadas e sobrepostas também com as formas orais e icónico-visuais, herdadas estas de uma longa tradição.

De qualquer forma, o passo que supôs a transformação cultural da tradição oral ao testemunho escrito foi um processo caracterizado pela sua longa duração. Um processo complexo que se define em si mesmo pela falta de regularidade. Por isso, ainda que seja conveniente valorizar as consequências benéficas e positivas que tiveram

³⁰⁵ Cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*, Vega, 2003, p. 11: “*Como foi recebida a obra pelos seus leitores? Que factores condicionaram a sua maior ou menor aceitação? Que juízos críticos têm sido formulados acerca do seu valor literário? Que repercussões teve na nossa literatura? Estudar a história da recepção de uma obra é tentar encontrar resposta para estas e outras questões idênticas, tarefa que se torna difícil quando escasseiam os documentos que nos possam elucidar acerca das reacções do público-leitor. O primeiro e mais óbvio elemento a ter em conta é o número de edições que da obra se fizeram.*”. Segundo a autora, “O primeiro e mais óvio elemento a ter em conta é o número de edições que da obra se fizeram”, pelo que remetemos ao segundo capítulo deste nosso trabalho, no qual ficaram já esclarecidas as questões relativas à história editorial das diversas novelas que compõem o *corpus* textual em análise.

³⁰⁶ Acerca da história da leitura são imprescindíveis: ÁLVAREZ, F. Bouza - *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*, Madrid, Síntesis, 1992; CHARTIER, Roger - *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1993; «Comunidad de lectores», in *El orden de los libros. Lectores, autores, bibliotecas en Europa entre los siglos XIV y XVIII*, prólogo de Ricardo García Cárcel, Barcelona, Gedisa, 1994; «Las prácticas de lo escrito», in *Historia de la vida privada*, V, Madrid, Taurus, 1991, pp. 113-161; CHEVALIER, M. - *Lectura y lectores en España en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Turner, 1976; FRENK, M. - *Entre la voz y el silencio*, Alcalá de Henares, Centro de Estudios Cervantinos, 1997; «Lectores y oidores. La difusión oral de la literatura en el Siglo de Oro», in *Actas del séptimo congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, I, Roma, Bulzoni Editore, 1982, pp. 101-123; «Ver, oír, leer», in *Homenaje a Ana María Barrenechea*, Madrid, Castalia, 1984, pp. 235-240.

para o indivíduo e para a sociedade em que se integrava factores relevantes como a alfabetização progressiva e crescente, o acesso à leitura regular e normalizadora, assim como a importância e o desenvolvimento dos canais da comunicação escrita, seria um erro sublinhar em demasia este fenómeno chegando a aceitar a superioridade da cultura escrita face à cultura oral.

Referimos já no início desta dissertação como é importante recordar, no âmbito de todo este processo transformador, a invenção da imprensa, uma vez que com esta se tornou inevitável a entrada no mundo do livro no aspecto material da sua produção editorial, sendo que a progressiva transformação da escrita em objecto de leitura condicionou o estabelecimento das relações entre os agentes envolvidos neste processo: o autor, o mecenas, o censor, o editor, o impressor e o leitor. Contudo, é de salientar agora que a imprensa, apesar das inegáveis modificações que introduziu e implementou nos hábitos de leitura, não fez desaparecer por completo as tradições enraizadas durante os séculos anteriores. Como tal, a tradição manuscrita de circulação das obras continuou a ser amplamente utilizada, incluindo a sua técnica, pelo menos até ao século XVIII, sendo que, em pleno século XVII, os catálogos e os inventariados das bibliotecas particulares mostram como a classificação valorativa entre livros *escritos de mão* e os livros *de molde* tende, ainda assim, a favorecer os primeiros. Quanto à privatização da leitura, a imprensa também não acabou com as antigas práticas baseadas na leitura comum e em voz alta, formas de expressão e comunicação que, juntamente com as icónico-visuais, não só não retrocederam como se mantiveram em pleno auge durante toda a Idade Moderna³⁰⁷. No entanto, as possibilidades que a leitura em silêncio e sem intermediários oferecia fizeram com que esta se fosse consolidando pouco a pouco, criando-se um substrato cujo resultado já em princípios do século XVI começou a manifestar-se de forma bastante significativa. Não restam, portanto, dúvidas que a causa desta gradual dissolução foi consequência directa da multiplicação de textos de todos os géneros propiciada pela imprensa, da diversificação da produção e da baixa dos preços

³⁰⁷ ÁLVAREZ, F. Bouza - *op. cit.*, p. 24. Um bom exemplo da permanência destas duas formas de expressão é-nos oferecida pelo editor Juan Mommarte, autor da primeira impressão ilustrada do *Quijote*, (Bruselas, 1662). Na sua introdução pode ser-se o seguinte: «si en todas las Impresiones de España solamente se había impreso su Vida com letras, yo la ofrezco grabada también en estampas, para que no solo los oídos, sino también los ojos tengan la recreación de un buen rato, y entretenido pasatiempo, que hace muchas ventajas, principalmente en los casos áridos, y aquellos que son como Norte de todos los demás, el representarse al alma, así como com las palabras, también com el ejemplo». Cit. por CAYUELA, Anne - *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVIIe siècle*, Genève, Lib. Droz, 1996.

dos livros, da adaptação e redução dos seus formatos, das mesmas tipologias estruturais e signos tipográficos empregados na apresentação dos textos, incluindo a incorporação de pontuação e acentuação imprescindíveis para uma maior clarificação do conteúdo das obras. Todos estes elementos, combinados convenientemente pelos agentes implicados no processo de publicação e divulgação dos textos impressos (sobretudo, autores, editores, impresoires, livreiros e leitores), permitiram activar os mecanismos que foram dando uma dimensão inesperada ao mercado do livro, oferecendo, simultaneamente, melhores argumentos para que surgissem novas categorias de leitores mais selectivos, dinâmicos e especializados. Estes últimos eram os principais participantes, ainda que não exclusivamente, da leitura puramente intelectual, interpretativa, silenciosa, reservada e ocular, pelo que para os mesmos, certos autores começaram a escrever de modo mais selectivo para que fossem lidos “mentalmente”. Abriu-se, assim, um novo estatuto, o do leitor solitário, e, para este, um moderno processo de criação do novo livro de cultura, o livro erudito e científico, cujos rasgos formais impuseram definitivamente a sua separação do livro popular.

Todas estas considerações não querem, porém, dizer que este tipo de leitura em silêncio, solitária ou não, sem expressar em voz alta o que se estava a ler, não tivesse sido já praticada antes mesmo da baixa Idade Média. Entre os séculos VIII e XI nos *sriptoria* monásticos, e durante os séculos XII e XIV no mundo universitário e escolástico, este modo de leitura era a habitual entre os seus indivíduos³⁰⁸. No entanto, somente no século XV, e daí em diante, se converteu, pouco a pouco, na habitual pelo menos entre os leitores familiarizados com a escrita. Autores como Paul Saenger estudaram profundamente este tema, embora provando documentalmente que a leitura silenciosa não se desenvolveu com facilidade antes do aparecimento da imprensa, reconhecem que aquela apenas se institucionalizou depois da invenção de Gutenberg³⁰⁹. Sublinhe-se, pois, que a imprensa trouxe um novo impulso ao amplo processo de transformação (e não de substituição) que vai desde a leitura tradicional ou intensiva, baseada num conjunto limitado de livros continuamente lidos e relidos, a outra mais desprendida e abundante, qualificada de extensiva.

³⁰⁸ CHARTIER, Roger - «Las prácticas de lo escrito», in *Historia de la vida privada*, V, Madrid, Taurus, 1991, p. 126.

³⁰⁹ Sobre a evolução da leitura no período medieval, veja-se: SAENGER, Paul - «Silent reading: its impact on late medieval script and society», in *Viator*, 13, 1982, pp. 367-414. O tema é igualmente tratado por CHARTIER, Roger - «Du livre au lire», in *Pratiques de la lecture*, Marseille, 1985, pp. 61-88.

Ainda assim, em termos gerais, este impulso não propiciou necessariamente maiores cotas de leitura efectiva, pelo menos nos meios laicos, já que o aumento da procura dos textos impressos correspondia não a um maior número de leitores, mas a um maior número de livros adquiridos por quem na realidade já sabia ler e procurava, então, alcançar um espectro cultural mais diversificado³¹⁰. Como tal, enquanto elemento cultural, o livro impresso continuou a fazer parte do universo intelectual de uma minoria para quem a leitura normalizada e frequente se afirmava como uma necessidade intelectual, profissional, espiritual ou de puro divertimento e entretenimento. Para os restantes grupos de leitores emergentes, a maioria portanto, o livro impresso nunca seria verdadeiramente bem recebido, já que no interior das obras os autores estabeleciam em espaços próprios, os paratextos, a relação que pretendiam estabelecer com os seus leitores, sendo estes escolhidos *a priori*. As frequentes referências ao leitor “discreto”, culto e erudito, que se encontram em alguns dos textos preliminares que fazem parte do *corpus* textual em análise nesta dissertação, surgem por isso em clara oposição ao “vulgo”, ou seja, a leitores que nunca se identificariam com o perfil traçado pelos próprios autores nos paratextos das suas obras. É este o caso apresentado por Francisco Rodrigues Lobo que no prólogo ao leitor d’ *A Primavera* identifica as “damas curiosas e inclinadas” como o público-alvo a atingir com a publicação desta sua obra. Volta depois a mencionar no final da “Floresta sétima” da segunda parte da obra, intitulada “Campos do Mondego”, o tipo de leitor a quem prevê dirigir-se sob a designação de “discreto e curioso leitor”, incluindo neste “leitor-tipo”, não apenas as “avisadas damas”, como ainda os “amantes cortesãos”³¹¹. No prólogo ao leitor da *Lusitânia Transformada*, de Fernão Álvares do Oriente, no qual o seu autor, Domingos Fernandes, dirigindo-se aos que por serem cultos se destacavam do “vulgo”, realça o facto de dar a conhecer uma obra cujo objectivo era enaltecer e valorizar a língua portuguesa caída em descrédito sobretudo para quem não a sabia utilizar com correcção. Também nos prólogos ao leitor do *Alívio de Tristes e Consolação de Queixosos*; *Retiro de Cuidados*, *E Vida de Carlos e Rosaura*-, e, *Roda da Fortuna*, *E Vida de Alexandre e Jacinta*, o seu autor, o Padre Mateus Ribeiro, nomeia o leitor a quem pretende dirigir as suas obras como sendo um

³¹⁰ BERGER, Philippe - *Libro y lectura en la Valencia del Renacimiento*, Valencia, Edicions Alfons el Magnànim, 1987, I, p. 387: “el desarrollo de la imprenta no se acompañó con un paralelo crecimiento de la proporción de lectores en el cuerpo social; lo que aumento fue la medida de ejemplares adquiridos por los que sabían leer, y esta media autómentó más cuanto que era más importante al principio en el médio social considerado”.

³¹¹ Cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves - Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*, Vega, 2003, p 235.

“Leitor Discreto”. À luz da época, esta designação assume especial importância já que por “discreto” se entendia um tipo de leitor que, por oposição ao “vulgo”, fazia uso do bom senso de que era detentor, para ponderar sobre diversas questões interpretando cada uma delas no âmbito do seu devido contexto. Seriam esses “leitores discretos” que viriam a aceitar a exploração dos ideais inspirados pela cultura greco-latina; a restauração dos modelos educativos da Antiguidade Clássica; os processos de depuração da língua juntamente com a adopção de novos cânones literários e artísticos, que para além do crescente processo de instrução, pouco a pouco foram desacreditando outras formas culturais mais arcaicas, lentamente confinadas a capas menos favorecidas pela sociedade e sistematicamente rejeitadas pelos leitores que pretendiam distinguir-se e separar as duas realidades culturais às quais se aludiu algumas linhas acima. Tal como é expressa noutros textos de ficção em prosa no século XVII, também aqui se faz eco da problemática relativa à recepção das obras por um novo público multiforme ao qual a imprensa deu origem. Conscientes desta nova realidade, os autores do século XVII demonstraram a sua preocupação e/ou interesse por esta questão exprimindo-a nos paratextos das suas obras. Por outro lado, é fundamental não esquecer que esta questão andava, não raras vezes, associada à defesa da ficção em prosa e dos seus autores, daí as orientações de leitura no sentido do *prodesse ac delectare*, bem como à necessidade de preparar o público para o bom acolhimento das obras editadas, de molde a garantir o seu sucesso editorial e, consequentemente, a assegurar os lucros pretendidos pelos impressores e editores de tais textos. É neste sentido que, no prólogo “Ao Leitor” da obra *Cristaes da Alma*, Gerardo de Escobar começa por identificar o tipo de leitor a quem se dirige, podendo este ser “amigo ou inimigo” consoante recebesse aqueles “cristaes” com agrado ou desagrado. O facto de alguns leitores poderem não receber com benevolência a obra de Escobar parece estar relacionada com o facto do autor, apesar de usar um pseudónimo, possivelmente na tentativa de não ser identificado tanto pelos leitores como pela Inquisição, se tratar de uma figura religiosa que se dedicava ao exercício da escrita de assuntos amorosos. Ainda assim, estas circunstâncias não parecem ser relevantes para o autor já que, de seguida, afirma que o presente volume foi editado a pedido de diversas pessoas a quem pretendeu dar esse gosto. Portanto, sublinha que nenhum leitor ficaria “obrigado no feitio ou na estampa” se, por acaso, comprasse o seu livro. Se, por outro lado, o recebesse de empréstimo deveria agradecer a quem lho emprestou. No “Prólogo ao Leitor” da II Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo confessa ao leitor “prudente” a

necessidade que sentiu de se defender “com a verdade” das possíveis acusações de que seria alvo por parte do “tribunal do juízo humano”. Neste caso, o significado de “prudente” andaria, na época, muito próximo do de “discreto”, já que neste caso o autor apela também ao bom senso e ao alargado horizonte cultural do público na interpretação dos conteúdos que se seguiriam aos paratextos, ou seja, ao corpo da novela em si. Fundamenta a sua posição mediante a apresentação de argumentos no sentido do *prodesse ac delectare*, considerando que as orientações de leitura deixadas nas entrelinhas do texto prologal seriam suficientes para estar livre de toda e qualquer acusação.

A apresentação do tema versado nas novelas, o apelo à benevolência dos leitores para com os autores e, em alguns casos, a promessa da publicação de novas obras que dessem continuidade aos enredos desenvolvidos num primeiro volume, constituíam formas de incentivar o público para a prática da leitura, concorrendo igualmente para o sucesso editorial dos textos impressos. No prólogo “Ao Lector” da obra *a Paciência Constante*, Manuel Quintano de Vasconcelos refere que a sua obra se tratava de uma “humilde composição” em estilo poético, cujo principal objectivo era entreter o público com os exemplos dados pelas acções que nela se narram. Prossegue afirmando que se o leitor curioso encontrasse nesses “discursos poéticos” e juvenis a fragrância própria das flores, então, como prova de agradecimento o autor promete oferecer-lhe os frutos típicos de uma idade mais avançada, o “Otono”. Por fim, caso não merecesse, pede ao público que encubrisse as suas faltas uma vez que tudo o que escreveu foi de boa fé. Já no início do “Prólogo aos Leitores” da I Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo revela conhecer claramente o tipo de leitor a quem se dirige, ao nomeá-lo “curioso Leitor”, sendo que no final do mesmo texto foca, resumidamente, o conteúdo da novela: “O que contém o presente volume são uns «*Infortúnios Trágicos*» que uma Donzela passou pelo mundo por cumprir a palavra e fé que a seu amante tinha dado, e do que alcançou pela guarda dela. Vão mais algumas histórias extravagantes metidas em os enredos da que contém o livro, (...)”³¹². Já no “Prólogo ao Leitor” da II Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo daria também a conhecer o seu conteúdo: “Em esta se dá conta dos infortúnios que passou Arnaldo pelo mundo, buscando a sua amada Florinda, e do fim que ambos tiveram e mais circunstâncias de sua morte, das quais se não pôde tratar

³¹² Rebelo, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da I Parte dos *Infortúnios Trágicos*, p. 16.

em a primeira parte. Também nas histórias extravagantes se acabam de conhecer algumas pessoas de que já tratamos em os primeiros trágicos.”³¹³.

Esclarecido fica, portanto, que a estandardização proposta pelo invento tipográfico não conduziu à formação de uma estrutura homogénea de leitores. Tudo isto porque, com efeito, passaram a coexistir duas práticas de leitura distintas: uma individual, privada, e outra colectiva, pública. Quanto à primeira, deverá ainda ter-se em conta que partindo de competências pessoais também oferecia diferenças dependendo da capacidade de compreensão e, sobretudo, do grau intelectual demonstrado por cada leitor, assim como pela sua cultura herdada e acumulada. O material impresso constituiu-se assim como um factor de divergência: susceptíveis de uma multiplicidade de usos, os livros são, à partida, concebidos para ser lidos, mas as modalidades de ler são múltiplas e diferentes, variando de uma época para outra, entre lugares e segundo os meios³¹⁴. Como tal, desde os primeiros passos da indústria tipográfica até ao início da Idade Contemporânea, na relação que manteve com o material impresso, o público leitor raramente manteve parâmetros demasiado uniformes, nem sob a aparência social nem sob a acomodação económica e muito menos ainda do ponto de vista da sua habilitação cultural e interpretativa do texto. Ainda que o princípio da diferenciação da leitura condicionada pelas distâncias culturais da sociedade não suscite dúvidas, a verdade é que durante a Idade Média um mesmo texto podia ser aprendido, possuído e maneado de diversas formas e por diferentes indivíduos sem que a sua condição social tivesse importância³¹⁵. Do mesmo modo, era relativamente habitual que os leitores extensivos, profissionais e intelectuais, ou seja, aqueles que de algum modo precisavam mesmo de ler, escrever e contar para exercerem as suas funções profissionais, também participassem de uma leitura intensiva, própria das classes menos prestigiadas. Apesar da forte acção censural sentida durante os séculos XVI e XVII, muitos foram os leitores que dedicaram algum do seu tempo de lazer a práticas de leitura ligadas ao puro entretenimento, à recreação.

No caso das obras inseridas nesta última linha, o primeiro testemunho da sua aceitação por parte da Inquisição, encontramos-lo no parecer do censor que fundamenta a

³¹³ Rebelo, Gaspar Pires de - *op. cit.*, edição de Nuno Júdice, “Prólogo aos Leitores” da II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, p. 250.

³¹⁴ CHARTIER, Roger - «Las prácticas urbanas del impreso, 1660-1780», in *Livros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1993, p. 127.

³¹⁵ CHARTIER, Roger - *El mundo como representación. Historia cultural: entre práctica y representación*, Barcelona, Gedisa, 1992, p. 110.

concessão inquisitorial da licença de impressão. No caso d'A *Primavera*, de Francisco Rodrigues Lobo, nas licenças da edição *princeps* escreve o censor, que “este livro (...) não tem cousa que algũa contra a nossa santa Fé católica, bons costumes e guarda deles, antes é obra muito curiosa e que há-de contentar a muitos.”³¹⁶. Dadas as diversas publicações desta obra que se seguiram à primeira, este parecer de Fr. Manuel Coelho estava em sintonia com o público letrado, culto e estudioso da época que viria a receber com agrado a primeira das novelas da trilogia de Rodrigues Lobo. Note-se que na «Aprovação» do *Desenganado*, entendido pelo censor, F. António Freire, como a «terceira parte da *Primavera*», se afirma que «é livro de muito engenho e curiosidade, com que não só será de muita recreação em suprimimento de outros dela que se não deixam ler, mas ainda de proveito em muitas matérias morais»³¹⁷. O mesmo parecer é emitido pelo censor responsável pela concessão da licença de impressão da *Lusitânia Transformada*, de Fernão Álvares do Oriente: “Vi esta Lusitania transformada, por ordem do Supremo Tribunal he Geral Conselho do Sancto Officio destes Reinos de Portugal, he não tem cousa contra nossa Sancta Fê he bons costumes porque se não possa imprimir. Em Lisboa em S. Francisco Denxabreguas, a onze de Iulho de 1607. | Frey Luis dos Anjos.”³¹⁸; sendo o mesmo identificado no caso d' *A Paciência Constante*, de Manuel Quintano de Vasconcelos: “No liuro intitulado Paciencia Constante, cujo Author he Manoel Quintano de Vasconcellos, não achei cousa contra nossa santa Fê, & bõs costumes antes sempre concertado estilo, & honesto modo de fallar, & a vezes reprehensão de vícios, & louuor de virtudes: pello que o julgo digno de impressão. Em São Francisco de Emxabregas, & de Feuereiro 6. de 620. | Fr. Francisco Guerreiro. | Reui este liuro intitulado Paciencia Constante, & nelle não acho cousa algũa contra nossa santa Fê, & bõs costumes, & assi me remeto em tudo ao parecer do muito R. P. Mestre Frei Francisco Guerreiro; porque sendo liuvro pastoril de Pastores, & amores, de tal maneira cõ verbo, & proza, segue a limpeza, & pureza nelles, que fique reprehendendo, & vituperando o que não for com muito bom estilo. Podese imprimir. Em São Domingos de Lisboa 21. de Feuereiro 1620. | Fr. Antonio de Siqueira.”³¹⁹. Apesar do pouco sucesso editorial, atestado pelo reduzido número de

³¹⁶ Citado por PIRES, Maria Lucília Gonçalves - Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*, Vega, 2003, p 12.

³¹⁷ LOBO, Francisco Rodrigues, *O Desenganado* (ed. de M. Lucília Gonçalves Pires), Lisboa, Vega, 2007, Licenças.

³¹⁸ ORIENTE, Fernão Álvares do - *op. cit.*, “Aprovacam do Padre Reveedor”, edição de 1607.

³¹⁹ VASCONCELOS, Manuel Quintano de., *op. cit.*, “Licenças” da primeira edição (1622).

edições da obra entre o século XVII e o século XX, as *Ribeiras do Mondego*, de Elói de Sá Sotomaior obtiveram também uma apreciação positiva do censor que reviu o texto desta novela: “Vi este liuro intitulado Ribeyras do Mondego composto por o Licenciado Eloyo de Sá Soto mayor, não tem cousa que faça impedimento a se poder imprimir; porque inda que a materia he de amores prophanos, & pastorîs, contudo he honesta, & não tem cousa, [que] offenda os bõs costumes, antes he muy curiosa, & de agradauel entretenimêto em brando, & elegante estylo vão ordenados os enredos das hystorias, [que] trata, ao modo poético, & pastoril cõ ficçoẽs aprasiueis, em verso, & em prosa. Pelo que julgo que o liuro fera a todos de honesta recreaçãõ. Em S. Domingos de Lisboa 8. de Nouembro. de 622. | *Fr. Thomas de S. Domingos*. | Magister.”³²⁰. A confirmação do sucesso junto do público das obras de Mateus Ribeiro, sobretudo do *Alívio de Tristes E Consolação de Queixosos*, é-nos revelada pelas diversas impressões que se foram publicando, sendo que, uma vez mais, o parecer dos revisores dos textos contribuiu significativamente para a ampla divulgação das novelas deste autor. Assim sendo, lê-se nas licenças da edição *princeps* da obra supra citada o seguinte: “Este liuro não tem cousa algũa contra nossa S. Fè, ou bons costumes; mostrase o Author delle muito curioso, & lido em varias historias, ditos dos Philosophos, & doutrina dos Santos Padres com bons conselhos, & com elles pode aproueitar aos leitores. E assi me parece este liuro digno de se imprimir. S. Domingos de Lisboa 25. de Outubro de 1647. | *M. Fr. Ignacio Galuaõ*.”; e ainda: “Vi por mandado do Conselho geral da S. Inquisição este liuro intitulado, *Aliuio de Tristes, & consolação de Queixosos*, Author o Licenciado Matheus Rybeiro Theologo, & Prègador, não só não achei nelle cousa contra nossa S. Fé, & bons costumes; antes o julgo por de muita vtilidade, em razão da varia lição, & bons documentos, que o Author nelle dá, tirados todos das letras diuinas, & humanas. Pelo que me parece que se lhe pode dar a licença, [que] pede pêra o imprimir. Lisboa em S. Francisco da Cidade, 12. de Nouembro de 1647. | *Fr. Antonio das Chagas*.”³²¹. É curioso notar como nestes pareceres se revêm alguns dos aspectos relativos à argumentação escolhida pelo Padre Mateus Ribeiro no sentido de se defender e de legitimar os seus textos. O recurso à fundamentação com base nos autores da

³²⁰ SOTOMAIOR, Elói de Sá - *op cit.*, “Licenças”, in Biblioteca de Escritores Portugueses (série C), nova edição, revista e prefaciada por Martinho da Fonseca da Academia das Sciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

³²¹ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Aprovações”, Em Lisboa, Com licença, & priuilegio. Por Manoel da Sylva. 648.

Antiguidade Clássica, por um lado, e com base em entidades ligadas à Igreja Católica, por outro, é reconhecido pelos censores como um factor importante para a concessão das licenças de impressão. Ainda que os assuntos versados fossem de amores profanos, a verdade é que mediante a leitura dos enredos os leitores poderiam colher bons exemplos. Justificada fica também a escolha de um público culto e erudito, o “leitor discreto”, com uma bagagem cultural suficientemente ampla, capaz de identificar e estabelecer relações intertextuais entre os textos coevos e os textos de autores clássicos e/ou dos textos de autores ligados à tradição religiosa. Já nas licenças do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* os pareceres dos censores são idênticos aos que se encontram nas licenças do *Alívio de Tristes E Consolação de Queixosos*. Assim, nas licenças à primeira parte da obra lê-se o seguinte: “Por mandado do Illustrissimo Senhor D. Christouão de Almeyda, Bispo de Martyria, & do Prouisor deste Arcebispado de Lisboa, vi o Liuro intitulado: *Retiro de cuidados, & Vida de Carlos, & Rosaura*, I.Parte, Author o R. P. Matheus Ribeyro, Theologo, & Prègador deste Arcebispado. E não achei nelle cousa, que encontre a Fè, & bons costumes. Lisboa, & Graça 12. de Julho de 679. | O M. Fr.Manoel Botelho, Prior do Cõuento de N. S. da Graça de Lisboa.”; e mais adiante: “Por mandado de V. A. Vi este Liuro intitulado: *Retiro de cuidados, & Vida de Carlos, & Rosaura*, I.Parte. Composta pello P. Matheus Ribeyro: Pareceme, ´q he digno de imprimirse, & ´q V. A. lhe conceda a licença, ´q pede. Lisboa 10. de Outubro 680. | Paulo Carneyro de Araujo.”³²²; nas aprovações da segunda parte refere Fr. João da Madre de Deos que “ Vi por ordem do muito Reverendo Senhor Ordinario desta Metropolitana, esta Segunda Parte do livro intitulado, *Retiro de Cuidados, &c.* que vem a ser huma novella bem ordida, & tecida com muita erudição, & elegância da nossa lingua Portuguesa. Não tem cousa, que encontre nossa Santa Fé, ou bons costumes. Lisboa S. Francisco da Cidade 2. De Março de 681”, e mais à frente continua afirmando que “Li por mandado de V. A. esta Segunda Parte do livro intitulado, *Retiro de Cuidados, &* não achei nella cousa, que encontre ao real serviço de V. A. He obra curiosa, & em que todos podem empregar as horas de recreação em hum licito divertimento, & assim me parece o Author merecedor da licença, que pede. V. A. mandará, o que mais for servido. S. Francisco da Cidade 9. de Abril de 681.”³²³. A

³²² RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Licenças”. Lisboa. Na officina de Migvel Deslandes. *Com todas as licenças necessarias*. 1681.

³²³ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, “Licenças” Lisboa. Na officina de Migvel Manescal. *Com todas as licenças necessarias*. 1681.

terceira parte desta mesma obra não contém comentários deste género, manifestando-se apenas nas licenças de impressão que foi autorizada a sua circulação. Nas licenças de impressão à quanta e última parte do *Retiro de Cuidados* voltamos, no entanto, a encontrar pareceres positivos ao conteúdo da novela, pelo que passamos a citar: “*Censura do M. R. P. M. FR. Pedro da Encarnação da Ordem dos Prègadores, & Qualificador do Santo Officio.* | Eminentissimo Senhor. Vi o livro, de que esta petição faz menção, & não contém cousa contra a Fè, ou bõs costumes. Este he o meu parecer, salvo, &c. neste Collegio da Corte Real de Lisboa 24. de Julho de 1688. *Fr. Pedro da Encarnação.* | *Censura do P. M. Francisco de Santa Maria, Conigo Secular da Congregação do Evangelista, & Qualificador do Santo Officio.* | Eminentissimo Senhor. Vi o livro, de que esta petição trata, & não achei nelle cousa algũa contra nossa santa Fè, ou pureza dos bõs costumes. Lisboa no Convento de Santo Eloy 12. Agosto de 1688. | *O M. Francisco de S. Maria.* | *Censura do Doutor Bento da Fonseca, Desembargador da Casa da Suplicação, &c.* | Senhor. | Neste genero de escritos, que tambem desvelou a engenhos grandes, bem se pòde fazer lugar esta ultima parte do Retiro de cuidados, porque sendo escrita com erudição, & com modéstia, carece de aquellas licenças, que algũas vezes se tomàraõ às novelas: nestas não achei cousa, que encontre o bem do Reyno, ou desmereça a licença para se imprimirem. Lisboa 3. De Setembro de 1688. | *Bento da Fonseca.*”³²⁴.

Também não é exacto que as diferenças existentes no âmbito das práticas de leitura estivessem totalmente condicionadas pelos distintos níveis de riqueza. Evidentemente, não podemos negar que durante os séculos XVI e XVII a grande maioria dos proprietários de boas e grandes bibliotecas eram indivíduos que disfrutavam de suficientes recursos económicos. Por outro lado, e como já se adiantou, quanto maior fosse o nível de fortuna ou quanto mais elevada fosse a categoria social, maior era a percentagem das pessoas que possuíam livros. Poderíamos, no entanto, perguntar se estamos perante leitores efectivos ou apenas perante leitores potenciais; se os livros possuídos teriam sido adquiridos para uma leitura individual ou se, por outro lado, eram somente uma herança conservada; se os mesmos seriam instrumentos de trabalho, ou, pelo contrário, objectos nunca abertos; se se tratariam de “companheiros de intimidade” ou meros atributos de aparência social. Para responder a todas estas interrogações seria

³²⁴ RIBEIRO, Mateus - *op. cit.*, Anno [Gravura] 1689. Lisboa. *Com todas as licenças necessarias.* Na officina de Manoel Lopres Ferreira. *A custa, de Antonio Correa da Fonseca.* Com Privilegio Real.

necessário elaborar um trabalho minucioso da documentação ainda existente, os inventários das bibliotecas privadas constituídas durante o lapso de tempo acima referido, mas que por agora ficará apenas em aberto dado não ser este o alcance desejado no presente capítulo desta dissertação. No seguimento da exposição que se tem vindo a fazer é, porém, importante referir que o acesso à cultura, ao objecto impresso, nos séculos XVI e XVII, não passava somente pela posse dos livros. Existiam, com efeito, outras formas de circulação do texto impresso, pois a leitura de um livro não implicava obrigatoriamente a sua posse e, como tal, não implica também a sua compra. Assim sendo, houve casos em que leitores com menos posses nem por isso deixaram de aceder ao material impresso, recorrendo para o efeito a meios alternativos para satisfazer os seus desejos de leitura. Exemplos desses meios alternativos são os sistemas de empréstimo entre amigos (Gerardo de Escobar refere-se a estes empréstimos, como acima se mencionou), as doações entre famílias, as compras em segunda mão, os intercâmbios, o aluguer que faziam alguns livreiros e a leitura da criadagem nas bibliotecas dos senhores que serviam.

Há ainda uma outra disparidade que importa sublinhar. O progresso da leitura também não se desenvolveu de forma semelhante em todos os lugares. Dependia, entre outros factores, da situação geográfica (campo ou cidade), do contexto político, linguístico, social, educacional e, inclusivamente, da estrutura particular dos colaboradores do material impresso que, desde a sua produção à sua comercialização, trabalhavam em determinadas zonas, bem como dos próprios textos que poderiam interessar a uns e a outros não. Naturalmente que com o passar do tempo todos estes factores foram sofrendo alterações, sendo que o mais importante foi o facto dos intervenientes no processo de elaboração, publicação e divulgações dos livros passarem a ter em especial atenção as atitudes e os interesses culturais de cada comunidade, em geral, e de cada tipo de leitor, em particular. A própria estrutura do livro, a sua organização interna, o seu formato, a sua linguagem, as suas representações gráficas e os seus signos tipográficos convencionais foram-se aproximando aos horizontes de expectativas de cada público leitor. O livro, cada vez mais normalizado na sua apresentação, mais barato e amplamente distribuído transformou por completo o universo cultural da sociedade de então. Não só fornecia mais informação como proporcionava um novo modo de entender a vida, atribuindo-lhe (no caso das novelas a que nos dedicamos no presente estudo) mediante o uso de alegorias continuadas, um outro sentido: o da exemplaridade.

De forma inseparável, aparece também, desde os primeiros passos da imprensa, uma nova categoria que passa a aceder ao saber facultado pelos livros. Trata-se de um grupo numericamente importante, economicamente poderoso e politicamente cada vez mais considerado: a burguesia. Embora esta constatação seja um facto incontornável, não podemos esquecer que as tradições culturais não se enraizaram com base numa determinação prévia em função do estado social a que os leitores pertenciam. Enraizaram-se sobretudo pela maior ou menor receptividade e competência dos indivíduos adquiridas através da aprendizagem e do estudo³²⁵. No entanto, na complexa estrutura social dos séculos XVI e XVII, esta maior ou menor receptividade e competência cultural por parte do indivíduo, não era o único requisito a ter em conta para se chegar a ocupar a condição elitista da minoria letrada, sobretudo porque os autores para além de passam a recorrer aos ensinamentos dos grandes pensadores da Antiguidade Clássica, como fundamento da argumentação que apresentam de molde a protegerem as suas obras da acção censural, passam também a codificar o tipo de linguagem exposto nos prólogos como forma de identificarem o público a que pretendem dirigir-se. Numa visão panorâmica dos prólogos ao leitor das obras que fazem parte do *corpus* textual aqui em estudo rapidamente verificamos que em todos eles não faltam adjectivos para enobrecer os livros. Na lógica traçada já no âmbito da defesa da ficção narrativa em prosa e dos seus autores natural é que os livros passassem a ser entendidos como fiéis conselheiros, amigos sem adulação e despertadores do entendimento. À luz destas considerações conclui-se que, durante nos séculos XVI e XVII, a condição de minoria letrada era, por um lado, determinada pela demonstração e renovação, mais colectiva que individual, de objectivos intelectuais comuns e em defesa de determinados princípios culturais, e, por outro lado, pelas aspirações, mais individuais que colectivas, determinadas pela aptência a favores e privilégios proporcionados pelo poder económico, pelo regime jurídico e pelo âmbito socioprofissional.

Concentrando-nos agora nesta minoria de leitores para quem a leitura “superior”, sábia e instruída era fundamental, observa-se em todos os seus elementos um elevado grau de dependência do livro pautada por uma nova estética da recepção, mais activa e mediante a qual passaram a estabelecer um outro tipo de relação com o material escrito. Queremos com estas afirmações dizer que a leitura individual e particular fez com que

³²⁵ Veja-se ÁLVAREZ, F. Bouza - *op. cit.*, pp. 27-29; e, CHARTIER, Roger - *op. cit.* [nota 302], p. 53.

cada indivíduo passasse a controlar o ritmo e a intensidade da sua própria leitura, permitindo, simultaneamente, que comentasse certos episódios, que tomasse notas nas margens dos livros, que sublinhasse e recapitulasse ideias detendo-se em determinadas partes do texto sempre que assim o entendesse fazer e, inclusivamente, que pudesse ter a liberdade de ler diferentes livros ao mesmo tempo. Para estes leitores a prática interpretativa de um ou mais textos passou a ser desenvolvida com maior rapidez e habilidade, pelo que este tipo de leitura acabaria por ficar irremediavelmente comprometido com as suas personalidades. É neste sentido que se deve entender o conceito de “leitura direccionada” no século XVII, já que nos prólogos ao leitor das novelas aqui analisadas os autores procuraram encaminhar e conduzir a leitura das suas obras mediante determinadas coordenadas deixadas entrelinhas e apenas captadas pelo público leitor a quem verdadeiramente pretendiam endereçar os seus textos. Estamos, portanto, diante um tipo de leitor que se pretende identificar com o autor, sendo que este último se apresenta e faz representar à imagem do leitor nos paratextos das suas obras. A prática de leitura a que os autores pretendiam, então, aludir surgia, em última instância, repleta de intensões discretas e reservadas, conduzindo à singularidade intelectual.

V – Conclusão

Perante a análise prática a que nos propusemos ao longo desta dissertação, procurando estudar detidamente o *corpus* textual de paratextos relativos a novelas seiscentistas portuguesas, procurámos, tanto quanto possível, contribuir para a clarificação de alguns dos problemas suscitados no âmbito desta questão. Num balanço de conjunto sobre o que fica dito nas páginas anteriores, várias são as conclusões a que chegámos. Na impossibilidade de as enumerar a todas, vamos mencionar apenas as mais significativas, uma vez que o presente estudo não pode nem deve considerar-se exaustivo, dada a vastidão dos temas e assuntos versados. Ficarão assim alguns caminhos deixados para mais tarde se retomar o seu percurso.

A análise e o estudo comparativo das denominações da ficção narrativa em prosa no século XVII conduziram-nos à constatação das suas oscilações, facto que prova a dificuldade do seu enquadramento nos cânones literários da época, justamente porque considerada, de algum modo, uma «produção menor». Pudemos, no entanto, averiguar que essas oscilações têm como fundamentação a necessidade de identificar a literatura de “recreação” e entretenimento de vários modos, umas vezes evitando o termo *novela*, outras recorrendo às designações «vida», de evocações hagiográficas ou devotas, outras de «história» ou «crónica», buscando a ancoragem numa «verosimilhança» legitimadora. Para além do escasso emprego, mesmo no século XVII português, do termo *novela*, verificou-se ainda a adopção de uma orientação moralizante e muitas vezes claramente «espiritual» deste tipo de obras, passando pela exemplaridade com base no binómio horaciano do *prodesse ac delectare*. É sobretudo nas novelas ditas «exemplares» que se insiste na função moralizadora desta literatura deleitosa, constatando-se que, na construção do texto, o recurso à alegoria como forma de expressão passou a ser indispensável para a concretização do duplo fim da poesia, acrescentando ao deleite a lição instrutiva mais eficaz e aceitável pela sua dissimulação³²⁶. No entanto, também se fez notar que esse mesmo modo de expressão, por amplificar as temáticas e as formalidades textuais, redobrou a exigência do esforço intelectual necessário para apreender a informação ocultada pela alegoria. Até certo ponto, assim se restringiu o acesso massivo dos leitores a um tipo de literatura que muitos dos autores da época insistiam em preservar como campo cultural restrito a um público muito específico: o leitor discreto.

³²⁶ Embora mais para o século XVIII v. RÁMON, Micaela - *A Novela Alegórica Em Português dos Séculos XVII e XVIII. O Belo ao Serviço do Bem*. Braga, UM, 2007.

Por outro lado, o carácter exemplar destas novelas acabou por se constituir num dos tópicos que ecoa nos diversos paratextos que as precediam, quer fosse para os autores legitimarem os textos produzidos, protegendo-se assim de possíveis censuras, quer fosse para estabelecer horizontes de expectativas que cativassem os leitores. Sendo que a equação do problema da função do texto literário no século XVII nunca se afastou deste quadro axiológico, justificado fica o facto da recepção dos textos de ficção narrativa em prosa se ter desenrolado entre a utilidade que deveria andar associada ao deleite proporcionado pela literatura e a sua função moralizadora enquanto critério indispensável para a legitimação das obras a publicar. O papel normalizador de condutas e comportamentos cortesões deste tipo de ficção, dentro das normas de um decoro instituído e da verosimilhança, mesmo nas novelas ditas «pastoris», ver-se-ia, deste modo, vigorosamente reforçado.

Da exegese encetada aos textos preliminares das onze novelas de oito autores portugueses de seiscentos, correspondentes ao *corpus* textual apresentado nesta dissertação, ficou claro que esses documentos se assumiam como o lugar privilegiado para a inscrição das exigências das diversas instituições que à época regiam a actividade editorial, bem como para a apresentação e/ou representação da relação de uma obra com o seu tempo e os seus leitores. Questionar esses paratextos, ou seja, a própria materialidade do livro, permitiu-nos traçar não apenas um esboço elucidativo das práticas de escrita presentes nas páginas iniciais das obras em causa, como ainda identificar o horizonte de expectativas dos leitores coevos.

Neste sentido, esclareceu-se que a progressiva transformação da escrita em objecto de leitura condicionou o estabelecimento das ligações existentes entre os agentes envolvidos no processo administrativo pelo qual passavam todos os livros do século de ouro, desde o autor, ao mecenas, ao censor, ao editor, ao impressor e ao leitor, e conduziu, não raras vezes, à sua inscrição nos paratextos desses mesmos livros. Dos prólogos ao leitor, às dedicatórias e licenças das obras de seiscentos é possível encontrar marcas bem precisas das condições em que se operava a escolha do texto, a sua publicação e distribuição. Este aspecto permite-nos mesmo afirmar que é nos paratextos que se expõem as etapas da transformação da escrita em objecto de leitura: a passagem do manuscrito ao texto impresso, e, por fim, a apropriação por parte do leitor é aí apresentada, recontada e moldada em matéria narrativa.

Espaço do primeiro encontro entre o autor e o seu leitor, o prólogo dá a conhecer os traços do horizonte de expectativas que o autor pretendia instituir, indicando e

orientando a leitura no sentido de deixar entrelinhas os caminhos a seguir e os percursos a evitar. Como tal, o confronto entre realidades opostas concorria eficazmente, na época barroca, para a concretização da exemplaridade, dela decorrendo uma escolha consciente entre o bom e o mau caminho, entre os vícios e as virtudes. Portanto, era no prólogo ao leitor que se estabeleciam as condições de constituição do sentido do texto e do seu efeito possível, questão que naturalmente se prendia com a escolha e consequente exclusão do tipo de leitor que teria ou não acesso aos textos produzidos: o leitor discreto e o “vulgo”, respectivamente. É neste contexto que se devem sublinhar as alusões a exemplos concretos de autores da Antiguidade Clássica - nalguns casos, ainda, a figuras ligadas à Igreja Católica, que defendiam ideias semelhantes às então propostas pelos autores de seiscentos no caminho que os conduziria à concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, de molde a verem autorizadas as suas novelas. Justificado fica também o facto da argumentação apresentada pelos autores nos textos prologais concorrer para a sua defesa e a defesa da ficção narrativa em prosa, uma vez que as obras reportando a assuntos profanos e amorosos foram as mais perseguidas pela censura moral e religiosa da época em que se compuseram.

Perante estas considerações, concluiu-se que a apertada vigilância exercida pela Censura, quanto à impressão de livros no século XVII, nomeadamente quanto às novelas de aqui tratámos, se manifesta na sua materialidade não apenas na inclusão das licenças ou aprovações como textos preliminares essenciais à circulação do livro impresso, como também nos prólogos ao leitor. Nestes, os autores expõem, não raras vezes, as dificuldades que tiveram para não serem censurados, como aconteceu com Francisco Rodrigues Lobo, apelando à benevolência dos leitores aquando da recepção dos textos impressos como forma indirecta de apelar igualmente à benevolência do censor. Os argumentos apresentados são comuns a outro tipo de obras editadas no século XVII e referem-se sobretudo às impressões “em primeira-mão”, que pela brevidade com que eram solicitadas poderiam conter algumas falhas. Num outro plano, este aspecto torna-se ainda mais significativo nos casos em que os autores de novelas versando assuntos amorosos e profanos eram elementos ligados à Igreja, nomeadamente Gaspar Pires de Rebelo e Gerardo de Escobar, na verdade Frei António de Escobar.

Mas, se o prólogo ao leitor apresenta e situa tanto o autor como o leitor, demonstrou-se também que as aprovações ou licenças continham igualmente indicações fundamentais que determinariam a margem de maior ou menor liberdade no acto de leitura, especialmente numa época marcada pela forte acção da censura. No século

XVII, as pressões que pesavam sobre a produção literária, em particular a censura preambular, manifestavam-se pela acção do censor que podia alterar o conteúdo das novelas ou simplesmente impedir a sua impressão em função da moral e dos bons costumes. A forma como os autores de literatura de “recreação” e entretenimento encararam este controlo revela que tinham consciência da necessidade de imprimir aos seus textos a *utilitas* no caminho da concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, considerando-o mesmo o critério indispensável para verem circular as suas obras. A leitura dos pareceres favoráveis dos censores, no caso das novelas que aqui apresentámos, é bem elucidativa do peso que tinha a acção dos mecanismos censórios neste campo. Contudo, foi curioso constatar que, em casos como o que Gerardo de Escobar manifesta nos seus paratextos, este procedimento permitia proteger os autores no sentido em que contribuía para detectar a tentativa de publicação de edições fraudulentas e, até mesmo, a apropriação de textos por outras pessoas que não os seus verdadeiros autores.

Por outro lado, verificou-se que a intervenção dos editores e/ou impressores na publicação deste tipo de obras deixou também as suas marcas nos textos preambulares, pelo que nalguns casos os autores antecipavam já o aparecimento de outras novelas que continuassem os assuntos desenvolvidos nas primeiras, garantindo assim o seu sucesso editorial. Regra geral, pudemos constatar que uma das particularidades dos prólogos ao leitor é a sua relativa imutabilidade de edição para edição. Nos casos em que houve modificações o autor deixou de ter influência na edição ou reedição do seu texto, entrando por esta via em questão a liberdade com que os editores e/ou impressores da obra actuavam na disposição interna dos textos preambulares de ficção narrativa em prosa no século XVII. Na maioria das vezes estes casos andavam a par da necessidade de desenvolver argumentos de tipo publicitário, como factor essencial para a promoção das obras editadas, pois o livro passou a ser visto também como objecto comercial, capaz de contribuir para o enriquecimento de livreiros e entidades envolvidas na sua circulação. Estas considerações são corroboradas pelos casos de Francisco Rodrigues Lobo e Fernão Álvares do Oriente.

Tal como se comprovou na interpretação dos prólogos ao leitor das novelas seiscentistas, também nas dedicatórias incluídas nas mesmas é possível identificar a voz do autor num espaço narrativo que se pretende instituir como antecipação do texto da obra que se segue. O desenvolvimento de uma ficção, cujo estilo e temas serão explorados no corpo das novelas, servia de igual modo nas dedicatórias para atrair a

atenção dos leitores mediante a apresentação de uma amostra do que se poderia encontrar no texto adiante oferecido. A construção de um mesmo tipo de discurso em defesa do autor e da ficção narrativa em prosa manifesta-se também nos textos laudatórios como forma de legitimar as obras a publicar, numa evidente relação de intertextualidade mantida com os prólogos ao leitor das novelas que integram o *corpus* textual apresentado. O recurso a uma argumentação fundada em exemplos da Antiguidade Clássica e/ou em personalidades ligadas à Igreja é novamente recuperado nas dedicatórias, sendo que muitas das vezes concorria para a glorificação das acções dos dedicatários e respectivas famílias estabelecendo-se nexos comparativos com identidades reconhecidas e conhecidas do público-leitor a atingir. Em casos como o de Gaspar Pires de Rebelo, a escolha do dedicatário da II Parte dos *Infortúnios Trágicos* ficou a dever-se ao facto do autor seguir simultaneamente o exemplo dos escritores antigos e coevos que tinham por hábito oferecer as suas obras a personalidades ilustres. Estas considerações assumem especial relevo no âmbito da defesa do autor e da ficção narrativa em prosa, porque para além de contribuírem, uma vez mais, para a identificação do problema da censura, evidenciam a necessidade do recurso ao mecenato como forma de protecção e promoção das novelas de seiscentos.

Para além destas questões, nas dedicatórias é ainda possível encontrar traços das ligações existentes entre os escritores, os dedicatários e, até mesmo, entre os primeiros e os censores dos seus textos. Numa análise de conjunto a todas as dedicatórias que integram as novelas do nosso *corpus* textual foi possível averiguar que as relações entre os autores e os seus dedicatários denunciam situações de mecenato, traduzido, simultaneamente ou não, num patrocínio económico e na influência exercida pela personalidade escolhida para proteger quer as obras quer os autores, participantes de apertadas redes clientelares. Na tentativa de encontrar as reais ligações entre os autores e os seus dedicatários, pela identificação dos dados biográficos destes últimos, descobrimos que a grande maioria das entidades a quem foram oferecidas estas obras pertenciam a um mesmo núcleo familiar, em torno do qual se desenvolviam práticas de protecção à produção literária. Já as relações entre os autores e os censores, que nalguns casos chegaram mesmo a ser os dedicatários de obras cujo texto reviram, como é o caso da edição de 1672 do *Alívio de Tristes e Consolação de Queixosos*, do Padre Mateus Ribeiro, poderiam talvez ter-se traduzido sobretudo numa atitude de maior benevolência quanto à concessão das licenças de impressão de novelas contendo motivos amorosos e profanos.

De tudo quanto foi dito – e muito ainda haverá para investigar nesta área da ficção narrativa em prosa, em Portugal, – julgamos poder concluir da pertinência do estudo dos paratextos como elementos essenciais para a compreensão da circulação, da leitura e dos múltiplos sentidos textuais. Gostaríamos de continuar este trabalho, continuando a investigar a rede de «dedicatários» e de censores, de molde a conhecer com mais rigor esta realidade.

V I – Bibliografia

1. Bibliografia Activa

ESCOBAR, Gerardo de - *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos. Escreveos Gerado Escobar, Offerecidos Á Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel.* [Gravura] Lisboa: na officina de Ioam da Costa, M.DC.LXXIII. *Com todas as licenças necessarias.*

ESCOBAR, Gerardo de - ibi, em Coimbra, por José Ferreira, 1677.

ESCOBAR, Gerardo de - ibi, em Coimbra, por Antunes da Silva, 1721.

ESCOBAR, Gerardo de - *Doze Novelas escreveas Gerardo de Escobar, I Parte. Offerecidas Ao Illustrissimo Senhor, o Senhor Alvaro Ioseph Botelho de Tavora, Primogenito dos Senhores Condes de S. Miguel.* [Gravura] Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. M.DC.LXXIV. *Com todas as licenças necessárias.*

GUSMÃO, Alexandre de - *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito,* Lisboa, por Miguel Deslandes, 1682.

GUSMÃO, Alexandre de - *Historia do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito, em a qual debaixo de uma mysteriosa parabola se descreve o sucesso feliz do que se ha de salvar e infeliz sorte do que se ha de condemnar,* Évora, Oficina da Academia, 1685.

GUSMÃO, Alexandre de - *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito,* Lisboa, por Philippe de Sousa Villela, 1724.

LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira.* Em Lisboa, per Jorge Rodrigues impressor de livros. Ano do Senhor de M.DCI.

LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo de novo emendada e acrescentada nesta segunda impressão pelo mesmo Autor. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira. Com licença da Santa Inquisição.* Em Lisboa, por Pedro Crasbeeck, Ano de 1608.

LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo de novo emendada e acrescentada nesta terceira impressão pelo mesmo Autor. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira. Com todas as licenças necessárias.* Em Lisboa, Por António Álvares, Ano de 1619.

LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira*. Em Lisboa, por António Álvares, 1650.

LOBO, Francisco Rodrigues - *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira*. Em Lisboa, por António Craesbeeck de Melo, 1670.

LOBO, Francisco Rodrigues - *O Pastor Peregrino. Segunda Parte da sua Primavera, Offerecido a Dom Luís da Sylveira, conde de Sortelha, & guarda-mor de sua Magestade, em Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1608*.

LOBO, Francisco Rodrigues - *O Desenganado. Terceira Parte da sua Primavera, offerecido a dom Luís de Meneses Vasconcellos, Senhor da villa de Mafra, Lisboa, Antonio Alvarez, 1614*.

ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *Lusitânia Transformada. Composta, por Fernão Álvares do Oriente. Dirigida, ao Illvstrissimo, & muy Excelente Senhor, Dom Miguel de Menezes, Marquez de Villa Real. Conde d' Alcoutim & de Valença, Senhor d'Almeida. Capitam mor & Gouernador de Ceita. Com Licença Do Supremo Concelho da Santa Inquisiçam, & do Ordinario, Impressa em Lisboa, por Luys Estupiñan. Anno de 1607*.

ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *Lvsitania Transformada composta por Fernão Álvares do Oriente, Dirigida ao Illvstrissimo & mvi Excellente Senhor, Dom Miguel de Menezes, Marquez de Villa Real, Conde d' Alcoutim e de Valença, Senhor de Almeida, Capitão Mór e Governador de Ceita. Impressa em Lisboa por Luiz Estupiñan anno de 1607 e agora reimpressa, e revista com hum índice da sua lingoagem por hum Socio da Academia das Sciencias de Lisboa [Gravura] Lisboa, na regia Officina Typografica. Anno M.DCC.LXXXI. Com Licença Da Real Meza Censoria*.

REBELO, Gaspar Pires de - *Infortvnios Tragicos da Constante Florinda, Autor o Licenciado Gaspar Pires de Rabelo, Freyre professo da Ordem militar do glorioso Apostolo San Tiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Prègador, Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique. [A] S D. Maria da Sylva, Freyra em S. Clara de Lisboa. [Gravura] Lisboa. Na officina de Ioam da Costa, A custa de Antonio Leite Mercador de liuros na Rua Noua. M.DC.LXXII. Com todas as licenças necessárias*.

REBELO, Gaspar Pires de - *Infortunios Tragicos da Constante Florindo, Autor o Licenciado Gaspar Pires de Rebello, Freyre professo da Ordem Militar do glorioso Apostolo San Tiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Prègador, Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique. A Sr.^a D. Maria da Sylva, Freyra em S. Clara de Lisboa. [Gravura] Lisboa. Na offic. de Felipe de Souza Vilella, à sua custa impresso. Anno M.DCCVII. Com todas as Licenças necessárias*.

REBELO, Gaspar Pires de - *Infortvnios Tragicos da Constante Florindo*. Autor o Licenciado Gaspar Pirez de Rabelo, Freire professo da Ordẽ Militar do Glorioso Apostolo Sanctiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Pregador Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique, Offerecido ao Illvstrissimo senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lodrello Doutor em os Sagrados Canones, & Mestre em Artes, pela Vniversidade de Coimbra. Nesta Segunda impressaõ, acrescentados pelo mesmo Autor. Anno [Gravura] 1633 Com todas as Licenças necessárias Em Lisboa, Por António Aluarez.

REBELO, Gaspar Pires de - *Infortunios Tragicos, da Constante Florinda*, Author o Licenciado Gaspar Pires de Rebello, Prior de Crasto Verde, & natural de Ajustrel do Campo de Ourique. E Agora Nesta Impressaõ correctos, e emendados. *Offerecidos Ao Glorioso S.^{to} Antonio Inclyto Patraõ, e Esclarecido Tutelar desta Cidade*. Lisboa. Na Officina de Francisco Borges de Sousa, Anno de 1761. *Com as licenças necessarias, e Privil. Real*.

REBELO, Gaspar Pires de - *Constante Florinda Em a Qual Se Da' Conta dos infortúnios, que teve Arnaldo, buscando-a pelo mundo*. Author o Licenciado Gaspar Pires de Rebello, Prior de Crasto Verde, & natural de Ajustrel do Campo de Ourique. E Agora Nesta Impressaõ correcta, e emendada. Parte II. *Offerecidos Ao Glorioso S.^{to} Antonio Inclyto Patraõ, e Esclarecido Tutelar desta Cidade*. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Sousa. Anno de 1761. *Com as licenças necessarias, e Privil. Real*.

RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Primeira Parte, Composta Pello Padre Matheus Rybeiro Theologo Prégador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicada Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, &c.* Em Lisboa, Com licença, & priuilegio. Por Manoel da Sylva. 648 [i. é. 1648]: impresso à custa de Rodrigo Meas, 1648.

RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolaçam de Queixosos, Composto pello P. Matheus Ribeiro Theologo Prégador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado Ao Senhor Monoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra, &c.* [Gravura]. Em Lisboa: na officina de Joam da Costa, M.DC.LXXII. *Com todas as licenças necessárias*.

RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Parte 2*. Lisboa, por Joam da Costa, 1674.

RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Partes 3 e 4*. Lisboa, por Joam da Costa, 1674.

RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Partes 1, 2, 3 e 4.* Lisboa, por Miguel Deslandes, 1681.

RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolaçam de Queixosos seis partes em dous volumes, em q se dá fim a toda a historia composto pelo P. Matheus Ribeyro, Theologo, Prégador deste Arcebispado e natural de Lisboa, offerecido À Virgem Santíssima do Monte Carmo, Primeiro [-segundo] volume, nesta terceira impressão acrescentado com dous indices novos muito copiosos, & as quatro partes primeiras com as annotaçoes às margens, que nunca tiveraõ.* Lisboa: na officina de Miguel Deslandes: a custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca, mercadores de livros na Rua Nova, 1688.

RIBEIRO, Mateus - *Alivio de Tristes, E Consolaçam de Queixosos quarta, quinta e sexta parte (...).*Lisboa: na officina de Miguel Manescal: à custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca, mercadores de livros na Rua Nova, 1688.

RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte. Composta Pello P. Mathevs Ribeyro, Theologo, Prègrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Chistovam de Brito Lobo.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Migvel Deslandes. *Com todas as licenças necessarias.* 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca.

RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte. Composta Pelo P. Matthevs Ribeyro, Prégrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Migvel Manescal. *Com todas as licenças necessarias.* 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca.

RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. III Parte, composta Pelo P. Mattheus Ribeyro, Theologo, Prégrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Manoel Lopres Ferreyra. M.DC.XC.VII. *Com todas as licenças necessárias.*

RIBEIRO, Mateus - *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte. Composta Pelo P. Matheus Ribeyro, Theologo, Prègador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicada a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de S. Magestade, &c.* Anno [Gravura] 1689. Lisboa. *Com todas as licenças necessarias.* Na officina de Manoel Lopres Ferreira. A custa, de Antonio Correa da Fonseca. Com Privilegio Real.

RIBEIRO, Mateus - *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Primeyra Parte, Composta pelo Padre Mattheus Ribeyro, Theologo, Prègador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor,*

& do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c. Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. Com todas as licenças necessárias.

RIBEIRO, Mateus - Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Segunda Parte, Composta pelo Padre Matheus Ribeyro, Theologo, Prègador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c. Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. Com todas as licenças necessárias.

SOTOMAIOR, Elói de Sá - RIBEYRAS | DO MONDEGO. | DIRIGIDAS A DVARTE DAL- | buquerque Coelho, Capitão, & Gouvernador | perpetuo da Capitania de Pernambuco | no Estado do Brasil. | PELLO LICENCIADO | Eloyo de Sà Soto Mayor, natural desta | Cidade de Lisboa. [Gravura] Com licença da S. Inquisição, Ordinario, & Paço. | Em Lisboa Por Pedro Craesbeeck Impr del Rey 623 [i.é. 1623]. | A custa de Thome do Valle mercador de liuros.

VASCONCELOS, Manuel Quintano de - A Paciência constante. Discvrsos Poeticos em estilo Pastoril. Por Manoel Quintano de Vasconcellos. Dirigido a Dom Lopo de Azeuedo, Almirante destes Reynos de Portugal, Clauero do Mestrado de São Bento de Auis, Comendador, & Alcayde mór da Villa de Iurumenta, &c. [Gravura] Com todas as licenças necessárias. Em Lisboa, Por Pedro Craesbeeck impressor del Rey. Anno 1622. Cum Priuilegio Real.

2. Bibliografia Passiva

AA. VV. - *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Verbo, Lisboa, 1969.

AA.VV - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Lda., 40 volumes (c. 1960) acrescida de uma actualização em 10 volumes (1981)

AA.VV - *Le genre pastoral en Europe du XV^{ème} au XVII^{ème} siècle*, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1980.

AA.VV - *N.P.B., Condes, Marqueses e Duques de Vila Real*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, ed. 1984 (1.^a ed. 1960).

AA.VV - *N.P.B., Condes de Odemira*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, ed. 1984 (1.^a ed. 1960).

AA.VV - *N.P.B., Condes de São Miguel*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, ed. 1984 (1.^a ed. 1960).

AA.VV - *N.P.B., Duques de Caminha*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, ed. 1984 (1.^a ed. 1960).

AA.VV - *N.P.B., D. Duarte e sua descendência*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, ed. 1984 (1.^a ed. 1960).

AA.VV - *Da Memória dos Livros às Bibliotecas da Memória*, II, “Inventário da Livraria de Santo António de Ponte de Lima”, dir. de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, CIUHE, 1998.

ALCALÁ GALÁN, Mercedes - *Escritura desatada: poéticas de la representación en Cervantes*, Madrid, CEC, 2009.

ALESSIO, Gian Carlo - *Dante e le forme dell'Allegoresi*, Longo Editore, 1987.

ALMEIDA, Isabel - *Livros portugueses de cavalaria do Renascimento ao Maneirismo*, FLUL, 1998.

ÁLVAREZ, F. Bouza - *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*, Madrid, Síntesis, 1992.

ANACLETO, Marta Teixeira - *Aspectos da recepção de Los siete libros de la Diana em França*, Coimbra, F. L. U. C., 1994.

ANACLETO, Marta Teixeira - *Infiltrations d'images: de la réécriture de la fiction pastorale ibérique en France (XVI-XVIII)*, Amsterdam-New York, Rodopi, 2009.

AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins - *A alegoria na ficção romanesca do Maneirismo e do Barroco*, U.C.P., 2004.

AVALLE-ARCE, Juan Bautista - *La novela pastoril española*, Revista de Occidente, 1959.

BELCHIOR, Maria de Lourdes - *Itinerário poético de Francisco Rodrigues Lobo*, Livro II “Versos na Trilogia novelística”, 2.^a ed., Lisboa, INCM, 1985 (1.^a ed. 1959).

BERGER, Philippe - *Libro y lectura en la Valencia del Renacimiento*, Valencia, Edicions Alfons el Magnànim, 1987.

BLASCO, Javier - *Cervantes, raro inventor*, CEC, 2005.

BRUNET, Jacques-Charles - *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, IV, Paris, Librairie de Firmin Didot Frère, Fils et C^{ie}, 1863.

CACHO CASAL, Rodrigo (ed.) - *El ingenioso hidalgo* (Estudios en homenaje a Anthony Close), Alcalá de Henares, CEC, 2009.

CASTIGLIONE, Baldassare - *Il libro del cortegiano*, imp. In Firenze: per li heredi di Philipppo di Guinta, 1528. (ed. de A. Quondam, Milano, Garzanti, red. de 2000).

CASTILLO MARTÍNEZ, Cristina - *Antología de libros de pastores*, Alcalá de Henares, CEC, 2005.

CASTRO, Aníbal Pinto de - *Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução*, Revista da Universidade de Coimbra, 31, Coimbra, 1985.

CARRASCO GONZÁLEZ, Juan M - “El origen portugués de la novela pastoril castellana”, in *Literatura portuguesa y literatura española. Influencias y relaciones* (Anejo n.º XXXI de *Cuadernos de Filología*), ed. María Rosa Álvarez Sellers, Universitat de Valencia, 1999.

CAYUELLA, Anne - *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVII^e siècle*, Genève, Lib. Droz, 1996.

- CHARTIER, Roger - «Du livre au lire», in *Pratiques de la lecture*, Marseille, 1985.
- CHARTIER, Roger - «Las prácticas de lo escrito», in *Historia de la vida privada*, V, Madrid, Taurus, 1991.
- CHARTIER, Roger - «Las prácticas de lo escrito», in *Historia de la vida privada*, V, Madrid, Taurus, 1991.
- CHARTIER, Roger - *El mundo como representación. Historia cultural: entre práctica y representación*, Barcelona, Gedisa, 1992.
- CHARTIER, Roger - *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1993.
- CHARTIER, Roger - «Las prácticas urbanas del impreso, 1660-1780», in *Livros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1993.
- CHARTIER, Roger - «Comunidad de lectores», in *El orden de los libros. Lectores, autores, bibliotecas en Europa entre los siglos XIV y XVIII*, prólogo de Ricardo García Cárcel, Barcelona, Gedisa, 1994.
- CHEVALIER, Maxime - «La Diana de Montemayor y su publico en la España del siglo XVI», *Creación y público en la literatura española*, Ed. a cargo de J.-F. Botrel y S. Salaün, Castalia, 1974.
- CHEVALIER, M. - *Lectura y lectores en España en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Turner, 1976.
- CIRLOT, Juan-Eduardo - *Diccionario de Símbolos*, Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1982.
- CIRURGIÃO, António - *Fernão Álvares do Oriente – o homem e a obra*, Paris, Centro Cultural Português, FCG, 1976.
- COSTA E SILVA, José Maria - *Ensaio bibliográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1853.
- COSTA E SILVA, José Maria - *Ensaio bibliográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.
- COSTA, Ana Cecília - *Erudição e utilitas na Obra de Frei Lucas de Santa Catarina: [1660-1740]*, Porto, FLUP, 2007.

COUTON, Georges - *Écritures codées. Essais sur l'allégorie au XVIIe siècle*, Paris: Aux Amateurs de Livres, 1991.

DAMIANI, Bruno - *Journey to Felícia: La Diana as pilgrimage. A study in symbolism*, Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance, XLV, 1983.

EGIDO, Aurora - *De la mano di Artemia. Literatura, emblemática, Mnemotecnia y arte en el siglo de Oro*. José J. de Olañeta, editor y Universitat de les Illes Balears, 2004.

EISENBERG, Daniel e MARÍN PINA, M^a Carmen - *Bibliografía de los Libros de caballerías castellanos*, Zaragoza, PUZ, 2000.

FERREIRA, Frei Bartolomeu - «Avisos e Lembranças», no *Catálogo de livros proibidos* de 1581, in *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*, Lisboa, INIC, 1983.

FLETCHER, Angus - *Allegory. The Theory of a Symbolic Mode*, Ítaca/Londres: Cornell University Press, 1982.

FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves - *As "Doze Novelas" de Gerardo de Escobar*, [texto policopiado], Coimbra, 1993.

FREIRE, João Nunes - OS | CAMPOS | ELYSIOS | DE IOAM NVNEZ FREIRE. | Offerecidos ao senhor Luis Correa Abbade da Igreja, & | Mosteiro de Lordello, Doutor em os sagrados Ca-| nones, & Mestre em Artes pella Univer-| sidade de Coimbra. [Gravura] *Com todas as licenças necessárias*. | Impressos no Porto. Por Ioaõ Rodriguez. Anno 1626, in FREIRE, João Nunes - *Os Campos Elísios*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Lisboa, Instituto da Biblioteca e do Livro, 1996.

FREITAS, César Augusto Martins Miranda de - *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade e Letras da Universidade do Porto, 2006.

FRENK, M. - «Lectores y oidores. La difusión oral de la literatura en el Siglo de Oro», in *Actas del séptimo congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, I, Roma, Bulzoni Editore, 1982.

FRENK, M. - «Ver, oír, leer», in *Homenaje a Ana María Barrenechea*, Madrid, Castalia, 1984.

FRENK, M. - *Entre la voz y el silencio*, Alcalá de Henares, Centro de Estudios Cervantinos, 1997.

FUBINI, Mário – estudo introdutório à edição de de T. Tasso, Milano, C. Bur, 2007 (reed.).

GREENWOOD, P. Fernández Cañadas de - *Pastoral poetics: the uses of conventions in Renaissance pastoral romances* «Arcadia», «La Diana», «La Galatea», «L'Astrée», Ed. José P. Turanzas, 1983.

GUSMÃO, Alexandre de - *Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio*, Évora, na Officina da Academia, 1978.

GUSMÃO, Alexandre de - *Arte de criar bem os filhos*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1685.

GUSMÃO, Alexandre de - *Menino Cristão*, Lisboa, Miguel Deslandes, Impressor delRey, 1695.

GUSMÃO, Alexandre de - *Eleyção entre o bem e o mal eterno*, Lisboa, na Officina da Musica, 1720.

GUSMÃO, Alexandre de - *O Corvo e a Pomba da Arca de Noé no sentido Allegorico, e moral*, Lisboa, Bernardo da Costa, impressor da Religião de Malta, 1734.

I.A.N./T.T - Chancelaria de D. Pedro II, Doações, Lº 53, fls. 205. Cf. NEMÉSIO, Gonçalo Monjardino., *Famílias Italianas em Portugal* – Gherzi (a publicar).

INFANTES, Victor - “Tipologias de la enunciación literária en la prosa áurea. Seis títulos (y algunos más) en busca de un género: obra, libro, tratado, crónica, historia, cuento, etc.”, I, *Studia Áurea, Actas del III Congreso de AISO* (Toulouse, 1993), ed. de Ignacio Arellano, Maria del Carmen Pinillos, Frédéric Serralta y Marc Vise, Pamplona, 1996, vol. III, pp. 265-272; II, *Actas del XII Congreso de la AIG*, ed. de Derek W. Flitter, Birmingham, 1998, vol. II, I, pp. 310-318; III, *Actas del IV Congreso Internacional de AISO*, ed. Maria da Cruz de Enterría, Alcalá de Henares, 1998, pp. 845-855; IV, *Actas del III Congreso de la AIH*, eds. Florêncio Sevilla y Carlos Alvar, Madrid, 2000, vol. III, pp. 641-694; V, *Actas del V Congreso de la Asociación Internacional Siglo de Oro*, Münster, 1999, pp. 729-736.

INFANTES, Victor - “Nomina las caballerías” in *Leteratura Cavalleresca tra Itália e Spagna (Da «Orlando? Al Quijote»)*, *Literatura caballeresca entre España e Itália (Del 'Orlando' al 'Quijote')*, dir. por Javier Gómez-Montero e Bernhard König, ed. al cuidado de Folke Gernert, Salamanca, 2004.

JORGE, Ricardo - *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo biográfico e crítico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920. Reedição facsimilada, Lisboa, Fenda, 1999.

JÚNIOR, António Salgado - *O Livro da Menina e Moça*, Lisboa, Tipografia Gráfica Lisbonense, 1938.

JÚNIOR, António Salgado - *A “Menina E Moça” e o Romance Sentimental no Renascimento*, Aveiro, Gráfica Aveirense, 1940.

Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela, Pa., 1842; Lisboa., 1843 e edição crítica de J. M. Piel, Lisboa., 1942-1944. Inéditos na Torre do Tombo., *Livro da Cartuxa de Évora*, ms. 1928, e B. N. L. F. G., cod. 3390 (ed. defeituosa em *História Geneológica-Provas*, t. II, Lisboa, 1739).

LOBO, Francisco Rodrigues - “Discurso sobre a vida e estilo dos Pastores”, in *Obras Políticas e Pastoriz de Francisco Rodrigues Lobo*, Tomo IV, Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1774.

LOBO, Francisco Rodrigues - *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

LÓPEZ-ESTRADA, Francisco - *Los Libros de pastores en la literatura española*, Gredos, 1974.

MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana: historia, critica, e cronológica, na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*, reprodução da edição princeps de 1741-1759, revista por Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, Atlântida, 1965-1967.

MARTINS, José V. de Pina - *Humanisme et Renaissance de l’Italie au Portugal. Les deux regards de Janus*. F.C.G, 1989.

MARTINS, José V. de Pina - *História de Menina e Moça*, reprodução facsimila da edição de Ferrara, 1554, estudo introdutório por José Vitorino de Pina Martins, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

MARTINS, Mário., “História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito”, in *Brotéria*, vol. 78, 1964.

MARTINS, Maria Teresa Payan - *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 2005.

MIMOSO, Anabela Brito Correia de Freitas., *A novela breve portuguesa do século XVII*, Porto: [Edição do Autor], 2005.

MONTEMAYOR, Jorge de - *La Diana* (1559), ed. de Assunción Rallo, Madrid, Cátedra, 1999.

MONTEMOR, Jorge de - *Diana*, tradução e prefácio de Nuno Júdice, Lisboa, Teorema, D.L., 2001.

MULINACCI, Roberto - *Do palimpsesto ao texto. A novela pastoril portuguesa*, Colibri, 1999.

MUJICA, Barbara Louise - *Iberian pastorals characters*, Studia Humanistica, 1986.

NEVES, Maria Leonor Urbano Curado - *Transformação e hibridismo genéricos na Menina e moça de Bernardim Ribeiro* (dissertação de doutoramento), Lisboa, Faculdade de Letras, 1996.

Noronha, Henrique Henriques de - *Memorias Seculares e Eclesiásticas Para a Istória Da Diocesi Do Funchal Na Ilha Da Madeira Antigamente Primaz de todas as Conquistas Distribuidas na forma do Systema da Academia Real da História de Portugal por Henrique Henriques de Noronha Academico Provincial Anno de 1722* (dedicatória a António Carvalhal Esmeraldo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, datada de 25 de Janeiro de 1722), Capítulo VI, “catalogo dos governadores desta Ilha, depois dos Donatarios até o Anno de 1640”.

NOVOA, James W. Nelson - *Los diálogos de amor de León Hebreo en el marco sociocultural sefardí del siglo XVI*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste", 2006.

ORIENTE, Fernão Álvares do Oriente - *Lusitânia Transformada*, introdução e actualização de texto de António Cirurgião, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

PALMA-FERREIRA, João - *Novelistas e contistas portugueses do século XVII e XVIII*, prefácio e selecção de João Palma-Ferreira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, imp. 1982.

PALMA-FERREIRA, João - *Novelistas e contistas portugueses do século XVI*, prefácio e selecção de João Palma-Ferreira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, imp. 1983.

PANOFSKY, Erwin - *O significado nas artes visuais*, Presença, 1989.

PEDROSA, José Manuel - *El cuento popular en los Siglos de Oro*, Laberinto, 2004.

PEREIRA, Paulo J. S. - *Metamorfoses do espelho: o estatuto do protagonista e a lógica da representação ficcional na trilogia de Rodrigues Lobo*. IN-CM, 2003.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves - *Xadrez de Palavras*, Lisboa, Cosmus, 1996.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de - *História Crítica da Literatura Portuguesa [Maneirismo e Barroco]*, Vol. III, Lisboa, 2001.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves - Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Vega, 2003.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *O Pastor Peregrino*. Vega, 2004.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *O Desenganado*. Vega, 2007.

POGGIOLI, Renato - *The oaten flute. Essays on pastoral poetry and the pastoral ideal*, Harvard University Press, 1975.

PORQUERAS MAYO, Alberto - *El prólogo en el manierismo y barroco españoles*, Madrid, CSIC, 1968.

RALLO, Assunción - *Introducción a Los siete libros de la Diana de Jorge de Montemayor*, Madrid, Cátedra, 1995.

RÁMON, Micaela - *A Novela Alegórica Em Português dos Séculos XVII e XVIII. O Belo ao Serviço do Bem*. Braga, UM, 2007.

REBELO, Gaspar Pires - *Novelas exemplares*, Lisboa, 1650.

REBELO, Gaspar Pires de - *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, edição de Nuno Júdice, Lisboa, Editorial Teorema, 2005.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M - *Dicionário de Narratologia*, 2ª Edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1990.

RIBEIRO, Bernardim e FALCÃO Cristóvão - *Obras I – II*, nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire, com uma introdução por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

RIBEIRO, Bernardim, 1482-1552 - *História de Menina e Moça*. Estudo introdutório por José Vitorino de Pina Martins. Lisboa, FCG, 2002.

RILEY, Edward C - *Teoría de la novela en Cervantes*, Taurus: Madrid, 1966.

ROBLES, Frederico Carlos Sainz de - *Diccionario de la Literatura*, II Tomo, Madrid, Aguilar, 4.^a ed., 1982.

RODRIGUES, Graça Almeida, *Breve história da censura literária em Portugal* | ICALP, Coleção Biblioteca Breve - Volume 54, 1980.

SAENGER, Paul - «Silent reading: its impact on late medieval script and society», in *Viator*, 13, 1982.

SALVADOR MIGUEL, Nicasio - *Isabel la Católica. Educación, mecenazgo y entorno literário*, Alcalá de Henares, CEC, 2008.

SANTA CATARINA, Frei Lucas de - *Serão Político, Abuso Emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*, por Felix da Castanheira Turacém, Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, 1704.

SANTOS, Zulmira Coelho dos - Estudo introdutório a Teodoro de Almeida, *O Feliz Independente*, Porto, Campo das Letras, 2001.

SANTOS, Zulmira Coelho dos - «Emblemática, memória e esquecimento: a geografia da salvação e da condenação nos caminhos do «prodesse ac delectare» na História do Predestinado Peregrino (1682) de Alexandre de Gusmão SJ [1629-1724], Actas do colóquio A Companhia de Jesus na Península Ibérica, CIUHE, 2004.

SANTOS, Zulmira Coelho dos - «Vícios, virtudes e paixões: da novela como «catecismo» no século XVIII», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3 (2006) pp. 187-199.

SANTOS, Zulmira Coelho dos - Algumas notas sobre o «amor», o «desengano» e o «artifício» nas *Obras Métricas* (1665) de D. Francisco Manuel de Melo, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 6 (2009), pp. 121-130.

SILVA, Inocêncio Francisco da - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

SIMÕES, João Gaspar - *História do Romance Português*, Lisboa, Estúdios Cor, 1967.

SOMMERVOGEL, SJ, Carlos - *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*, Tomo III, 1892, col. 1960-1962.

SOTOMAIOR, Elói de Sá - *Ribeiras do Mondego*, in Biblioteca de Escritores Portugueses (série C), nova edição, revista e prefaciada por Martinho da Fonseca da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

TRIPET, Arnauld - *Montaigne ou l'art du prologue au 16 ème siècle*, Paris, Champion, 1992.

VASCONCELOS, Manuel Quintano de - *A Paciência Constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*, introdução, edição e notas de António Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

WAGNER, Mafalda de Noronha - *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*, edições Colibri, Lisboa, 2007.

WEINBERG, Bernard - *A History of Literary Criticism in the Italian Renaissance*, Vol. I. Chicago, 1961.